

540



25 de Abril

SECRETARIA DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO



1976 — ano novo! vida nova

*É a pensar no futuro
da minha família
que deposito o dinheiro
em Portugal.*



Estas palavras são de um cliente nosso. E poderiam ser ditas por qualquer Português. Em França. Na Alemanha. No Canadá. Em qualquer país do mundo.

Porque, é aqui, em Portugal, que o dinheiro está seguro. É aqui que ele fica a render. É aqui que ele faz falta. Para o desenvolvimento do nosso País!

**Deposite na Caixa Geral de Depósitos
Sem encargos para si
Rendimento assegurado, com garantia do Estado**

DEPÓSITOS À ORDEM – ATÉ 70 CONTOS 4% AO ANO

DEPÓSITOS A PRAZO – DE 9,5% A 10,5% AO ANO

Pense no futuro. Deposite na Caixa Geral de Depósitos



CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS
INSTITUTO DE CRÉDITO DO ESTADO



25 de Abril



N.º 6/7 — DEZ. 75 / JAN. 76

REVISTA MENSAL

EDIÇÃO DA SECRETARIA
DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO
PRAÇA DE LONDRES — LISBOA

DIRECTOR: JOSÉ CARDOSO

GRÁFICO: PAULO DA TRINDADE FERREIRA

COMPOSTO E IMPRESSO
POR MIRANDELA & CA.

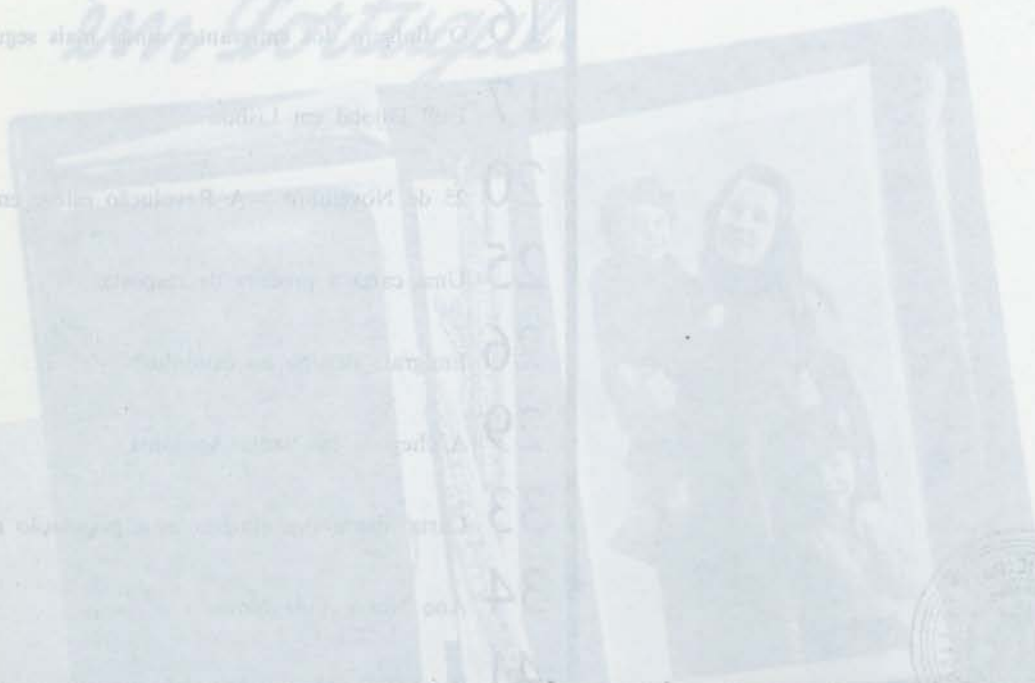
TRAV. CONDESSA DO RIO, 7-9 — LISBOA

- 3 Editorial
- 4 Mensagem de Natal do Presidente da República
- 5 Comunicação de Pinheiro de Azevedo ao País
- 10 Entrevista com Rui Machete
- 16 O dinheiro dos emigrantes ainda mais seguro
- 17 Paul Dijoud em Lisboa
- 20 25 de Novembro — A Revolução esteve em perigo
- 25 Uma carta à procura de resposta
- 26 Emigrar: destino ou caminho?
- 29 A chegada em Santa Apolónia
- 33 Carta aberta dos emigrantes à população madeirense
- 34 Ano Novo, Vida Nova
- 41 Preços... — Nem tudo vai bem
- 43 Cinema para portugueses no estrangeiro
- 45 Que Informação é esta?
- 47 A Mulher no Mundo
- 52 Pelo estrangeiro
- 54 Uma preocupação: as nossas casas
- 56 Informação...
- 60 Pelas nossas terras
- 63 A propósito do Natal de 1975

DEPÓSITO LEGAL
1978



*É a pensar no futuro
da minha família
que deposito o dinheiro
em Portugal*



AOS ASSINANTES:

Retomamos finalmente o contacto. Não quando queremos. Nem como queríamos, mas como foi possível, entre precalços e dificuldades. Uma certeza: a de que tudo será feito para que o ritmo mensal possa ser cumprido. E um sincero obrigado pela compreensão demonstrada.

AOS QUE NOS RECEBEM PELA PRIMEIRA VEZ:

A revista quer ser uma presença de Portugal. Junto de si e dos seus familiares e amigos. Com informações do que se passa por cá. Com vontade de melhorar. Com necessidade de si e das suas notícias também.

A TODOS OS PORTUGUESES NO EXTERIOR:

Um voto: Que o novo ano seja cheio com dias em que a esperança se realize. A sua e a de todos os portugueses. Portugal faz-se dessa maneira simples.

editorial

Portugal precisa de construir um futuro. E há momentos em que a questão não é dar respostas a problemas velhos que nunca as tiveram, mas mais do que isso, pôr as coisas, todas elas no seu devido lugar e inventar a saída. Recuperar o tempo perdido. E recuperá-lo hoje em Portugal é também abrir as portas, todas as portas, aos trabalhadores portugueses espalhados pelo mundo exterior.

Quem lê as cartas, as propostas, as críticas ou ouve esses trabalhadores, apercebe-se que lá onde estão, se alguma coisa os preocupa a sério é o que se passa neste seu país. E eles sabem porquê. Porque basta de serem excluídos. Já o foram por via das situações de miséria e repressão que os obrigaram a partir e não aceitam agora que tudo se faça sem eles ou utilizando até o fruto do seu trabalho para sem eles construir Portugal. Querem saber como é. Querem informação adequada, que não há. Querem ser uma parte interveniente do processo português. Por isso se organizam, discutem, fazem propostas de trabalho, distinguem quem os apoia de quem pretende continuar a enganá-los, a servir-se deles. De França ao Canadá, da Venezuela à Austrália. Pedem apoio, bibliotecas, subsídios para trabalho, desejam participar no desenvolvimento das regiões donde saíram. Diga-se que algo se está já a fazer, mas é tempo de se ajustar processos. É tempo de accionar todo um dispositivo organizacional que partindo das comunidades de emigrantes através de associativismo livre, permita que cada trabalhador português se informe, comunique, conheça a sua situação e se decida por comportamentos que lhe permitam ultrapassar os condicionamentos em que vive.

E isso poderá acontecer. Poderá, se for proporcionada a participação concreta dos emigrantes em todas as actividades sócio-culturais e de formação, se a quem vive e trabalha fora, for concedido o necessário estímulo, se forem os emigrantes a encontrar o caminho com as suas próprias potencialidades humanas e mesmo materiais.

É muita coisa posta no condicional mas o que se pretende é que os emigrantes não percam a sua própria identidade cultural e conservando-a e desenvolvendo-a, se transformem em elos fortes e privilegiados da ligação entre Portugal e o mundo exterior.

É tempo de não perder coisa nenhuma nem ninguém para a reconstrução de Portugal. E isto é já uma vontade política de dar às emigrações um tratamento específico nas áreas do ensino e da acção sócio-cultural. Será também um reconhecimento do fenómeno emigratório como factor permanente, esclarecedor e determinante no evoluir do processo português ou como meio por excelência de situar Portugal em relação ao mundo exterior.

É tudo, mas tudo mesmo, não dependerá tanto das ideias, que essas até têm por regra curso livre, mas principalmente da coragem para encontrar estruturas adequadas à concretização e por via disso capazes de ultrapassar a força de amortização das burocracias e das instituições já implantadas. Para o caso, a organização dos emigrantes em todos os núcleos de concentração, em associações e comissões é necessária. Os problemas, a realidade e a eficácia de acção não-de situar-se no associativismo de base e nas comunidades congregadas ao redor das suas próprias necessidades escolares, sociais e culturais. E tudo isso, todos esses problemas vistos numa nova perspectiva. A de recuperar quem, por culpas alheias se teve de afastar para sobreviver. A de abrir as portas de Portugal aos Portugueses.

É que as recentes mutações na sociedade portuguesa, podem estar a chegar aos emigrantes em termos de violência que bloqueia. É preciso que se lhes diga a verdade. Que eles são necessários para a revolução, lá onde estão e cá donde saíram. É preciso que sejam finalmente sujeitos de sua própria inserção no processo português e não meros objectos de actuação desgarrada, sectorial ou o que é pior, duma instrumentalização económica. Por outras palavras, e mais não dizemos porque, até nisto, serão eles quem devem dizer tudo o resto, é preciso respeitar no emigrante a pessoa, o cidadão português e encará-lo como sujeito e não como objecto de actuação qualquer que seja.

MENSAGEM DE NATAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

«Portugueses:

Entendi ser do meu dever, e faço-o com profunda alegria, dirigir-vos nesta quadra festiva umas breves palavras de saudação, de amizade e de esperança.

O Natal, festa de família por excelência, deve ser um tempo de reflexão, um tempo de meditação, um tempo de autocrítica, como hoje se diz, ou de exame de consciência como mais humanamente se deverá dizer. Que essa reflexão, essa meditação, esse exame de consciência nos possam levar, na humildade fecunda um pouco de nós mesmos, a interrogarmo-nos, a perguntarmo-nos acerca do que temos sido, do que temos feito e do esforço que temos despendido para a construção de uma sociedade mais feliz.

Quando a vida nos proporciona chegar-se a um estado sereno bastante para sabermos que não somos só bem, mas também não somos só mal, ainda que pudéssemos ter sido menos egoístas e mais úteis no esforço despendido para a transformação para melhor do mundo que nos rodeia, parece-me estarmos no caminho da verdade.

Esta simples verificação, este resultado singelo de um breve exame de consciência, não duvido que leve o homem que procurou compreender-se a si mesmo a compreender os outros que, tal como ele, levam dentro de si defeitos e qualidades. Uma tal visão da existência será meio caminho andado para a tolerância que todos, sem excepção, precisamos de acarinhar, de cultivar, para dela dispormos para com os outros, como bem precisamos que os outros a sintam para conosco.

E seja-me permitido ir um pouco mais longe, e esperar, para todos nós, que essa tolerância, de que tanto carecemos, seja não apenas o resultado de uma reflexão convencional, de um não julgarmos mal os outros, mas sim o fruto de um benquerer generalizado entre as gentes desta velha família lusitana.

Animado dessa esperança, desejo a todos os portugueses, onde quer que eles se encontrem, que o Natal lhes traga a paz e a confiança, que os homens tão mais facilmente encontram quanto mais livres, justos e verdadeiros procuram ser.»



Pinheiro de Azevedo:

O VI GOVERNO CONTINUARÁ FIEL AO SEU PROGRAMA



A comunicação que o primeiro-ministro Pinheiro de Azevedo fez ao País no passado dia 23, e que transcrevemos na íntegra, bem pode entender-se como o balanço do que foi a vida dos portugueses ao longo destes 20 meses de Revolução. Vencidas várias crises, as perspectivas que se nos abrem não podem considerar-se risonhas, bem pelo contrário. Muitos sacrifícios nos vão ser exigidos, e tudo depende como conseguimos a indispensável consciencialização para os problemas que traduzem a situação real. Os emigrantes não foram esquecidos, e as medidas agora adoptadas em relação aos seus depósitos bancários — que passarão a poder ser feitos em moeda estrangeira — são bem o exemplo de uma política que acima de tudo pretende defender os seus interesses. É o seguinte o texto integral da comunicação ao País pelo primeiro-ministro almirante Pinheiro de Azevedo.

«Tão só a aproximação da festa da família humana justificaria que me dirigisse ao País para desejar a todos os portugueses, isso mesmo que o Natal significa — a alegria de ter nascido e de viver em fraternidade e em paz.

Esses sentimentos parecem, agora definitivamente regressados ao coração dos portugueses. Passadas as angústias da longa espera da liberdade; passadas as primeiras exaltações do seu uso; passados, ou a caminho disso, as ansiedades do

seu abuso, parece coincidir com este segundo Natal livre, mas primeiro na consciência do que vale a liberdade, o reencontro de Portugal com a sua verdadeira vocação política.

Aproximamo-nos de um ponto de equilíbrio entre as inovações desejadas e as inovações temidas. Temos agora os pés bem assentes no chão e podemos caminhar com segurança, guiados pela estrela das metas traçadas.

Desejar a todos os portugueses um Natal feliz, é enunciar um sentimento votivo circunscrito a um momento. Faça-o com sinceridade, com alegria e com gosto. Desejar-lhes, como de uso, um Novo Ano-próspero, era demagogia. O novo ano, só por milagre poderia sê-lo.

Acredito nos milagres que cabem na vontade dos homens mas, condição desse milagre, é que tenhamos consciência de que é preciso tentá-lo.

Por isso considerei meu dever escolher precisamente esta quadra para pedir aos meus concidadãos um momento de meditação sobre o que o ano de 1976 exige de todos nós.

Depois da tentativa aventureirista do golpe de 25 de Novembro, o País parece ter entrado numa fase de acalmia e de clarificação política. São agora mais encorajantes as perspectivas de consolidação da democracia.

Afastado o perigo de a condução de minorias activistas, com total desrespeito pelas opções, já claramente manifestadas, pela maioria da população, temos agora que concentrar o melhor da nossa atenção e do nosso esforço sobre os problemas económicos.

O País continua a enfrentar gravíssimos problemas: aumento do desemprego, descida da produção, integração dos retornados das ex-colónias, nos circuitos da produção e do consumo, desequilíbrio da balança de pagamentos, quebra do investimento, insolvência de empresas, insuficiência das condições de vida das camadas mais pobres da população, que em larga medida têm sido deixadas à margem do processo de redistribuição de rendimentos.

Muitas das dificuldades e perturbações da nossa vida económica, herdadas do anterior regime, têm encontrado prolongamento e até reforço nas incertezas criadas pela instabilidade política e nas naturais reacções ao não acatamento da autoridade democrática. Se a clarificação da vida política e o reforço das instituições democráticas puderem prosseguir, sem grandes sobresaltos a situação económica experimentará sem dúvida, consideráveis melhorias.

TUDO TEM O SEU PREÇO

«Há já alguns sinais, por ora ainda ténues, de que o clima político que se seguiu aos acontecimentos de 25 de Novembro está a ter efeitos estimulantes sobre a economia: os depósitos em bancos têm estado a subir: houve recuperação significativa nas

remessas de emigrantes; atenuaram-se as dificuldades que vinham a ser experimentadas quanto à renovação de empréstimos e outras operações financeiras em praças estrangeiras; admite-se que as transacções imobiliárias tenham começado a aumentar.

«É porém evidente que não bastam os condicionamentos de ordem política para garantir a normalização da actividade económica.

Algumas das principais causas das dificuldades económicas que enfrentamos ligam-se com a crise da economia internacional; por um lado, essa crise afectou, seriamente, as nossas exportações, criando desemprego e outros desequilíbrios graves em muitas actividades que se apoiam no mercado externo; por outro, a subida dos preços do petróleo e de outras mercadorias importadas contribuiu, fortemente, para intensificar as tensões inflacionistas e para agravar as dificuldades da nossa balança de pagamentos, também fortemente atingida pela queda das exportações.

SACRIFÍCIOS DE TODOS

Outros factores de depressão resultam de transformação estrutural que tem estado a verificar-se na economia portuguesa, com o justo objectivo de lançar as bases de uma sociedade socialista. Encontramo-nos precisamente sobre a ponte entre o passado e o futuro, entre um sistema de exploração do homem e um sistema de dignificação do homem. Toda a transformação tem o preço de alguma perda de energia. Recuperá-la-emos com vantagem acrescida.

Para tanto, há que investir sacrifícios; governantes, trabalhadores, quadros técnicos, dirigentes de serviços públicos, gestores de empresas e demais agentes económicos. A novidade, por agora, reside apenas na generalização e na justa repartição dos esforços.

Esses esforços deverão orientar-se, fundamentalmente para os seguintes objectivos:

— Relançar a produção e combater o desemprego;

— Eliminar os desequilíbrios económicos contribuintes do agravamento da inflação e do «déficit» da balança de pagamentos;

— Evitar desigualdades na distribuição dos rendimentos, com prioridade para os grupos mais desfavorecidos da população.

O Governo acaba de aprovar um vasto conjunto de diplomas legais emanados do Ministério das Finanças, através dos quais se dão já passos importantes para a realização dos objectivos enunciados. A esses diplomas outros se seguirão, preparados por outros Ministérios, com a mesma finalidade.

Trata-se, pois, e em primeiro lugar de criar condições para aumentar a produção e o nível de emprego. A produção desceu, em 1975, de forma que justifica as maiores apreensões. A essa descida da produção associa-se um nível de desemprego que podemos considerar alarmante. Esse nível de desemprego resulta da conjugação de vários factores desfavoráveis, que se manifestaram simultaneamente: a queda do investimento interno; a descida das exportações determinada pela crise económica internacional; o afluxo maciço de retornados das ex-colónias; a diminuição considerável das possibilidades de emigração, em virtude de altos níveis de desemprego nos países para onde mais se encaminhavam os trabalhadores portugueses.

Para aumentar a produção, deverá actuar-se, prioritariamente, sobre o investimento, as exportações e a produção agrícola e haverá que assegurar a subsistência de unidades produtivas, cujas condições de viabilidade foram particularmente afectadas pela conjuntura de crise.»

AMORTIZAR UMA DÍVIDA COM OS EMIGRANTES

«O crédito é outro instrumento decisivo, embora, por si só, não suficiente, para a realização dos nossos objectivos. Daí que se tenha atribuído à política de crédito elevada cotação no conjunto das medidas de política económica que o Conselho de Ministros acaba de aprovar.

Procurar-se-á que não falem meios de financiamento para a expansão da produção e para a realização de investimentos de que possam resultar o aumento de emprego e a

ampliação da capacidade produtiva em sectores essenciais. O Banco de Portugal continuará a expandir o seu apoio ao sistema bancário. Por outro lado, evitar-se-á a subida das taxas de juro nos empréstimos, apesar dos condicionalismos inflacionistas, para que não haja agravamento dos encargos financeiros a suportar pelas empresas.

Para facilitar a expansão da produção e do investimento baixaram-se as taxas de juro nos empréstimos de especial interesse para a economia nacional. Foram assim beneficiadas as taxas de juro dos financiamentos à agricultura — incluindo as do Crédito Agrícola de Emergência — e favorecidos os empréstimos às pequenas e médias empresas, crédito à exportação os financiamentos à construção civil e as operações relativas a outras modalidades de investimento.

Outras medidas, no domínio da política de crédito, foram agora aprovadas pelo Conselho de Ministros, com o objectivo de melhorar as condições de funcionamento do sistema bancário, de reforçar a confiança do público nesse sistema e de ampliar os recursos utilizáveis para a expansão do crédito.

De entre elas destacarei apenas para uma referência breve, a criação dos depósitos especiais para emigrantes. Trata-se de uma iniciativa justificada pelo especial carinho com que o Governo encara a defesa dos interesses dos trabalhadores portugueses que, um pouco por toda a parte, dignificam a pátria com o seu trabalho honesto e que, por viverem longe dela, lhe têm amor dobrado. Os depósitos especiais para emigrantes poderão ser constituídos em moeda estrangeira, oferecendo aos respectivos titulares protecção contra riscos cambiais. Além disso, apresentam a vantagem de uma mais fácil mobilização.

Vantagens que representam afinal, modesta amortização da enorme dívida de todos nós para com eles. Outras medidas se seguirão.

MAS, NADA DE ILUSÕES

Paralelamente temos de eliminar os desequilíbrios económicos fundamentais da nossa economia.

O consumo aumentou, a produção decaiu. O País consome muito mais do que pode. Isso só tem sido possível porque baixou o investimento e porque se têm estado a utilizar aceleradamente, as reservas de ouro, e divisas. Mas não podemos continuar a viver com um nível reduzido de investimento. Isso significaria, em breve, a estagnação económica e, desde já, a persistência do desemprego. Por outro lado, se deixarmos esgotar rapidamente, as reservas de ouro e divisas, chegaremos por impossibilidade de importação de materiais essenciais ao funcionamento de grande parte das nossas indústrias, a uma situação de catástrofe económica difícil de imaginar.

Estamos ainda a tempo de reintroduzir os equilíbrios fundamentais na nossa economia, sem quebras acentuadas do consumo. Mas, para isso, teremos que aumentar rapidamente, a produção e, ao mesmo tempo, que conter novos aumentos de consumo. Se não conseguirmos que a produção cresça rapidamente e não desviarmos para o investimento e para a redução do «déficit» da balança de pagamentos os recursos adicionais obtidos por essa via, estaremos a condenarmos por muitos anos à estagnação económica à inflação galopante e à desordem social. Os sacrifícios que agora recusarmos, o futuro os cobrará com juros ou seja, com redobrado sofrimento.

É talvez necessário, a advertência dos números. O desequilíbrio entre os níveis da produção e do consumo estão a traduzir-se fundamentalmente, pela multiplicação de «deficits» em numerosos sectores da economia; «deficit» na conta geral do Estado, sensivelmente superior a 30 milhões de contos em 1975, «déficit» de mais de 30 milhões de contos na balança de pagamentos correntes com o exterior, «deficit» no fundo de abastecimento, provocado pelos subsídios aos preços de vários produtos que se agravou de 10 milhões de contos nos últimos dezoito meses, «déficit» de cerca de 6 milhões de contos no sistema de Previdência Social, em 1975, «déficit» de dezenas de milhões de contos em numerosas empresas nacionalizadas,

naquelas em que o Estado foi forçado a intervir para evitar o encerramento e o desemprego e noutras, ainda, do sector privado. Esses «deficits» têm estado a ser suportados através de créditos que, por serem de reembolso problemático, correspondem, efectivamente, em muitos casos, a verdadeiros subsídios.

Mas que ninguém se iluda, o aumento da emissão monetária para cobrir os enormes «deficits», que temos deixado formar, não constitui solução para os nossos problemas. A emissão monetária destinada a financiar «deficits»-se não for acompanhada por aumentos de produção, acaba, necessariamente, por provocar a redução do investimento, o aumento das importações e a subida dos preços. Até aqui tem sido possível evitar que os preços subam descontroladamente, porque os investimentos desceram, substancialmente, porque as reservas de ouro e divisas têm permitido suportar o desequilíbrio da balança de pagamentos. Quando se tornar impraticável continuar a reduzir o investimento e houver, como já há, necessidade de o aumentar; quando a queda das reservas de ouro e divisas obrigar a reduzir os «deficits» da balança de pagamentos, nada nos poderá salvar de uma inflação galopante, da escassez de certos produtos essenciais e do alastramento do desemprego, a não ser que, entretanto, se tenham tomado as medidas produtivas de aumento da produção e de contenção de consumos.

As soluções a adoptar passam necessariamente, pela redução dos unidades produtivas. Essa redução implica por sua vez subidas de preços, agravamentos de impostos e contenção de aumentos salariais.

Foi isso o que, como contribuição ainda parcial se pretendeu com várias das medidas agora adoptadas pelo Governo.

Assim, a fim de reduzir o «deficit» do Orçamento Geral do Estado, e tendo em vista outros objectivos de política económica e social, foram agravados vários impostos. Elevaram-se várias taxas do imposto de transacções, não só com a preocupação de obter receitas, mas, principalmente, para travar a expansão do

consumo de alguns bens, menos código da sisa e da contribuição predial, com finalidades, em parte fiscais e, em parte, relacionadas, com a redistribuição dos rendimentos e a repartição mais equitativa da carga tributária. Por outro lado, terão de se efectuar cortes apreciáveis nos pedidos de verbas solicitadas por vários serviços e departamentos públicos, com vista ao orçamento de 1976. Esse orçamento virá, inevitavelmente a apresentar um «deficit» muito elevado. Esse «deficit» será, em grande parte, necessário, porque representa um instrumento de reanimação da actividade económica. Não poderá, todavia, atingir o nível que resultaria da satisfação integral de todos os pedidos apresentados por serviços públicos, sob pena de os seus efeitos inflacionistas se tornarem ameaçadores.

Os orçamentos do sector público não devem continuar a ser, como infelizmente foram em 1975, mais um instrumento de desvio de recursos para o consumo, em vez de actuarem em sentido contrário, canalizando fundos do consumo para o investimento. Isso obrigará a que se tenham de aumentar os impostos sobre algumas despesas de consumo e sobre alguns rendimentos destinados ao consumo, e de aplicar medidas mais efectivas de austeridade nas despesas públicas que não têm carácter reprodutivo.

DESTRUIR A DEMAGOGIA, OS MITOS...

Na mesma ordem de ideias, será necessária reduzir alguns subsídios que têm estado a ser concedidos, com o objectivo de manter os preços de certos bens e serviços muito abaixo do respectivo custo.

Embora se justifiquem excepções, temos de ter a coragem de desviar para o desenvolvimento da produção e do investimento os recursos financeiros que têm estado a ser esterilizados em subsídios ao consumo e aos salários.

Terá de procurar-se o equilíbrio financeiro de muitas das empresas que estão a ser aguentadas por subsídios, através do aumento da produção e, na medida em que este só por

si não seja suficiente, através da elevação dos preços e da contenção dos custos, incluindo os custos salariais. E quando acontecer que, apesar disso, o equilíbrio se não atinja, não resta outro caminho que não seja a reconversão das empresas ou mesmo a sua morte.

Gerou-se entre nós a falsa ideia de que o desemprego consequente do encerramento de uma fábrica ou da dissolução de uma empresa é um mal que deve ser evitado a todo o custo. E, de acordo com essa perigosa demagogia, temos reforçado com subsídios não reprodutivos, a inviabilidade económica de muitas.

Há que destruir esse mito. O desemprego subsidiado representa, em termos de economia integrada, um mal bem menor do que o subemprego suicida. É pena que os trabalhadores nem sempre estejam em condições psicológicas de aceitar esta verdade.

Este ponto dos custos salariais de importância básica para a reestruturação da nossa economia. Os aumentos iniciais dos salários reais, a seguir à revolução de 25 de Abril, tiveram por efeito promover uma redistribuição dos rendimentos do capital para o trabalho. Dessa forma compensou-se a perda da posição relativa dos rendimentos salariais no rendimento nacional que se tinha verificado durante os últimos anos do regime fascista.

Entretanto, durante o último ano, a produção decresceu, os grandes grupos capitalistas foram nacionalizados, a maior parte das empresas privadas foram duramente atingidas pela crise económica e muitos dos salários continuaram a crescer. Daí resultou que algumas das subidas salariais têm criado enormes desequilíbrios a numerosas empresas, que só têm pedido manter-se à custa de financiamentos que, efectivamente, constituem subsídios. Por outro lado, em muitos casos, a subida dos salários provocou o encerramento de empresas, principalmente das mais pequenas, contribuindo para engrossar o desemprego.

Perante esta situação e dadas as pressões que os aumentos salariais têm estado a exercer sobre os custos e sobre a procura de bens de consumo, torna-se evidente que o futuro

da economia portuguesa, nos próximos meses, vai depender estreitamente da disciplina que os sindicatos e os trabalhadores em geral aceitarem quanto às suas reivindicações salariais. Se continuarmos a ter de enfrentar tentativas de fazer crescer os salários a ritmo superior ao dos preços será extremamente difícil livrarmo-nos da espiral inflacionista, da estagnação económica e do desemprego e, ao fim de algum tempo, da escassez de bens importados, mesmo dos mais essenciais.

Uma das chaves para a recuperação económica, durante os meses mais próximos, terá de ser um sólido acordo entre o Governo e os sindicatos quanto a uma política de rendimento adaptada às reais possibilidades do País. É este um aspecto sobre o qual me permito insistir. Teremos de estar conscientes de que no estado actual da economia portuguesa os aumentos de salários já só muito raramente traduzem uma transferência de poder aquisitivo dos capitalistas para os trabalhadores. No caso das empresas nacionalizadas ou com intervenção do Estado, o capitalista desapareceu e quem tem de suportar o encargo com os aumentos dos salários é a colectividade. O mesmo acontece, aliás, com empresas privadas em situação deficitária, que têm de ser suportadas com injeções de crédito para não caírem na ruína. Os aumentos de salários que não correspondam às possibilidades reais da economia virão a ser pagos sob a forma de inflação pelos próprios trabalhadores, sobretudo pelos desempregados ou por outros grupos sociais mais desfavorecidos. Este último aspecto é muito importante e merece a nossa reflexão. A redistribuição de rendimentos que se operou da classe capitalista para a classe trabalhadora beneficiou muitos trabalhadores com um nível de vida acima da média nacional.

Em contrapartida, foram marginalizados, neste processo de redistribuição, numerosos portugueses que se mantêm em condições extremamente difíceis no limite inferior da escala de distribuição dos rendimentos. Trata-se dos desempregados, dos velhos e inválidos com reformas exíguas, ou mesmo sem

reforma, dos que não têm emprego certo e dos camponeses pobres. Para construirmos uma sociedade mais justa, teremos de dar especial prioridade à satisfação das necessidades dessas camadas, especialmente desfavorecidas, da população portuguesa. Isso não pode ser conseguido apenas à custa dos altos rendimentos, que foram já fortemente afectados. O Governo tem, ainda, muita coisa a fazer, em relação a esses rendimentos, nomeadamente através do sistema fiscal do «controlo» de alguns preços, e da mais efectiva disciplina das acumulações de empregos. Mas os rendimentos mais elevados, só por si, não representam já uma massa suficiente para compensar as necessidades dos mais desfavorecidos. Além disso, não se podem destruir todos os incentivos às iniciativas produtivas e à competência profissional. Não podemos continuar a afugentar os técnicos mais válidos para o estrangeiro ou para posições de inércia.

Eis um panorama cujo enunciado não constitui, talvez, uma boa prenda de Natal. E não faltará quem disso me acuse. Mas tenho dúvidas. Má prenda seria, quanto a mim, continuar a alimentar ilusões, precisamente nesta quadra em que todos somos propensos a elas.

E o povo português, mais do que promessas fagueiras, que a realidade desmente, precisa da certeza de que tem à frente dos destinos do seu País, um Governo disposto a chamar pelo nome aos bois, e a desagradar, quando for preciso, para construir uma sociedade justa, democrática, igualitária e livre, onde caibam todos os portugueses. O socialismo, tal como o entendemos, livre e de rosto humano, repele a demagogia e a mentira. E pede aos cidadãos os

sacrifícios indispensáveis, a começar, pelo que me diz respeito, pelo de ouvirem e meditarem, em plena quadra festiva, um discurso realista e de algum modo sombrio.

O VI GOVERNO TEM PERNAS...

— Não gostaria de terminar, sem uma alusão à situação política. Tem-se especulado muito sobre uma pretensa crise do VI Governo. Não há tal. O VI Governo, confirmado por esse triunfo da vontade popular, que foi o 25 de Novembro, tem pernas para andar. Alguns acertos determinados pelo afastamento voluntário — e de há muito previsto — do sr. ministro da Indústria, e pelo preenchimento de alguns lugares de secretário de Estado que não chegaram a ser preenchidos, voltaram a acender, como era natural que acontecesse, a chama do debate entre os partidos nele representados.

Nesse debate viria a inserir-se, como incidente e não mais, o problema das dissidências internas, e que creio passageiras, ocorridas no seio do Partido Popular Democrático.

Mas tudo sem quebra de identidade, o VI Governo continuará fiel ao seu programa e sem fundas alterações de fisionomia, a conduzir o carro do Poder pelos caminhos da democracia, em cujas bermas se encontram setas apontadas aos que julgam pendente para a direita ou para a esquerda, e bem certo de que numa sociedade que ele próprio deseja pluralista, não poderá nunca agradar a toda a gente, cuidará de pender para a defesa intransigente da justiça, da prosperidade e da felicidade dos portugueses.

Debita-se também alguma ansiedade à questão de saber qual o papel reservado às Forças Armadas no futuro político do País. E, como sempre, as opiniões dividem-se. Há quem as deseje nos quartéis e quem as pretenda no Poder.

A questão é simples. O Movimento das Forças Armadas fez uma revolução que está longe de ter atingido a sua fase sazonal. É ponto de honra dessa revolução o regresso a uma estrutura democrática que possibilite ao povo português o auto governo, por via representativa. Quem governar, há-de antes ter merecido a confiança da maioria dos portugueses, livremente expressa.

Simplemente: a democracia é menos um regime do que uma prática. E, após quase meio século de apatia política, não se há-de estranhar que os partidos que vão sedimentando os seus programas e a sua clientela precisem de algum tempo para encontrarem o ponto de coexistência que dispense a arbitragem das Forças Armadas.

A vocação destas não é, obviamente, o dirigismo político. Cabe-lhes algo que dele é pressuposto e garantia, mas que com ele se não confunde: a salvaguarda da independência nacional, da autoridade, da justiça e da ordem. Assim, a antecipação do seu regresso aos quartéis dependerá da maturidade política dos que tiverem de substituí-las. Até lá, terão de continuar a arbitrar os conflitos e a desbloquear as tensões em que a democracia tropece. Mas sempre imbuídas, e isso é o que mais importa, da preocupação de se fazerem substituir logo que possível.

Termino como comecei: desejando a todos os portugueses um bom Natal e o Novo Ano que fomos capazes de merecer.»

A CRIAÇÃO DOS DEPÓSITOS ESPECIAIS PARA EMIGRANTES É UMA INICIATIVA JUSTIFICADA PELO ESPECIAL CARINHO COM QUE O GOVERNO ENCARA A DEFESA DOS INTERESSES DOS TRABALHADORES PORTUGUESES QUE, UM POUCO POR TODA A PARTE, DIGNIFICAM A PÁTRIA COM O SEU TRABALHO HONESTO E QUE POR VIVEREM LONGE DELA, LHE TÊM AMOR DOBRADO.



**DEVE HAVER
UMA IGUALDADE DE DIREITOS
E DEVERES ENTRE
OS TRABALHADORES EMIGRANTES
E OS TRABALHADORES NACIONAIS
DOS VÁRIOS PAÍSES**



Reformular toda a acção governamental portuguesa no sector da emigração, é a tarefa a que se propõe o actual responsável pelo departamento respectivo, Rui Machete. Tal tarefa — considerada hoje como fundamental e prioritária, quer para o revigoração da nossa economia, quer para atender às necessidades e legítimos anseios dos próprios emigrantes — requer à partida um conjunto de condições sem as quais nada poderá ser feito com êxito. Dessas condições destaca-se a necessidade de fornecer aos emigrantes o maior esclarecimento possível sobre todas as questões da vida nacional e dos problemas que directamente lhes dizem respeito, mesmo que em certos casos tal se traduza em verdades que alguns desejariam ver a bom recato...

Fiel ao princípio de que apenas com a verdade se constrói a democracia, o Secretário de Estado da Emigração respondeu a várias perguntas das quais damos o registo integral.

P. — Na generalidade, como define e encara em termos de resolução os grandes problemas que hoje se colocam à emigração portuguesa?

R. — Os problemas da emigração portuguesa podem dividir-se em dois grandes sectores: por um lado o da melhoria das condições de vida dos trabalhadores portugueses radicados no estrangeiro, e por outro o de conseguir novas e melhores colocações, para emigrantes portugueses.

A situação de crise em que estão a viver as economias capitalistas não permite que haja condições de aumento da nossa emigração para esses países (refiro-me aos casos particulares da França e Alemanha na Europa e dos Estados Unidos e Canadá na América, uma vez que como se sabe, não há emigração significativa para os países socialistas e comunistas).

Constatado este facto, o primeiro problema que se coloca é justamente o de conseguir que as pessoas

que lá trabalham, venham a obter melhores condições de vida, quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista social e cultural.

Um dos principais problemas dos nossos emigrantes, sobretudo na Europa (é evidente que os problemas variam muito de país para país), é o das condições sub-humanas em que a maior parte deles vivem. Não tem habitualmente uma habitação condigna, e isso é fundamental resolver, para que se acabem de vez com os bairros da lata e com todos os problemas sociais inerentes a estas condições de vida.

Se o trabalhador português puder viver em condições semelhantes àquelas em que vivem os seus colegas naturais dos países onde se encontra, muitos problemas sociais se resolverão, uma vez que não serão mais olhados como seres inferiores. Ser-lhes-á muito mais fácil a integração no país onde trabalham, nos meios sociais onde habitam, tornando-lhes a vida, embora sempre dura, muito mais suportável.

Outros aspectos importantes são

RUI MACHETE:

**OS EMIGRANTES
DEVEM SABER
O QUE
SE PASSA
NO PAÍS**

**«NÃO PODEMOS
PRETENDER POR
UM LADO QUE
OS EMIGRANTES
FAÇAM PARTE DO
POVO PORTUGUÊS,
QUE DEVAM
APOIAR PORTUGAL
DECISIVAMENTE
NESTA ARRANCADA
PARA
A RECONSTRUÇÃO
ECONÓMICA
DO PAÍS, E
SIMULTANEAMENTE
NEGAR-LHES
QUALQUER
PARTICIPAÇÃO
DO PONTO DE VISTA
POLÍTICO.»**

as condições de trabalho.

Os trabalhadores portugueses emigrados têm direito não só à estabilidade do seu emprego e a trabalhar em condições de segurança, como ainda a valorizarem-se profissionalmente sempre que o pretendam fazer.

Os trabalhadores portugueses e suas famílias têm igualmente direito ao ensino em condições apropriadas tanto na língua portuguesa como das línguas estrangeiras, assim como ao desenvolvimento da cultura nacional e das relações desta com as culturas onde se encontram.

Há ainda muitos outros aspectos de ordem técnica, que acabam também por se reflectir na vida quotidiana dos emigrantes. Refiro-me em particular a problemas de abono de família, questões como *remunerações iguais para os emigrantes e para os nacionais dos países onde se encontrem*, problemas de subsídio de desemprego, previdência e assistência na doença.

Neste último ponto, o da previdência, muito há a fazer aqui em Portugal, uma vez que se deve procurar um esquema que permita que os descontos, normalmente mais elevados, que fazem na França ou na Alemanha por exemplo, não se venham a perder, pelo facto de receberem em Portugal pensões mais modestas.

É preciso encontrar-se fórmulas para que os trabalhadores emigrantes não venham a deixar de beneficiar das importâncias que descontaram quando trabalharam em França ou na Alemanha.

Tudo isto são pontos importantes que no fundo se podem reunir dentro de um princípio geral: *o de que deve haver uma igualdade de direitos e deveres entre os trabalhadores emigrantes e os trabalhadores nacionais dos vários países.*

Esse é portanto o primeiro sector onde hoje defrontamos com os problemas mais relevantes que se põem à emigração portuguesa nos países europeus, pois nos países da América a situação é bastante diversa.

O segundo problema que estamos a enfrentar é o problema criado essencialmente pelas dificuldades económicas que Portugal atravessa.

Não nos esqueçamos da vinda maciça de refugiados de Angola e de outras ex-colónias de África (calculada em cerca de 350 000 pessoas) que vêm exercer uma pressão enorme no mercado de trabalho e agravar uma situação de desemprego já existente.

Esta situação cria um problema ao qual a economia portuguesa não está ainda neste momento em condições de responder.

Estamos a atravessar uma crise económica resultante em parte da crise que grassa na Europa e em parte ainda das próprias transformações sociais e políticas que se registaram em Portugal e que, normalmente, têm que repercutir-se, pelo menos numa fase preliminar, em certos aspectos da situação económica.

Não temos postos de trabalho e tentamos resolver este problema, num primeiro momento através da

DEVE HAVER UMA IGUALDADE DE DIREITOS E DE DEVERES

atribuição de subsídios (ou de desemprego, ou outorgados pela IARN, para o caso dos refugiados).

Mas também é um facto, que estas pessoas não podem viver durante um longo período através de subsídios, além de que a nossa economia não aguenta uma situação deste género. Seria uma situação completamente anómala, ter num país uma percentagem tão elevada de indivíduos sem colocação. Seria mesmo algo de insustentável.

Nestas circunstâncias, é preciso encontrar neste período, digamos a médio prazo, solução de colocação para estes milhares de pessoas, em países onde possam encontrar condições de trabalho que lhes permitam refazer a sua vida.

Tem-se procurado abrir perspectivas à emigração, apesar das condições adversas que já referi na primeira parte e sem quaisquer hipóteses de colocação significativa em países socialistas ou comunistas, como já afirmei.

As diligências que têm sido feitas, abrem perspectivas à emigração para a América Latina para países como a Venezuela, Bolívia, Equador e também Argentina, e ainda relativamente a países para onde tradicionalmente não se emigra, como o Irão.

Relativamente ao Brasil, tem-se registado emigração significativa, mas não organizada.

Procura-se também conseguir que as restrições à emigração nos Estados Unidos e no Canadá sejam levantadas, ou pelo menos seja facilitado um aumento de quotas de emigração no que diz respeito aos portugueses.

Esse é portanto um outro caminho, uma outra tarefa urgente, e é nesse sentido que se inscreve o nosso recente ingresso no CIME (Comité Intergovernamental de Migrações Europeias) porque é um Organismo que pode facilitar, do ponto de vista técnico, esses esquemas de colocação em condições aceitáveis para os emigrantes sobretudo nos países da América Latina.

P. — Muito embora, naturalmente, o que se pretende neste momento é regularizar a situação, poderá enunciar algumas das suas principais causas, em relação ao período pós-25 de Abril?

R. — A emigração portuguesa antes de 25 de Abril caracterizou-se por um surto enorme, perfeitamente desordenado. As pessoas não tinham aqui condições de vida e pretendiam emigrar de qualquer maneira. Durante algum tempo o Estado português, de forma perfeitamente ilegítima, violou o direito fundamental a emigrar, impedindo que, pelo menos em certos sectores, se procedesse a essa emigração. Isso criou o seguinte: as pessoas emigraram de qualquer maneira, atravessaram as nossas fronteiras ilegalmente e foram muitas vezes exploradas nos países de emigração por empresários pouco escrupulosos. Se pensar-

mos que os trabalhadores portugueses nessa altura estavam totalmente desprotegidos, pois os serviços oficiais que os deviam apoiar eram praticamente inexistentes, não nos admiramos da exploração de que foram alvo. Com o 25 de Abril essa situação não se alterou significativamente. Naturalmente que o 25 de Abril foi uma alteração política extremamente importante do ponto de vista da filosofia que passou a orientar a Administração Pública, mas o seu efeito no que diz respeito aos órgãos da Administração Portuguesa que trabalha no estrangeiro só a pouco e pouco se começaram a fazer sentir. Uma mudança significativa é a forma como os países de emigração passaram a encarar Portugal. Já não somos uma ditadura fascista, mas sim um país que procura aproximar-se das instituições democráticas. Isso levou a um grande clima de simpatia em relação a Portugal, clima de simpatia que naturalmente também beneficia os problemas que se inscrevem nas relações internacionais bilaterais entre os países.

P. — Quer dizer que tudo isso permitiu uma melhoria de condições para se poderem firmar novos e melhores acordos?

R. — Exacto. Hoje há condições do ponto de vista político para que sejam firmados novos acordos com a França, Alemanha, Holanda, Bélgica e Luxemburgo. Há também que referir o movimento de solidariedade e simpatia de certos países que tinham tomado uma atitude reticente em relação à emigração, como é o caso da Venezuela que eu há pouco referi, e que estão hoje dispostos a dar uma muito maior cooperação neste momento difícil que Portugal atravessa do ponto de vista económico. Por outro lado tem-se procurado a pouco e pouco criar nos próprios serviços um espírito mais humanista, isto é, criar as condições para que os emigrantes sejam vistos não exclusivamente na perspectiva de pessoas que enviam remessas, mas numa perspectiva mais ampla de homens na totalidade da sua personalidade, e que vivem nesses países fazendo parte da comunidade portuguesa.

Quanto aos aspectos negativos duma política migratória pós-25 de Abril, creio que eles se verificaram sobretudo em dois níveis: um primeiro foi que as infra-estruturas que apoiam a emigração, que já de si não estavam ainda desenvolvidas sofreram um período de perturbação muito assinalável. Isto significa que se torna fundamental que esses serviços venham a ser reestruturados para que se possa realmente realizar uma acção eficaz de apoio aos emigrantes. O segundo ponto diz respeito a um problema que é também um problema político: a partir de um determinado momento da evolução do processo político português criou-se em certos meios da informação estrangeira, nomeadamente nos países da imigração, uma imagem extremamente negativa em relação ao que está a passar-se em Portugal. Essa imagem negativa teve reflexos na maneira como alguns emigrantes portugueses passaram a ser encarados, e isso criou nas próprias colónias de emigrantes portugueses no estrangeiro uma sensação de incerteza que não beneficiou quer a atitude dos empresários em relação aos emigrantes quer o comportamento das próprias comunidades em que estes se deviam inserir. Durante muito tempo houve apenas a preocupação de desenvolver uma acção político-cultural no sentido de «adquirir» o emigrante para certas teses que lhe eram bastante estranhas, sem se preocuparem com a maneira de ser própria do emi-

**CERTOS SERVIÇOS
DESVIARAM-SE
DAQUILO QUE
ERA A SUA
FUNÇÃO
NATURAL**

grante. Certos serviços desviaram-se daquilo que era a sua função natural de apoio aos emigrantes, independentemente de saber o que eles efectivamente pensavam e enveredaram, para uma acção pedagógica de carácter político que não lhes compete fazer, o que levou inclusivamente os emigrantes a encararem com muita desconfiança esses serviços ou certas missões que os foram visitar. A crescer a isto tudo há que sublinhar o efeito extremamente negativo e profundamente ressentido pelos emigrantes, das restrições à sua capacidade de votar. Praticamente tirou-se o direito de voto a milhões de emigrantes portugueses, o que além de profundamente injusto, é contraditório com o propósito de os manter vinculados a Portugal. Esperamos que nas novas eleições sejam restituídos aos emigrantes os seus legítimos direitos políticos.

P. — Quais lhe parecem ser as principais e mais imediatas consequências de um agravamento da situação, isto é, se continuar a verificar-se de modo progressivo o decréscimo das remessas dos emigrantes?

R. — O problema das remessas dos emigrantes está também intimamente ligado à ideia que os emigrantes fazem da situação portuguesa e das suas perspectivas de evolução, e à forma como é possível modificar a sua atitude de retraimento.

Eu penso que durante muito tempo e mesmo agora muitas vezes se tende a encarar os emigrantes na perspectiva das remessas que eles possam vir a fazer, o que é algo que para além de ser muito circunscrito a aspectos materiais, suponho que ofende um pouco a personalidade do emigrante. Ele não é apenas um produtor de divisas externas que são remetidas para aqui. É óbvio que o emigrante português que pensa voltar a Portugal para aqui passar ainda uma parte da sua vida activa, ou pelo menos para passar os seus últimos anos de vida com uma situação já de algum desafogo económico resultante de um trabalho extremamente duro que desenvolveu no estrangeiro, ou ainda referindo-me àqueles que têm aqui famí-

lia e pretendem que essa família viva melhor, têm uma pretensão clara: saber qual é o destino provável que podem ter os seus investimentos quando compra uma casa, quando compra uns campos, quando, portanto, cria as condições para regressar ou cria as condições para que a sua família viva melhor. A sua incerteza sobre algumas opções políticas fundamentais suscita-lhe um cepticismo acerca da conveniência ou não de continuar a enviar periodicamente o fruto do seu trabalho para Portugal. Portanto o problema das remessas dos emigrantes está a meu ver intimamente ligado com a imagem que os emigrantes têm do que é Portugal neste momento e de como é que vai evoluir. É necessário que lhe sejam dadas garantias do ponto de vista económico. O que foi que lhe aconteceu? Foi que muitas vezes se lhe disse uma coisa e na prática se fez outra, devido a uma certa desorganização e a um certo teor anarquizante que se tem registado. É o caso, por exemplo, das casas dos emigrantes que têm sido ocupadas. É evidente que o emigrante se sentiu tratado com profunda injustiça e além disso começou a reflectir se se justificaria continuar a pensar nos moldes anteriores remetendo para aqui periodicamente as suas economias. Um outro ponto que é importante é que se a economia portuguesa não recuperar, se continuar a caminhar no sentido de uma diminuição do produto nacional bruto e a aproximar-se do caos económico, naturalmente que o emigrante, que lá fora tem uma medida muito sensível de como marcha a economia portuguesa através da cotação do escudo — e o escudo começa a ser, salvo no mercado negro, inconvertível no estrangeiro — começa a ter dúvidas sobre se afinal de contas não vai pura e simplesmente perder

o seu dinheiro quando o manda para aqui. Essa é uma situação que deve ser alterada, mas não tenhamos ilusões, só pode ser alterada, desde que se forneça aos emigrantes uma imagem clara e objectiva da situação aqui, revelando-lhes as dificuldades mas também as nossas esperanças e dando-lhes um mínimo de garantias especialmente no que se refere especificamente aos seus pequenos patrimónios. Um outro ponto que também é importante é, por exemplo, a política que se cria em matéria de depósitos bancários. Se não se criarem condições específicas em relação à protecção de depósitos bancários dos emigrantes, se estes tiverem enormes dificuldades em levantar os seus depósitos, ou se criarem a convicção de que podem de um momento para o outro, por alteração súbita de circunstâncias políticas ver-se impossibilitados de os utilizar, reagirão de forma a não mais fazer os depósitos em bancos portugueses.

P. — Poderá referir algumas medidas, previstas para execução breve, no sentido de melhorar a situação dos emigrantes portugueses no estrangeiro?

R. — Neste momento há algumas diligências no sentido de realizar acordos com países de emigração. Alguns deles não são acordos muito importantes do ponto de vista quantitativo, mas podem ter interesse qualitativo; é por exemplo o caso do acordo com a Suíça e a emenda do acordo com o Luxemburgo que está em vias de entrar em vigor. Há algumas perspectivas também no que diz respeito aos países do Mercado Comum, mas o mais importante é neste momento o caso da França. Ao contrário do que se tem dito nos jornais, em algumas associações e até organismos sin-

dicais e partidos políticos, *não existe neste momento, ainda, uma negociação ou revisão de um acordo sobre a emigração com a França.* Há contactos, há estudos prévios, mas nem sequer há rigorosamente negociações preliminares. Neste ponto gostaria de deixar bem vincado que na altura em que se começarem essas negociações todos os principais destinatários dos benefícios desses acordos serão consultados sobre os problemas específicos e sobre as reivindicações a apresentar — quer os sindicatos, quer os Partidos políticos mais representativos, quer as Associações de emigrantes. É evidente que para estes estudos muito prévios, que não tem ainda a ver propriamente com as negociações, tem havido consulta a Associações de emigrantes portugueses, e aos emigrantes directamente através de métodos de inquérito.

P. — E em relação aos seus problemas internos? Refiro-me às questões do voto, ocupação de casas e terrenos, protecção aos investimentos, etc....

R. — Fundamentalmente enuncio os pontos mais importantes onde devem registar-se as modificações ou garantias de que as leis sejam efectivamente cumpridas.

No que diz respeito ao voto, pessoalmente sempre me bati — de resto, a formação política a que pertenço tem nesse aspecto uma posição nítida — no sentido do alargamento do voto a todos os emigrantes, pois a presente lei restringe-o em termos verdadeiramente inadmissíveis. Muitos emigrantes têm-se queixado, com toda a razão, de que no fundo querem contar com eles no que diz respeito às remessas, querem contar com eles para a reconstrução económica, mas negam-lhe o seu papel na reconstrução política, o que é efectivamente um contrasenso. A questão do voto tem que ser revista. É óbvio que isso não é um problema que diga directamente respeito à Secretaria de Estado da Emigração como tal, é uma questão em que nós exprimimos a nossa opinião. O problema da modificação da lei é algo de mais vasto em que estão implicadas as diversas forças políticas

**ESPEREMOS QUE NAS NOVAS ELEIÇÕES
SEJAM RESTITUÍDOS AOS EMIGRANTES
OS SEUS LEGÍTIMOS DIREITOS POLÍTICOS**

deste país, mas, efectivamente, até em termos estritos de problemas de emigração, a imagem do País modificar-se-ia bastante nas colónias de emigrantes portugueses se o voto fosse alargado. E não devemos esquecer que alguns dos problemas que se têm registado do ponto de vista político nas colónias dos EUA e do Canadá podem ter sido facilitados pelos ressentimentos, em grande parte justificados, dos portugueses que as integram. Nós efectivamente não podemos prever por um lado que os emigrantes façam parte do povo português, que devam apoiar Portugal decisivamente nesta arrancada para a reconstrução económica e política do País, e simultaneamente negar-lhes qualquer participação do ponto de vista político.

A ocupação das casas e dos terrenos, a protecção dos investimentos, toda a parte bancária, toda a parte da criação de condições especiais resultantes da peculiaridade da situação de pessoas que não vivem em Portugal, são problemas de um outro tipo, que estão a ser tratados e que temos esperança de virem a ser rapidamente resolvidos. No que respeita à ocupação de terrenos e de casas já há legislação sobre isso, só que essa legislação não tem sido cumprida. A Secretaria de Estado criou um grupo de trabalho encarregado especialmente de não só seguir os casos concretos de violação dessas leis, e portanto os casos de ocupação ilegal de casas e terrenos dos emigrantes, como ainda no sentido de introduzir nessas leis as melhorias necessárias. Está-se a colaborar com o Banco de Portugal e com a Secretaria de Estado do Tesouro no sentido de se definirem condições para os depósitos dos emigrantes, para a protecção dos seus investimentos, nomeadamente no que diz respeito a acções que os emigrantes tinham em certos investimentos, como por exemplo os casos J. Pimenta e Torralta.

É fundamental, insisto, que os emigrantes se convençam através de situações palpáveis que efectivamente os seus interesses não serão esquecidos aqui e serão protegidos. Não basta fazer declarações pom-

posas: disso estão os emigrantes fartos. É preciso que as coisas sejam comprovadas na realidade concreta do dia a dia.

P. — Até que ponto considera importante para uma «recuperação» dos emigrantes, a estabilização da situação política-social portuguesa?

R. — Essa condição, chamemos-lhe assim, é mesmo fundamental, e repare até que se assim o é — e está provado que sim — para a recuperação de todos os portugueses, para os emigrantes em particular tal condição assume o rigor máximo, quer no tempo de execução, quer pelos processos que se irão utilizar.

Se nós efectivamente caminhar-mos, como eu tenho esperança que o façamos, para uma estabilização da vida política e conseguirmos recuperar o atraso do ponto de vista económico, estou convencido de que ganharemos os emigrantes para o processo.

Mas tal objectivo só pode atingir-se se for claramente compreendido por todos a necessidade imperiosa de se trabalhar com disciplina democrática e no respeito rigoroso da vontade popular. Isto é uma condição «sine qua non», e eu estou esperançado que hoje, em particular depois do 25 de Novembro, comecem a verificar-se os pressupostos necessários para que efectivamente se avance nesse sentido. O papel que para essa estabilização tem a desempenhar o VI Governo é fundamental, visto que ele representa efectivamente a grande esperança de se conseguir uma resolução democrática para Portugal, dentro da opção política feita nas eleições de 25 de Abril, opção por um socialismo pluralista, por um socialismo que vai respeitar as liberdades individuais e por um socialismo que poderá vir a ser realizado por métodos diferentes, consoante as propostas dos partidos políticos que obtiveram melhores resultados nessas eleições. Tem sido e continua a ser, a meu ver, o motor essencial, um dos grandes maiores de que efectivamente se venha a conseguir essa estabilização da vida político-social.

OS EMIGRANTES PRECISAM DE UM MÍNIMO DE GARANTIAS

P. — De um modo geral, quando nos referimos aos emigrantes temos sempre presente em primeiro lugar factores de ordem económica, ignorando que o emigrante é antes do mais um cidadão portador de uma cultura. Concretamente, gostaria de saber a sua opinião sobre as consequências de um afastamento sócio-cultural dos emigrantes e as possibilidades que existem de tal fenómeno se verificar. E isto porque me parece ser um tanto exagerado, talvez até um abuso, pensar que o emigrante estará para sempre, em todas as circunstâncias, vinculado à Pátria... e disposto a tudo, portanto.

R. — Pois claro que isso é importante e corremos esse risco se não forem tomadas as devidas precauções. No entanto, o problema deve ser encarado numa perspectiva muito mais vasta, ultrapassando naturalmente a Secretaria de Estado da Emigração, se bem que o seu papel neste caso seja obviamente indispensável. A questão é extremamente complexa e requer estudo e tratamento apropriado em conjunto com vários departamentos, principalmente o Ministério da Educação e Cultura. Neste particular, é necessário, em primeiro lugar, criar bases de cooperação interministerial, quer a nível interno, quer a nível internacional. Daí até a importância, como já tive ocasião de dizer, do facto de esta Secretaria de Estado ter sido integrada no Ministério dos Negócios Estrangeiros, uma vez que se trata de levar a cabo uma acção concertada com as nossas características de país

Europeu e com as necessidades (e obrigações) que o contexto internacional impõe.

Mas voltando ao principal da pergunta, e independentemente de outras considerações, muito mais exaustivas por certo (e que penso poder deixar para outra oportunidade, dado ultrapassarem, a meu ver, o âmbito de uma entrevista sobre questões da emigração na generalidade), penso que não é demais insistir na importância de uma informação objectiva sobre o que verdadeiramente se passa no nosso País, e sobre o que a maioria do seu Povo pensa que deve ser o seu futuro.

Há outro ponto que gostaria de salientar, e que é o esforço que tem que ser feito no campo do apoio cultural ao emigrante, e no do desenvolvimento das instituições de ensino. As Universidades estrangeiras começam a dedicar particular atenção aos países de emigração, por exemplo criando laboratórios especiais para o ensino de línguas para emigrantes, fazendo experiências da aculturação dos emigrantes (aculturação por parte dos países de acolhimento) mas tudo tem que ser feito dentro de um espírito de equilíbrio entre duas necessidades que devem ser igualmente satisfeitas: uma a de per-

mitir que os emigrantes mantenham, desenvolvam e divulguem a cultura de que são portadores, outra, a necessidade de abrir as portas para o conhecimento da cultura dos países onde trabalham, o domínio da sua língua, e, por outro lado, um mínimo conhecimento das instituições culturais, políticas e administrativas desses países. Isto só pode ser conseguido através de um esforço enorme para aumentar o nível médio cultural do nosso emigrante, e, portanto, essa é a grande tarefa de instrução, educação e desenvolvimento cultural que se impõe às autoridades portuguesas e que deve ser reflectida inclusivamente nos próprios acordos de emigração.



o dinheiro dos emigrantes ainda mais seguro

Os depósitos dos trabalhadores portugueses que labutam no estrangeiro, poderão desde agora ser feitos em moeda estrangeira, mantendo-se a possibilidade de movimentação de conta em qualquer altura. Esta é uma importante medida que virá trazer tranquilidade a todos os emigrantes. Por um lado reconhece o Governo a necessidade que Portugal tem do auxílio dos emigrantes, não porque queira viver à custa das suas remessas, mas porque, no presente ainda precisa de comprar muita coisa que não produz e sobretudo, as matérias-primas de que não dispõe. Assim, os emigrantes são chamados a auxiliar, uma vez que as suas remessas reforçarão o poder de compra do Governo. Mas, por outro lado, os emigrantes dispõem desde agora das suas economias em moeda considerada mais estável, afinal de contas essa moeda que é a paga do seu trabalho.

De facto alastrava o receio de enviar dinheiro para Portugal, porque ao transformá-lo em escudos, estes tendiam a desvalorizar-se em relação a outras moedas.

Esta política de verdade deverá, no entanto, ser acompanhada por outras medidas que, dum modo eficaz, ajudem a resolver os enormes problemas invisíveis — familiares, sociais, escolares, de alojamento, de emprego, de formação profissional, etc., que acompanham o duro dia a dia de quem trabalha longe de Portugal e dos seus. Sem isso será somente uma política de meia verdade.

PAUL DIJOURD EM LISBOA



A convite do seu colega português, Rui Machete, deslocou-se a Lisboa para uma visita de dois dias o Secretário de Estado francês da Emigração, Paul Dijourd.

Tratando-se do primeiro membro do governo francês a visitar Portugal depois de 25 de Abril de 1974, a missão de Paul Dijourd, muito embora tivesse um objectivo específico (conversações sobre a emigração portuguesa em França) revestiu-se do maior significado para as relações entre os dois países. Durante a sua visita Paul Dijourd foi recebido pelo Presidente da República general Costa Gomes, e teve contactos com diversas personalidades do Governo Português, designadamente o primeiro-ministro, almirante Pinheiro de Azevedo e o ministro dos Negócios Estrangeiros, major Melo Antunes.

Sobre a importância das conversações, achamos significativa a entrevista que Paul Dijourd concedeu à Rádio-televisão Portuguesa, a qual publicamos integralmente.

R.T.P. — Quais serão os pontos a discutir entre si e o Secretário de Estado da Emigração português?

P.D. — São muito numerosos já que se trata da primeira vez que tomamos contacto para fazer o ponto da situação genérica dos portugueses que estão em França. É uma questão da maior importância, tanto para a França como, evidentemente, para Portugal: existem 850 000 por-

tugueses em França. Boa parte deles levaram as suas mulheres e os seus filhos e contribuem de forma muito importante para o desenvolvimento económico do meu país. Vim, também — e antes de mais nada —, para dizer aos portugueses e ao Governo português que estamos imensamente reconhecidos pelo trabalho e pelo esforço desenvolvidos pelos portugueses que estão em França e que, como disse, contribuem de forma

extremamente importante para o nosso desenvolvimento e para a nossa prosperidade. Há cerca de ano e meio, o Presidente da República Francesa, sr. Giscard d'Estaing, lançou uma política de promoção, uma política de melhoramento da vida quotidiana, uma política que visa melhorar o futuro de todos os estrangeiros que vivem em França. Todo o meu esforço, toda a minha acção, consistiu em tentar, por todos os

MELHORAR A VIDA DOS PORTUGUESES EM FRANÇA

meios e em todos os domínios, que os estrangeiros que vivem em França sejam mais felizes e estejam mais seguros do seu futuro, do seu destino, tanto em relação a eles próprios, como no que respeita às suas famílias e aos seus filhos. Essa a razão porque, hoje, o sr. Rui Machete e eu estamos a examinar todos os aspectos da vida dos portugueses que se encontram em França: tanto a habitação, como o problema da escolarização das crianças, como os problemas de formação profissional, como o problema das condições de trabalho, como o problema da formação tendo em vista o regresso ao seu país — de modo a prepará-los para contribuírem para o desenvolvimento da economia portuguesa através da formação profissional adquirida em França —, como o problema de controlo do movimento migratório, dado o Governo francês ter suspenso a emigração, como V. sabe, e estar a lutar contra a emigração clandestina. Nós achamos que a emigração clandestina cria automaticamente o tráfico de mão-de-obra e a exploração dos trabalhadores; este é um aspecto nefasto do mundo moderno que não só cria problemas aos trabalhadores estrangeiros — os quais, dando grandes quantias em dinheiro, acabam por ser tratados quase como escravos pelos «passadores» clandestinos, pelas organizações clandestinas de mão-de-obra —, como acaba por criar problemas a ambos os países. Também abordaremos, pois, a questão da emigração clandestina, a qual constitui um dos aspectos mais importantes da nossa acção comum.

R.T.P. — Outra pergunta que gostaríamos de lhe fazer refere-se, exactamente, à questão da emigração clandestina: qual é a situação dos emigrantes que entram ilegalmente em França e que, podem ser forçados a voltar a Portugal, dado não terem a sua estadia regularizada?

P.D. — Trata-se de um dos assuntos que iremos abordar longamente com o sr. Secretário de Estado da Emigração, dado que o problema

preocupa os dois países. Ambos os Governos estão, porém, perfeitamente de acordo quanto a pôr em prática tudo que possa acabar com a emigração clandestina. É necessário que os trabalhadores portugueses compreendam que, no seu próprio interesse, não deverão ir para França através de processos ilegais. Foi previsto um processo legal para o fazerem, tanto para eles como para as suas famílias: recorde que, no que respeita às famílias, esse processo é extremamente encorajante, dando todas as vantagens aos que utilizam o processo legal. Para os trabalhadores esta é, pois, a única via possível. De momento a emigração foi suspensa, mas futuramente recomeçará — num futuro próximo, assim o espero — dado que as condições económicas da vida francesa tal permitirão. Para já, todavia, não existe emprego em França. A França conhece uma crise económica bastante grave, existindo um milhão de desempregados e qualquer novo trabalhador que chegue a França, neste momento, irá fazer aumentar o número de desempregados, não encontrando trabalho, e irá viver em péssimas condições. Actualmente, é preferível não ir para França; é necessário esperar que o processo legal para o fazer possa, de novo, ser utilizado e, só a partir daí, mais portugueses poderão ir para o nosso país, encontrando um lugar e podendo, mais tarde, fazer ir a sua própria família. Em compensação, as famílias podem ir para França: simplesmente, elas não o deverão fazer de qualquer maneira, nem em qualquer altura. Deverão fazê-lo apenas quando tiverem a certeza de que terão alojamento. É necessário que o chefe de família tenha alojamento em boas condições, onde possam ir habitar a sua mulher e os seus filhos. Estamos a fazer grandes esforços para criar novos alojamentos; é necessário esperar até esses esforços começarem a dar os seus frutos. Além disso, é preciso que o trabalhador que manda ir a sua família, tenha condições para a manter, dado que a França é um país industrial e a vida é cara e difícil, tornando-se praticamente

impossível para quem não tenha dinheiro, para quem não tenha meios: nesse caso será a miséria e uma miséria muito dura, contra a qual nada podemos. Portanto, é necessário que o trabalhador que manda ir a sua família tenha a sua situação legalizada. Caso a sua situação esteja legalizada e ele tenha alojamento, poderá legalmente, a partir de agora, mandar ir a sua família e, nesse caso, o Governo francês auxilia-o, uma vez que, sendo a sua vinda legal, lhes pagamos três meses de alojamento. Isto é, encorajamos, por todos os meios possíveis a vinda das famílias por via legais.

R.T.P. — Considera que existe concretamente o risco de um regresso em massa dos emigrantes clandestinos portugueses que estão em França?

P.D. — Não. De modo nenhum. Como sabe, a França considera que os portugueses lhe prestaram um grande serviço, ao trabalharem no nosso país: foram úteis para o nosso desenvolvimento económico e estamos-lhe gratos. Portanto, em caso algum, irá a França pedir aos portugueses que regressem ao seu país. Isso está fora de causa. Eles participaram no nosso esforço, são nossos amigos e, evidentemente, mesmo com as dificuldades actuais, permanecerão connosco, beneficiando dos mesmos direitos e das mesmas regalias — em particular no que respeita à protecção contra o desemprego — dos trabalhadores franceses.

R.T.P. — Existe igualmente a questão dos subsídios familiares, a qual suscitou problemas?

P.D. — Trata-se de um problema muito difícil. Mas, falando francamente, penso que seria extremamente injusto que a família cujo chefe de família permaneceu em Portugal a trabalhar, tenha subsídios familiares menores que a família da mesma aldeia, da mesma rua, mas cujo chefe de família foi trabalhar para França. Isto, dado que os subsídios familiares são, em França, bastante grandes, é certo, mas se fossem exportados para Portugal criariam uma situação injusta, em detrimento de quem permaneceu a trabalhar

em Portugal. Por isso pensamos que o sistema mais justo, aquele que menos desigualdades cria, consiste em fazer beneficiar as famílias da mesma aldeia dos mesmos subsídios familiares, quer o chefe de família esteja em Portugal, quer ele tenha partido para França. E isto é tanto mais justificado, quanto a política familiar francesa, quanto à emigração, permite a um trabalhador, a partir do momento em que tenha habitação e a sua situação legalizada, mandar ir a sua família e beneficiar, a partir daí, em França, de subsídios familiares semelhantes aos dos franceses.

R.T.P. — Mas, actualmente, a diferença entre os dois subsídios familiares, é guardada e administrada pelo Estado francês: ora, o problema que se põe é o de saber se os trabalhadores ou o Estado português poderão ter algo a dizer sobre a utilização desse dinheiro. Este ponto irá ser discutido?

P.D. — Não. Esse dinheiro pertence às Caixas dos subsídios familiares franceses e parte dele reverte a favor das Caixas portuguesas, que o redistribuem no conjunto dos subsídios familiares portugueses. A diferença é dada ao Fundo de Acção Social — que é um organismo francês dependente do meu Ministério — e inteiramente utilizada em benefício dos emigrantes que existem em França: é uma das contribuições financeiras que permite ao orçamento para a imigração ser relativamente importante e assegurar inúmeras realizações em benefício dos emigrantes, tanto no domínio da acção social, como no que respeita ao acolhimento das famílias, aprendizagem do francês, melhoria da habitação. Em todos estes domínios são utilizados esses fundos; não são, evidentemente, os únicos fundos que utilizamos, pois existem, também, meios financeiros orçamentais provenientes dos contribuintes franceses, bem como uma contribuição das organizações patronais francesas para a construção de alojamentos. Mas, como está a ver, é essencialmente a diferença entre o total das contribuições para as Caixas de

subsídios familiares franceses e o que estas fazem reverter a favor das Caixas portuguesas, que permite a realização de acção social em inúmeros domínios.

R.T.P. — Para terminar, gostaríamos de lhe perguntar se existem alguns projectos para resolver problemas fundamentais como a habitação, a formação profissional, etc.?

P.D. — Sim, certamente. Há um ano, aproximadamente, começámos a pôr em prática uma política de conjunto em todos os domínios da vida dos emigrantes que se encontram em França. Em primeiro lugar, no domínio da habitação, onde vamos construir várias dezenas de milhar de habitações para alojar, praticamente, todas as famílias estrangeiras. Trata-se de um grande esforço, dado que a França é um país próspero e desenvolvido em inúmeros sectores mas, no que respeita à habitação, tem ainda alguns atrasos. Temos que construir ainda muitas habitações. Estamos também a efectuar um grande esforço no domínio da formação profissional, dado que temos um sistema de formação permanente dos mais importantes e desenvolvidos da Europa e queremos que os estrangeiros dele beneficiem tal como os franceses, o que ainda não acontece. Neste campo temos ainda que efectuar um grande esforço. Estamos a desenvolver, também, todos os centros de acolhimento, que permitem aos estrangeiros estar em contacto com a vida francesa, adaptar-se a ela, manter boas relações com a Administração francesa. Um grande esforço incide, igualmente, na escolarização das crianças: basta saber que a França tem actualmente a seu cargo a escolarização de 235 000 crianças portuguesas, o que é muito importante; vamos esforçar-nos por lhes dar uma boa escolarização, de modo a permitir-lhes ter, posteriormente, uma boa formação profissional, para que quando regressarem a Portugal ou crescerem em França, tenham uma vida normal. Existe, ainda, todo o domínio da acção social, no qual estamos a tentar pôr em prática um dispositivo que permita ajudar as

mães de família, no local em que se encontram, um dispositivo de enquadramento social. Trata-se, pois, de um enorme esforço que está em curso. Não irá, certamente, produzir todos os seus frutos dentro de seis meses. Só no que respeita à habitação, são necessários vários anos. A partir daqui é preciso compreender que iremos resolver completamente o problema da população estrangeira em França dentro de cinco ou seis anos. Dentro de seis ou sete anos, os trabalhadores estrangeiros que estão em França terão as mesmas possibilidades de promoção pessoal, as mesmas possibilidades quanto ao seu futuro e quanto ao futuro das suas mulheres e dos seus filhos, que os trabalhadores franceses. Trata-se de uma melhoria completa das suas condições que o Presidente da República Francesa quis pôr em prática e que conseguiremos atingir. É uma tentativa muito vasta e que é difícil, mas para a qual agora possuímos meios suficientes. Trata-se de uma mudança, em relação à política anterior, certamente — de certo modo, tínhamos esquecido os estrangeiros no nosso país: a França progrediu muito e os estrangeiros muito participaram nesse progresso, particularmente os portugueses —, mas agora vamos fazer tudo para lhes dar a possibilidade de serem mais felizes no nosso país, de encontrarem nele o seu lugar. Penso que isso contribuirá em muito para a melhoria das relações entre os dois países: pertencemos a duas nações que mantêm laços de amizade desde há muito. Os laços sentimentais e de amizade entre Portugal e a França desenvolveram-se, cimentaram-se através de uma História que foi feita, sobretudo, de amizade. É preciso, agora, levar essas relações ainda mais longe, e que agora que Portugal se vai preparar para entrar na Comunidade das Nações Europeias, possamos ajudá-lo em tal, o que é, aliás, um pouco o sentido da minha visita, dado eu ser, após a Revolução, o primeiro membro do Governo francês a vir a Portugal, o que constitui para mim uma grande honra e um grande prazer.



25 de novembro

A REVOLUÇÃO ESTEVE EM PERIGO

ANTECEDENTES

A análise correcta dos antecedentes do 25 de Novembro teria de nos levar até ao 25 de Abril e mesmo aos primórdios do «movimento dos capitães», às contradições desde sempre evidenciadas pelos militares que tiveram a «ousadia» de pensar que os políticos profisionais estariam interessados em perder os papéis principais da representação política portuguesa.

Os políticos mantêm-se atentos ao desenrolar dos acontecimentos de âmbito militar, mas que nas circunstâncias actuais são de capital importância para toda a nação. A nível militar registaram-se situações várias das quais vale a pena recordar as de maior significado para o eclodir da crise militar que haveria de desembocar numa tentativa de golpe. Assim temos a destruição dos emissores da Buraca da R.R. que provoca profundo impacto em certos meios e deixa os «páras» bastante perplexos perante as reacções populares; a desactivação da Escola de Tropas Pára-quedistas de Tancos pelo Chefe do Estado-Maior da Força Aérea depois daquela ter sido abandonada por 123 dos seus oficiais devido «à degradação completa das instituições militares»; as tropas pára-quedistas regressadas de Angola sob o comando do coronel Almendra não se mostraram interessadas nas ofertas dos seus camaradas de Tancos pelo que se dirigiam para a Ota depois de alguns incidentes no desembarque e por último aparece a questão da nomeação do capitão Vasco Lourenço para comandar a Região Militar de Lisboa. Dentro da R. M. L. há unidades que apoiam o cap. Vasco Lourenço para seu comandante e há outras que o contestam fazendo alarde disso na imprensa de Lisboa.

Neste quadro, para além das profundas divergências manifestadas inequivocamente no Conselho da Revolução e entre os comandos de diversas unidades em todo o País, parece dever merecer um lugar destacado a auto-suspensão do VI Governo Provisório, divulgada às primeiras horas do dia 20 depois de um plenário do Conselho de Ministros e «até que sua Excelência o Presidente da República e Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas lhe possa efectivamente garantir as condições indispensáveis ao exercício das suas funções e autoridade, em ordem a assegurar a actividade do seu programa de governo em todo o território nacional».

Alguns partidos políticos, radicalizados nas posições já conhecidas, apoiaram a medida (P.S., através de Sottomayor Cardia — «O Governo só pode governar se as Forças Armadas cumprirem o seu dever» e, portanto, o Partido Socialista «aprova inteiramente a decisão do Conselho de Ministros»; P.P.D., pela fluente palavra de Sá Carneiro, — «Não temos autoridade militar que ponha as Forças Armadas ao serviço do cumprimento do programa do VI Governo e de uma acção governativa eficaz», salientando que «a suspensão é uma clara intimação aos mais altos responsáveis militares entre os quais se situam Costa Gomes, Fábão e Otelo») outros repudiaram-na com maior ou menor vigor. Assim, por exemplo, o Partido Comunista considerou que a suspensão se «reveste de extrema gravidade e precipita o aprofundamento da crise político-militar» e «significa uma manobra de chantagem para forçar alterações dos comandos militares que garantam (ao Governo) os meios repressivos para abater as crescentes resistência e oposição das massas trabalhadoras e das forças revolucionárias à sua política».

A tensão político-militar, que se estava adensando progressivamente nos últimos tempos, atingiu proporções alarmantes durante a noite e a madrugada de 24 e 25 de Novembro. Enquanto o Conselho da Revolução se encontrava reunido em Belém, numa sessão iniciada às 18 h, de 2.^a-feira e que se prolongou até alta madrugada de terça, verificou-se, nas imediações, inesperada movimentação de blindados do Regimento de Comandos. A sua presença em frente do Palácio e do Depósito Geral de Adidos, perto do quartel da Polícia Militar, deveu-se segundo esclarecimento de um militar à Anop — «a um apelo do Presidente da República, que requisitou aquelas forças a fim de escoltarem material diverso para o Norte». O referido material era constituído por armamento recém-chegado de Angola, o qual — de acordo com um porta-voz do Copcon — não ia ser transportado para Santarém (como foi noticiado) mas sim para unidades do Norte.



OCUPAÇÃO DE UNIDADES MILITARES POR FORÇAS PÁRA-QUEDISTAS

Forças de pára-quedistas, motivadas pelo descontentamento resultante de decisão de dissolver a Base-Escola de Tancos, ocuparam a maioria das unidades da Força Aérea, procedendo à detenção, entre outros oficiais, do comandante da I Região Aérea, general Pinho Freire. Esta movimentação de pára-quedistas verificou-se a partir das seis horas da manhã do dia 25 (19 meses depois da queda do fascismo salazarista-caetanista), ao mesmo tempo que as emissoras de Rádio e TV de Lisboa eram ocupadas por forças do Copcon.

Também se verificou uma movimentação de forças do Ralis, que ocuparam posições na auto-estrada do Norte, dominando certos pontos estratégicos inclusivamente com canhões sem recuo.

A evolução dos acontecimentos fez que o Regimento de Comandos na Amadora, entrasse de prevenção rigorosa a partir das 11 horas, enquanto se mantinha o regime de vigilância reforçada, determinado pelo Copcon, nos quartéis de todas as guarnições militares do País.

Ao anoitecer a RTP que se encontrava ocupada por forças da EPAM coloca-se ao serviço dos revoltosos aparecendo nos «écrans» o capitão Duran Clemente elucidando sobre o que se estava a passar.



PROCLAMAÇÃO, PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, DO ESTADO DE SÍTIO PARCIAL

Depois destes acontecimentos que anunciavam um verdadeiro golpe de Estado desencadeado por forças pára-quedistas rebeldes o Presidente Costa Gomes decide declarar, primeiramente o «Estado de emergência» e posteriormente o «Estado de Sítio Parcial», assumindo por conseguinte, o comando directo das tropas fiéis.

Cerca das 22 horas verificou-se, através de Monsanto, o corte da ligação da RTP ao emissor principal, passando a ser utilizado o emissor do Porto, através do qual, primeiro em simples comunicação telefónica e, mais tarde, com imagem, o Presidente da República — na presença, entre outros elementos do Conselho da Revolução, dos generais Morais da Silva, Carlos Fabião e Otelo Saraiva de Carvalho, almirantes Pinheiro de Azevedo e Filgueiras Soares e brigadeiro Vasco Lourenço — leu a seguinte declaração:

«Como em todos os momentos difíceis da Revolução, aqui estou a comunicar ao povo português as decisões mais importantes que a todos afectam.

Em notas officiosas mandei tornar público aquilo, que sobre a actual situação militar, foi possível dar conhecimento, por ser concreto e objectivo. Continuarei a mandar difundir comunicados e notas officiosas à medida que elementos seguros estejam à minha disposição.

Neste momento, desejo declarar oficialmente o seguinte:

Ouvindo o Conselho da Revolução, verifiquei estarem reunidos os conditionalismos previstos no número 12 do artigo 7.º da Lei Constitucional 3/74 de 14 de Maio, conjugada com o artigo 6.º da Lei Constitucional n.º 5/75 de 14 de Março.

Nestas condições declaro que, na área geográfica definida pelos limites da Região Militar de Lisboa, passa a vigorar o estado de sítio parcial.

Como corolário, ficam legalmente restringidos, nesta área, os direitos de liberdade de reunião, de manifestação e de expressão.

Estas medidas devem ser interpretadas como o desejo de garantir a ordem, a tranquilidade e o direito ao trabalho das classes laboriosas afectadas pela actual situação.

A terminar, aqui ficam dois apelos:

Aos militares sublevados, para que reconsiderem a sua posição, potencialmente provocatória de confrontações e consequentes vítimas e sofrimentos para o povo português, recolhendo imediatamente aos seus aquartelamentos, onde ficarão directamente sob as ordens do Presidente da República.

Ao povo, às massas trabalhadoras, operários e camponeses, para que se não deixem enredar em manipulações estereis que só agravariam a situação, com van-

tagens para uma política de extrema direita.»

Perante a situação criada a Assembleia Constituinte decidia suspender a sua actividade por «não se encontrarem reunidos os necessários pressupostos para a realização dos trabalhos parlamentares.»

Com o Presidente da República a comandar directamente as operações contra os revoltosos forma-se por ordem deste na Amadora o Posto de Comando em ligação com Belém, sob a chefia do ten.-cor. Ramalho Eanes. Assim, depois de organizados para fazer face à revolta é que os Comandos de Jaime Neves obrigam os Páras de Monsanto a renderem-se pouco antes das 22 horas passando a RTP a estar ao serviço da Presidência da República, embora transmitindo dos estúdios do Porto.

DIA 26

Neste 2.º dia da sublevação militar foi decisivo na medida em que capitularam a Base Aérea da Ota, a Base Aérea do Montijo e ainda o Regimento de Polícia Militar.



As Bases Aéreas da Ota e do Montijo renderam-se sem quaisquer incidentes o mesmo já não sucedendo com o RPM que só depois de violento confronto com os Comandos, durante o qual houve três mortos, 2 dos Comandos e 1 da PM é que capitularam. Uma nota do EMGFA dá então conta globalmente da situação militar:

«Na intenção de manter o povo português informado, com verdade, sobre o desenrolar dos acontecimentos referidos à crise militar gerada pela sublevação de tropas contra-revolucionárias, comunica-se o seguinte:

Neste momento, já foram normalizadas as situações existentes no Comando da I Região Aérea (Monsanto); na Base Aérea n.º 5, em Monte Real; na Base Aérea n.º 2, na Ota; no Estado-Maior da Força Aérea e no Regimento da Polícia Militar de Lisboa.

Relativamente à regularização da situação no Regimento de Polícia Militar de Lisboa, é de toda a justiça realçar a actuação exemplar do Regimento de Comandos, que, com a maior eficiência, serenidade e mais completa abnegação revolucionária, pôs termo ao criminoso acto de rebeldia que o Regimento de Polícia Militar tomou, embora no início desta madrugada houvesse assumido um compromisso de fidelidade para com o Presidente da República.

Assim, e apesar das limitações existentes e sucessivamente eliminadas, os portugueses verdadeiramente empenhados na construção pacífica de uma nova sociedade tiveram possibilidade de se aperceber como um punhado de aventureiros civis e militares contra-revolucionários, explorando, em clara manipulação, a ingenuidade de alguns, lançaram o País num clima de efervescência e inquietação inadmissíveis.

As acções já realizadas e as que se encontram em curso estão, rigorosamente, dentro do es-

pirito que norteou o 25 de Abril, ao procurar evitar-se, a todo o transe, confrontos armados entre portugueses, o que infelizmente agora já não foi possível.

Tem, pois, a população todo o direito de condenar a atitude antipatriótica assumida por estes elementos, pelos grupos políticos e organizações manifestamente antipatrióticas que os apoiaram e, porventura, imitaram, não podendo tal atitude deixar de ser considerada profundamente responsabilizante.

Os portugueses exigem tranquilidade e segurança e Portugal precisa de trabalhar em paz para produzir e fazer face à situação económica, extremamente grave, em que se encontra.

Face aos graves acontecimentos que estão ocorrendo e às suas profundas implicações na vida nacional, volta o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas a apelar para todos os seus concidadãos para que, com serenidade e consciência cívica, já demonstrada no decurso desta crise, continuem cumprindo com rigor as determinações superiores, certo de que, com a firmeza das Forças Armadas e o generalizado apoio de todo o povo português, a nossa revolução não será jamais perturbada.»

Igualmente o Ralis se declarou estar às ordens do Presidente da República depois do major Dinis de Almeida se ter deslocado ao Palácio de Belém onde ficou detido.

DIA 27

Este dia foi de relativo impasse devido à atitude dos Pára-Quedistas de Tancos que em contacto com várias organizações populares tentavam apresentar-se em força às negociações com delegados do Presidente da República.



Por outro lado registaram-se algumas movimentações de populares na margem Sul do Tejo, nomeadamente junto da Câmara Municipal de Setúbal e junto ao Forte de Almada. Estas movimentações de populares não modificaram praticamente em nada a situação militar, a não ser em Tancos onde devida à pressão e ao encorajamento de certas organizações junto dos soldados fi-

zeram com que a rendição da Escola se fizesse bastante mais tarde de que o previsível.

A nível militar houve várias deslocações de tropas das Regiões Militares do Norte, do Centro e do Sul para Lisboa com o fim de reforçarem a RML. No Forte de Almada foi substituído o comandante.

A nível político-militar são conhecidas as demissões dos generais Carlos Fabião e Oteelo Saraiva de Carvalho, bem como o afastamento do almirante Rosa Coutinho.

Uma nota do EMGFA dava conta das alterações havidas nestes termos:

«Os generais Carlos Fabião, Chefe do Estado-Maior do Exército, e Oteelo Saraiva de Carvalho, comandante da Região Militar de Lisboa e do Copcon, apresentaram pedidos de demissão dos cargos que desempenhavam que foram aceites.

O cargo de Chefe de Estado-Maior do Exército passa a ser desempenhado, interinamente, pelo tenente-coronel de Infantaria Ramalho Eanes que, para o efeito, é graduado em general.

Os recentes acontecimentos na evolução político-militar aconselharam a rever a estruturação das Forças Armadas, de modo a garantir a sua coesão indispensável ao cumprimento dos objectivos que o M.F.A. se propôs perante o Povo português.

Nestas condições, verificou-se que a existência do Copcon, como órgão destacado da estrutura militar, prejudicaria tal coesão, pelo que foi decidido que as funções a cargo do Comando Operacional do Continente, fossem integradas no Estado-Maior-General das Forças Armadas.

O cargo de comandante da Região Militar de Lisboa é desempenhado pelo brigadeiro Vasco Lourenço.»

DIA 28

Com a rendição dos Pára-Quedistas de Tancos dá-se por estabilizada por completo a situação militar derivada da ocupação das Bases Aéreas de Montreal, Ota,

Este golpe contra-revolucionário contribuiu para um reajustamento do processo revolucionário iniciado a 25 de Abril de 1974 que sofrera desvios ora à direita ora à esquerda golpista e aventureirista.

Saiu reforçada a verdadeira esquerda, consciente da verdadeira revolução socialista factível e possível em Portugal.



a pátria vendeu-nos. Porquê?
a pátria abandonou-nos. Porquê?
a pátria rejeita-nos. Porquê?

UMA CARTA à procura de resposta

O emigrante vive em conflito constante com três fenómenos que de modo nenhum domina: a técnica, com o seu poder de consumo, a organização socio-política e o desenvolvimento cultural. Qual destes três fenómenos é que põe na base? Qual é a moral real da sua acção?

A técnica faz dele, a mais das vezes, um parafuso. A organização socio-política é tão complexa que escapa à sua consciência crítica e a qualquer aceno de oposição. O desenvolvimento cultural deste país é para o emigrante adulto, uma riqueza que apenas toca pela rama, através das imagens da televisão e dos reclames das montras.

O emigrante não é livre.

É escravo da sua incultura, imposta pelo fatalismo da sua geração, condicionalismo político-social e linguagem; é escravo da técnica que o desumaniza, mecanizando-o e estruturando-o, não segundo a sua medida total, mas segundo a sua capacidade de produção e rentabilidade; é escravo dum sistema político-social que lhe é estranho, de que nada contribui para ser feito e a que nada tem a dizer, porque este povo não quer ser um país de imigração.

Seremos então mercadoria vendida.

Capital empregue ao serviço do capitalismo.

Homens sem consciência política porque privados das bases do jogo político, ao serviço da promoção de todos.

A Pátria vendeu-nos. Porquê?

A Pátria abandonou-nos. Porquê?

A Pátria rejeita-nos. Porquê?

António Cabral
Mainz — Alemanha

É PRECISO:

- Garantir que as comunidades portuguesas não só mantenham a sua identidade cultural, mas a desenvolvam em processos de enriquecimento que o estado de presença junto doutras culturas lhes permite.
- A inserção das comunidades de emigrantes no processo democrático e de transição para o Socialismo, através da consciencialização e da participação.
- Fornecer os meios adequados de informação, documentação e formação a fim de criar um distanciamento crítico em relação à situação do trabalho, às relações de sociedade e às ideologias em que se situam, e do qual advirá a compreensão do processo revolucionário português.
- Estender e apoiar o associativismo de base como fórmula organizativa e via de participação no processo português, desde que em conjugação com iniciativas de desenvolvimento regional nas zonas do interior.
- Levar as comunidades de emigração a procurar solução para os seus próprios problemas, desde que apoiadas e em conjugação com as autoridades locais, proporcionando-lhes por este modo a necessária criatividade e poder de iniciativa em recursos humanos e materiais.
- Alterar radicalmente a estrutura e a funcionalidade da escola portuguesa no exterior, quer em relação à sua implantação em Portugal, quer porque é a toda a comunidade que devem ser fornecidos os meios de formação e promoção.



EMIGRAR:

destino
ou
caminho?

A IMPORTÂNCIA DAS EMIGRAÇÕES...

O fenómeno emigratório, quer em si mesmo, quer na perspectivação através da qual deve ser encarado, é um reflexo imediato da sociedade portuguesa e dos seus problemas. Daí que no decorrer do tempo histórico nacional, as emigrações apareçam como situação crónica em função do que se era ou não era em determinado momento em Portugal; já se emigrou deste país por todos os motivos possíveis e, se isso aconteceu com outros países, no caso português, as emigrações comportaram-se sempre com tal força, que em muitos casos definiram Portugal e o seu modo de estar no mundo. Não só foram uma resultante do evoluir e das tradições e vários níveis da sociedade portuguesa, mas foram também, dum modo ou doutro, um elemento activo nessa evolução e nessas contradições. Sempre a presença de portugueses no exterior determinou e esclareceu até, o processo interno por via dum dinâmica interior-exterior-interior a tal ponto influente que uma leitura correcta da história portuguesa recorre permanentemente a essa relação.

AS QUAIS TAMBÉM FAZEM PORTUGAL...

As recentes mutações na sociedade portuguesa, culminando um processo de problemas internos que afectaram as populações e as obrigaram a emigrar, tem reflexos nos modos de estar dos trabalhadores portugueses no exterior e dão um conteúdo muito específico à problemática da emigração. Quer queiramos, quer não, o nosso futuro próximo tem de contar com estes trabalhadores e com os muitos que apesar da vontade revolucionária do contrário disso, se lhes irão juntar. Pensamos no caso de presença portuguesa em África, na Europa e na América como zonas privilegiadas de situar Portugal. No fundo, Portugal é um país donde se emigra e por via disso, um país cuja história é feita também por presenças no exterior.

QUE TODOS QUEREMOS EM RENOVAÇÃO...

Acresce que as emigrações tendem a constituir-se em espaços nacionais nos países de acolhimento. E Portugal precisa disso mesmo: precisa dum tratamento específico do problema emigratório em função de tudo quanto se pretende construir e renovar neste país. Pensamos que esse tratamento se deve constituir em formas correctas de desenvolvimento cultural e social, embora não só.

POR TUDO ISSO É DEVIDO UM LUGAR ÀS EMIGRAÇÕES...

A atenção permanente que nos últimos meses se tem dado à auscultação deste problema, dão conta dum situação que esquematicamente pode sintetizar-se como segue:

- Nítido interesse das comunidades portuguesas pelo que se está a passar em Portugal, manifestado até pela reacção negativa ao processo revolucionário, embora em muitos casos o interesse se manifeste por uma vontade decidida de participação.
- Total falta de informação adequada e correcta.
- Incapacidade de compreensão e aceitação do processo português para o socialismo.
- Sensação de abandono nos seus problemas concretos por parte do aparelho de Estado, nomeadamente diplomático e administrativo.

Perante esta situação, um problema de desenvolvimento sócio-cultural, destinar-se-á fundamentalmente a modificar nas áreas sociais e culturais e de forma não violenta, a situação presente. Há-de consegui-lo se utilizar as próprias comunidades de residentes no exterior como sujeitos de promoção sócio-cultural através do despertar das potencialidades e recursos próprios. Como não se pretende criar unicamente adeptos emocionais da revolução portuguesa, há que dar à comunidade de emigrados o dinamismo e as oportunidades da participação e da mudança. Qualquer coisa como fazê-las descobrir um novo sentido para o «sentirem-se portugueses».

E UM APOIO CORRECTO ÀS SUAS INICIATIVAS...

Deste modo, um desenvolvimento sócio-cultural aparece como um processo de ajuda externa às comunidades por parte do Governo Português, para que se integrem activa e livremente no processo revolucionário actual. É condição de eficácia que em cada comunidade os seus componentes unam os seus esforços para melhorar a sua situação, para que criem o distanciamento crítico que os levará à compreensão da sua situação de explorados em dupla forma. E ainda, que os resultados dos seus trabalhos não sejam sem mais inseridos no desenvolvimento económico português e nas suas costas, antes com eles se proceda ao estudo de propostas concretas para o emprego da sua economia no desenvolvimento regional das suas zonas de origem.

INICIATIVAS QUE TEM DE PARTIR DAS PRÓPRIAS EMIGRAÇÕES...

Ao situarmos deste modo e em síntese a posição dos problemas queremos significar que todos os esforços ou acções se devem conjugar com os esforços das próprias comunidades a partir das bases lá onde os problemas são pessoais e concretos. Queremos significar que a estruturação a encontrar e a planificação a haver, há-de ter como ponto de partida a própria comunidade emigrante dinamizada para tais objectivos.

QUE OS EMIGRANTES SAIBAM A QUE SE ATER...

A situação de emigração cria condições próprias de comunidade, quer pelo que resulta do estar em país estranho, quer pelo modo de constituição da comunidade. Resultado dessas condições são por um lado, a desorganização, a carência de infra-estruturas sociais e culturais adequadas e uma crise de cultura provocada pela heterogenidade de procedências e influências.

Os emigrantes poucas vezes sabem a que se ater dado o estado de desagregação normativa e grupal em que se encontram.

Mas, por outro lado, possuem o denominador comum da ligação à terra de origem. Daí que uma das condições de eficácia dum qualquer trabalho, seja conseguir que em cada comunidade os seus componentes unam esforços para melhorar a situação social e cultural através dum conjunto de acções lúcidas que os mantenham ligados a Portugal.

ESTEJAM INFORMADOS...

Parece também importante que o planeamento a fazer, se processe após prévia preparação informativa de vasto alcance, afim de despertar as próprias necessidades e abrir o caminho aos esforços dos poderes públicos.

Para tal, é necessário criar-se um renovado estado de consciência através da informação que até ao presente não tem existido.

SEJAM OUVIDOS...

Será também necessário que os trabalhadores portugueses no estrangeiro se apercebam de que as suas ideias, as suas intervenções e sugestões, começam a ser ouvidas e postas em acção.

Por isso não bastará que isoladamente enviem as suas questões aos consulados ou à Secretaria de Estado da Emigração. É necessário que ao nível local encontrem forma de expressão e até de resposta. Só aí se pode trabalhar ao nível do homem, do ser concreto com a sua circunstância e ser-se entendido.

CONCLUINDO...

Numa primeira aproximação dos problemas a enfrentar, parece necessário denunciar uma vez mais, o modo unilateral como estes têm sido abordados, isto é, pelo ângulo exclusivo do trabalho.

Se na verdade, é o trabalho a causa principal de emigração, para se encontrarem os seres humanos, *teremos de utilizar uma perspectiva principalmente familiar e social*. Ora mesmo os acordos que se dizem progressivos têm esquecido isto e acarretado consigo o fracasso de todas as acções por via desse esquecimento.

Por um lado Portugal tem visto na separação das famílias algo que tacitamente obriga ao envio de remessas. Por outro lado, os países de acolhimento encaram essa separação como uma fuga a maiores responsabilidades. *Ficam deste modo a perder de vista os problemas que mais afectam o trabalhador emigrante: o alojamento, os cuidados médicos e escolares, a educação e a ocupação útil dos tempos livres*. Assim, as acções para as quais faltou uma perspectiva correcta não correspondem aos problemas sentidos pelos emigrantes.

Ao darmos-nos conta desta perspectiva, de imediato a educação terá de deixar de ser algo de particular, ou sequer como dizendo respeito a uma única idade ou tempo. Será antes um processo a desenvolver paralelamente à emigração e ao longo de todo o seu percurso. Só por este modo, a emigração poderá ser um enriquecimento humano e social para a família no seu conjunto. É assim condição de eficácia, o reconhecimento de que os maiores problemas dos emigrantes se encontram na «bagagem invisível que transportam consigo», isto é, todos os problemas familiares que ficaram por resolver e se agravaram com a partida.

Portugal é um país donde se emigra e por via disso um país cuja história é feita também por presenças do exterior.



À CHEGADA EM SANTA APOLÓNIA

Das informações às impressões, quatro perguntas a alguns emigrantes. O acesso difícil à informação sobre Portugal e os processos que utilizam para a obter são descritos à chegada, em poucas palavras.

1. Natural de Sesimbra, 47 anos, passou por diversos ofícios até emigrar para a Suíça, há 9 anos, onde trabalha em jardinagem:

— **Na Suíça, que informações tem sobre Portugal?**

— Que informações é que lá tenho? Nenhumas, nenhuma, não tenho nenhuma...

— **Lê jornais portugueses?**

— Não, a única coisa que leio são as cartas da minha família e dos amigos.

— **Vem regularmente a Portugal?**

— Venho. A última vez foi há uns dez meses. Agora voltei para o Natal.

— **E quais são as suas impressões?**

— Olhe, eu ainda não sei de nada; enquanto cá não me disserem...

2. Natural de Castro Verde, 33 anos, trabalhava no campo; emigrou para a Alemanha, há oito meses, estando agora empregada num hotel:

— **Na Alemanha, que informações tem sobre Portugal?**

— Tenho ouvido dizer que Portugal... não sei bem.

— **Lê jornais portugueses?**

— Não, o que sei é pelas cartas e pelo que ouço dizer.

— **Vem regularmente a Portugal?**

— Só lá estou há oito meses, esta é a primeira vez que volto. Mas penso vir sempre que possa. Agora vou ficar uns dois meses e aproveito o Natal.

— **E quais são as suas impressões?**

— Acho que Portugal vai estar melhor, talvez. Mas até à data não sei o suficiente.

3. Natural do Algarve, onde era trabalhador rural. Tem 44 anos e está há 6 na Alemanha, como operário numa fábrica de alumínio:

— **Na Alemanha, que informações tem sobre Portugal?**

— Ah, nada! Só as que ouvia ou que me escreviam da terra; às vezes via alguma coisa nos noticiários da televisão. Mais nada.

— **Lê jornais portugueses?**

— Não, não chegam lá.

— **Vem regularmente a Portugal?**

— Venho, todos os anos venho cá uma vez ou duas.

— **E quais são as suas impressões?**

— Bom, sabe, eu queria que toda a humanidade se desse bem e não houvessem problemas.

4. Tem 34 anos, nasceu em Igreja Nova onde era polidor de mármore; há 5 anos que está na Suíça a trabalhar na construção civil:

— **Na Suíça que informações tem sobre Portugal?**

— Nós ouvimos a rádio, a Emissora Nacional, mas é um bocado difícil, sobretudo à noite; de manhã ouve-se melhor. O resto é através da televisão suíça, nos telejornais.

— **Lê jornais portugueses?**

— Não, não chegam lá.

— **Vem regularmente a Portugal?**

— Costumava vir. Agora vim de todo, definitivamente. Não me deixavam lá ficar mais tempo, por causa do meu contrato, que acabou.

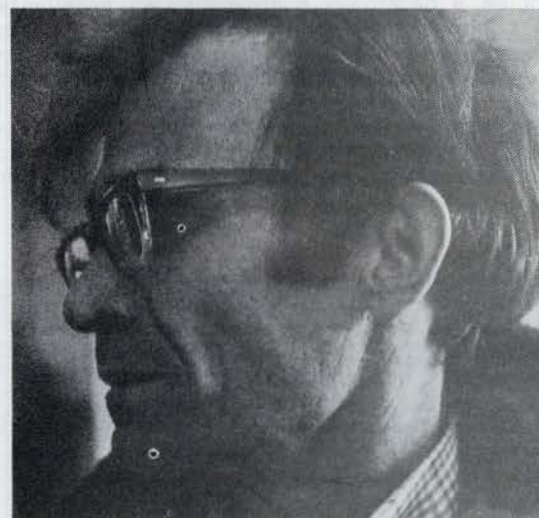
— **E quais são as suas impressões?**

— Sei que me vai ser difícil arranjar trabalho, se calhar...

5. Era padeiro em Lisboa, embora tivesse nascido e trabalhado no norte. Tem 46 anos, emigrou há 5 anos para a Suíça, onde está a trabalhar na construção civil:

— **Na Suíça, que informações tem sobre Portugal?**

— Muito poucas. Às vezes ouvimos a Emissora, aos domingos.



— **Lê jornais portugueses?**

— É muito difícil, só quando os mandamos vir através da família.

— **Vem regularmente a Portugal?**

— Sim, sim. Todos os anos.

— **E quais as suas impressões?**

— As minhas impressões? Bem, nós tínhamos muito gosto em aqui viver, porque é o nosso país e sentimos uma grande alegria quando chegamos, mas depois de cá estarmos algum tempo vemos que somos forçados a emigrar outra vez, porque não há trabalho que chegue. Se cá houvessem postos de trabalho teríamos muito gosto em trabalhar na nossa terra porque lá fora nos sentimos... não é bem escravizados, mas sentimos a ausência dos nossos, da família, a ausência dos nossos costumes, tudo isso nos faz falta. Não temos apoio; pelo menos na Suíça não temos qualquer apoio oficial. Enquanto o espanhol ou o italiano têm, nós lá não temos nada. Assim que saímos da fronteira suíça perdemos todas as regalias que lá tínhamos, porque aqui se tivermos um desastre, se estivermos doentes, se tivermos um azar não temos qualquer apoio, temos que pagar os médicos, temos que pagar tudo à nossa conta.

6. Operário na construção civil, há 9 anos na Alemanha. Natural de Castro Verde, tem 46 anos e, em Portugal, trabalhava «nas estradas, na construção, naquilo que calhava...»:

— **Na Alemanha, que informações tem sobre Portugal?**

— Não tenho nenhuma, não tenho correspondência de lado nenhum.

— **Lê jornais portugueses?**

— Não, não, lá não chegam. Ouvia na rádio o que por cá se ia passando, mas no ano passado deixei o aparelho na minha terra e não tive possibilidades de comprar outro.

— **Vem regularmente a Portugal?**

— Sim, a última vez já foi neste ano. Agora vou ficar um mês e meio ou dois meses, ainda não sei.

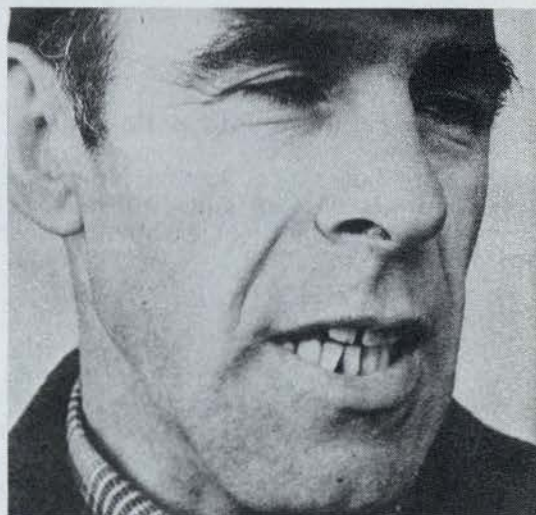
— **E quais são as suas impressões?**

— As minhas impressões são que a gente precisa levar aqui uma vida melhor...

7. Nasceu em Igreja Nova, onde era doméstica, até o marido a chamar para a Suíça. Há 5 meses que lá se encontra a trabalhar num hotel:

— **Na Suíça, que informações tem sobre Portugal?**

— Não sei quase nada. A Emissora ouve-se muito mal. Via às vezes as notícias nos jornais de lá, mas como não sei falar francês pouco percebia. Via as fotografias. Outras vezes conseguia ver alguma coisa na televisão.



— **Lê jornais portugueses?**

— Não, não arranamos.

— **Vem regularmente a Portugal?**

— Eu só estou lá há uns meses, mas agora vim definitivamente porque o meu marido foi despedido.

— **E quais são as suas impressões?**

— Olhe, nesta altura não são nada boas. Apanhei até alguns sustos porque tinha cá os meus filhos e via lá na televisão os carros da tropa na rua... Fiquei muito aflita.

8. Operário em França, há 6 anos, numa fábrica de cimento. Tem 43 anos e nasceu em Caldas da Rainha. Era trabalhador rural:

— **Em França, que informações tem sobre Portugal?**

— É pouca, porque não tenho rádio nem televisão.

— **Lê jornais portugueses?**

— Não, eu não sei ler. A única informação que sei é a que a família me manda e aquela que me contam.

— **Vem regularmente a Portugal?**

— Quando posso. A última vez foi há dois anos. Agora penso ficar dois ou três meses.

— **E quais são as suas impressões?**

— Bem, o meu desejo é que tudo esteja bom no nosso país, que tudo caminhe bem. Esse é o desejo de todos nós, os emigrantes. Se tudo continuar bem, espero poder depois voltar para ficar cá de vez.

9. Nasceu em Cerejeira, tem 55 anos; em Portugal «andava na resina, a trabalhar». Em França é, desde há dez anos, pedreiro na construção civil:

— **Em França que informações tem sobre Portugal?**

— Poucas, quase nenhuma. Ouço às vezes a Emissora e vou quase todos os domingos à missa. Tenho as cartas da família em que me contam algumas coisas.

— **Lê jornais portugueses?**

— Não.

— **Vem regularmente a Portugal?**

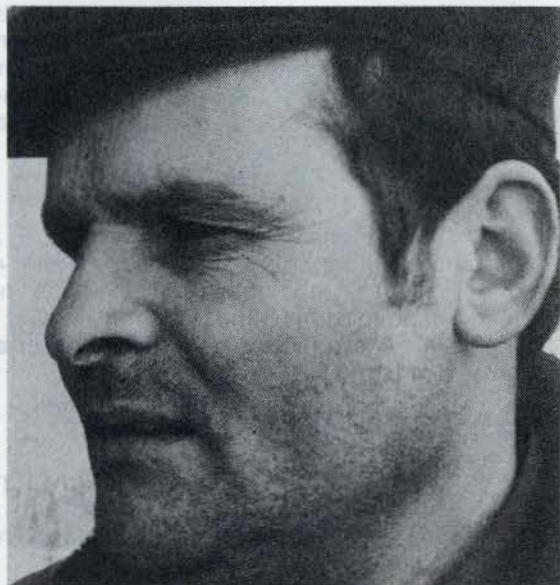
— Venho, ainda no ano passado cá estive quinze dias. Agora fico durante um mês.

— **E quais são as suas impressões?**

— Nenhumas, não tenho nenhuma, nem boas, nem más.

10. Tem 44 anos e nasceu em Santo Aleixo da Restauração onde, além de trabalhador rural, era pedreiro. Está em França há 5 anos a trabalhar como pedreiro:

— **Em França, que informações tem sobre Portugal?**



— Sé de tempos a tempos é que tenho.

— **Lê jornais portugueses?**

— Por acaso, até há pouco tempo, recebia o jornal «Portugal Hoje». Às vezes encontro «O Século» num quiosque de livros.

— **Vem regularmente a Portugal?**

— Venho. Até já cá tinha vindo este ano. Sou emigrante temporariamente: o Inverno passo-o em Portugal, o Verão é que passo em França. Lá para Março ou Abril torno a ir, conforme as coisas correrem.

— **E quais são as suas impressões?**

— Eu sei lá... a respeito disso, nada absolutamente.



que existem abundantemente na cidade portuguesa.

Carta aberta dos emigrantes à população madeirense

Um grupo de madeirenses enviou-nos a fotocópia duma carta aberta dos emigrantes madeirenses, da qual foi dado conhecimento ao governador da Madeira.

Transcrevemos na íntegra:

Os signatários, Emigrantes Madeirenses, actualmente residentes na Madeira, profundamente apreensivos com a crise económica gravíssima que atinge o Arquipélago e com a desordem Política e Social aqui fomentada por elementos estranhos às populações do Distrito, da qual são reflexo os acontecimentos ocorridos no «Banco da Madeira», não esquecendo a sua qualidade de Madeirenses e os seus correspondentes deveres, comunicam o seguinte:

Os signatários e a maioria dos emigrantes Madeirenses estão na disposição de auxiliar os seus conterrâneos na solução dos problemas económicos do Arquipélago.

Tal auxílio poderá concretizar-se mediante a transferência para a Madeira de economias suas, angariadas no estrangeiro à custa de muito trabalho e canseiras. Mas, por isso mesmo, essas transferências só serão feitas mediante garantia absoluta de que tais economias serão respeitadas e só serão aplicadas no fomento do Arquipélago — e nada mais.

Tais garantias deverão ser prestadas por quem de direito e deverão concretizar-se na certeza de que esse numerário não será transferido, directa ou indirectamente, para fora do Arquipélago da Madeira, criando-se para o efeito Bancos Regionais, proprie-

dade de Madeirenses e por estes dirigidos, onde os depósitos possam fazer-se em Moeda Nacional ou Estrangeira e adoptando-se as demais julgadas convenientes, designadamente o afastamento de funcionários que não mereçam a confiança dos depositantes, no que respeita às características do sigilo e outras que qualquer instituição bancária deverá oferecer.

Aquelas garantias deverão consistir ainda no urgente restabelecimento da Ordem Pública, Política e Social, sem a qual não poderá existir o necessário clima de segurança e confiança.

E, neste particular, os signatários estão especialmente atentos e não aceitam garantias que apenas sejam dirigidas aos seus próprios bens mas também aos de todos os demais Madeirenses, como se fosse possível a adopção de um «Estatuto» de segurança para os bens de uns ao lado da anarquia e dos desrespeitos pelos haveres dos restantes.

Criadas estas condições, os signatários e os demais emigrantes Madeirenses estão dispostos a ajudar a sua Terra, colaborando no seu desenvolvimento, sem o qual não podera haver verdadeiro bem-estar.

Esta iniciativa, que tantos benefícios poderá trazer ao Arquipélago da Madeira, deverá constituir, no momento presente, objecto da verdadeira luta de todos os Madeirenses.

(Seguem-se as assinaturas)

ANO NOVO VIDA NOVA

— Não sei não saber. A única informação que sei é a que 47 milia me manda a aquilo que se chama...

— Vem regularmente a Portugal?



Referindo-se na TV aos momentos difíceis que o País viveu nos últimos dias, o major Ernesto Melo Antunes, ministro dos Negócios Estrangeiros, começou por considerar que «o País se viu perante uma situação criada pelos desvarios e irresponsabilidades de incapacidade em compreender no fundo o processo político e português em todas as suas implicações e em toda a sua profundidade, quer por militares, quer por civis. Estes, por sua vez, demasiadas vezes têm utilizado os militares para poderem fazer prevalecer projectos políticos muito particulares, para fazer avançar um certo número de ideias que se dizem ser «muito revolucionárias e que têm posto em causa nitidamente, o próprio futuro do País e, em minha opinião, o próprio futuro como País independente, dada a inconsciência e a irresponsabilidade de que se têm revestido formas de luta e de acção política tanto no plano civil como militar».

E prosseguiu:

«Como se sabe, vinha-se assistindo há muito tempo a uma desagregação das estruturas do Estado que ameaçavam tornar-se irreversíveis. Grande parte da população portuguesa, fosse qual fosse a sua ideologia política, vivia num estado de angústia e inquietação quase permanentes e verificava que não havia nenhuma autoridade, nenhuma estruturas de autoridade que lhe permitissem pensar que haveria uma salvaguarda última dos valores fundamentais da sociedade portuguesa da civilização a que pertence e dos projectos políticos do futuro».

A SUBLEVAÇÃO DOS «PÁRAS» FOI ULTRAPASSADA

Continuou Melo Antunes:

«No fundo era a própria democracia e o socialismo que afirmávamos querer construir que estavam continuamente ameaçados e que viam cada vez mais as possibilidades de construção de uma sociedade nova serem postas em causa. No entanto, as Forças Armadas, a «parte sã» das Forças Armadas conseguiram mostrar que ainda tinham o conjunto de energias e reservas morais que lhe permitiram de uma forma decidida controlar a situação. Evidentemente que a causa imediata da situação criada foi a sublevação dos pára-quedistas, embora haja muitos outros factos que influíram e que entram neste processo dos pára-quedistas. E isto a tal ponto que poderemos considerar que a sublevação militar foi ultrapassada largamente e que se estendeu a outros sectores das Forças Armadas. Quero dizer, claramente, que o povo português se deve sentir orgulhoso de, apesar de tudo, de todo o pessimismo que existia, de toda a descrença que aquilo a que eu chamo a «acção das FA» souberam responder, de facto, ao apelo lançado por aqueles que energeticamente souberam tomar uma decisão e que souberam a todo o custo salvaguardar o futuro da Revolução portuguesa.»

Particularmente, o major Melo Antunes prestou uma «profunda homenagem» aos militares que não só estiveram a planear e dirigir estas operações, como sobretudo aos seus executores, em particular ao Regimento de Comandos, ao seu comandante coronel Jaime Neves, seus oficiais, sargentos e praças, que deram, realmente, mostras de um valor verdadeiramente invulgar.

OS CAMINHOS DO FUTURO

E depois:

«Evidentemente que a situação de fundo deste País não se pode resolver por meios militares. É por meios políticos que se resolve. Evidentemente que houve acções militares desencadeadas e algumas em curso que tiveram como finalidade o controlo de uma situação que estava des governada.

Agora é pensar nos caminhos do futuro e aí vou à sua pergunta inicial: penso que estão reunidas, ou podem estar reunidas a muito curto prazo as condições para não darmos razão a todos os alarmes que existiam ultimamente na sociedade portuguesa, quanto à inviabilidade pela via democrática para o socialismo. Penso que, pelo contrário, a normalização e estabilização da situação militar, o seu controlo, permite-nos obter um conjunto de garantias que nos levem a pensar que podem contribuir para a clarificação política e que avancemos com um projecto viável de esquerda. E porquê é que digo que é um projecto viável de esquerda?»

«BLOCO HISTÓRICO» INDISPENSÁVEL

Especificando por que é viável:

«Porque extraídos os caminhos de retorno directo ou indirecto às formas capitalistas da sociedade, para sempre cortadas — espero que estejam —, que os caminhos de retorno ou organização autoritária e digamos mesmo de direita da sociedade portuguesa, estão também cortadas — esperamos que estejam —, os militares que neste momento têm a direcção política nas suas mãos, através do Conselho da Revolução e interligação com os órgãos governamentais, pensamos que sim. Por isso, continuo a pensar que eles podem ser efectivamente os portadores de um projecto alternativo de esquerda, que seja um verdadeiro projecto nacional, capaz de fundir ou unir num só aquilo a que poderíamos chamar um «bloco histórico», para citar Gramsci, de construção, de edificação de uma verdadeira sociedade socialista que, no nosso entender, deve ser uma sociedade pluralista, deve ser uma sociedade verdadeiramente democrática, livre e uma sociedade profundamente justa e humana. Justa em termos de organização social e justa em termos de organização económica. Penso que quando se fala em pluralista, isto significa que o concurso dos partidos políticos verdadeiramente interessados na construção de uma sociedade nova em Portugal é indispensável.»

Prosseguindo, Melo Antunes acrescentou:

«É por isso que contra muitas vezes de certos sectores da esquerda que se têm levantado contra a composição do VI Governo, elas parece não terem

razão. Penso que com estas forças políticas é possível avançar na construção de uma sociedade democrática, de uma sociedade livre em transição pacífica para o socialismo.»

Esclareceu, depois:

«E para que fique bem claramente expresso o meu pensamento, pois, por vezes, há dúvidas no que me diz respeito, pessoalmente, sobre certas intenções críticas da minha parte, a respeito da prática política de determinados partidos, quero dizer, neste momento, e isso considero muito importante — que a participação do Partido Comunista Português na construção do socialismo é indispensável. Não parece que seja possível, sem o Partido Comunista, construir o socialismo. Temos que avançar com ele e temos que procurar juntar na mesma plataforma de acção política-prática os principais partidos portugueses para que com o MFA avancem na construção do socialismo.»

M. F. A. DE NOVO

O homem que é apontado como o principal responsável «ideológico» do Movimento dos Capitães sublinhou a seguir:

«É porque é que eu falo agora no MFA — é uma palavra que está retirada do vocabulário político já há bastante tempo — é porque continuo a pensar que podem neste momento terem-se instaurado as condições para que o MFA readquira o seu prestígio e a sua capacidade de direcção. Isto não quer dizer que nós tenhamos a pretensão de nos sobrepor aos partidos. Isto quer dizer, apenas, que, nas condições concretas da sociedade portuguesa, o MFA pode ser o portador de um projecto nacional de transição pacífica para o socialismo, no qual colaborem todos os partidos, embora os partidos possam ter projectos particulares diferentes desse projecto nacional — mas pode haver, na minha opinião, e deve haver, um pacto entre os partidos e o MFA, para uma concepção unitária e pacífica da construção da sociedade nova do País.»

Melo Antunes disse, ainda, que pensa que durante um certo período de tempo, «uma vez que nós nos consideramos capazes de levar por diante e sermos os garantes de uma real alternativa de esquerda, o pacto com os partidos deve vir agora

ao primeiro plano das preocupações políticas. Penso também que é o momento do povo português e os partidos tirarem as lições devidas da situação grave que atravessamos e que ainda vivemos».

Sublinhou Melo Antunes que «uma das primeiras lições é esta: é que a sociedade portuguesa é uma sociedade em profunda mutação, em profunda transformação das suas estruturas políticas, económicas e sociais com todas as consequências que daí advêm e que ou dá de facto um primeiro projecto nacional, democrático, patriótico ou tudo se perde».

O FUTURO PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS

A situação política portuguesa parece ter encontrado finalmente o seu caminho certo. A progressiva clarificação a que o povo português assiste com alívio e renovada esperança passa, em muito grande parte, pelo encontrar de um lugar correcto para as Forças Armadas dentro do processo de transformação da nossa sociedade.

Aqui ficam algumas declarações e documentos ultimamente produzidos a este respeito.

O M. F. A. NUNCA ESTEVE TÃO UNIDO

«É certo que, recentemente, muito se tem especulado sobre a possibilidade de um regresso dos militares aos quartéis, fórmula que tem sido frequentemente utilizada por certas forças políticas, que parecem não estar muito de acordo, muito satisfeitas, com a permanência dos militares na responsabilidade da vida política portuguesa. De resto, isso tem vindo a sem acompanhado pela introdução de um outro tema que, já agora, abordo em primeiro lugar e que é o de fazer a distinção, dentro do grupo militar que emerge nesta situação como grupo com responsabilidades de direcção política, entre militares «operacionais» e militares «políticos». Começo por dizer que é uma distinção profundamente arbitrária, artificial e que, do nosso ponto de vista, do ponto de vista da análise que nós — nós, MFA — fazemos, é mais uma tentativa de provocar profundas divisões no seio do MFA. O

MFA nunca teve tão boas condições de homogeneidade, de coesão, de unidade, como neste momento tem e o lançamento desse tema de distinção entre militares é um artificialismo que só serve efectivamente às forças, quanto a mim, da direita, que procuram enfraquecer o MFA, dividi-lo e empurrá-lo para uma situação em que já não possa vir a ter qualquer interferência na vida política do País.

Penso que a questão do regresso dos militares aos quartéis não se pode pôr em bloco, como até agora tem sido feito, considerando que as formas de politização profundamente revistas, isto é, temos de rever, não só a estrutura das FA, e as suas missões na nova situação, como a estrutura do próprio MFA. E é esse um trabalho que está a decorrer, neste momento. Existe um documento já terminado sobre a reestruturação das FA, estamos neste momento em estudo quanto à reestruturação do MFA e pensamos que cometemos muitos erros durante todo este tempo, a maior parte dos quais pode, actualmente, ser sintetizada da seguinte maneira: pensámos ser possível construir uma sociedade democrática com FA que tivessem, também, uma estrutura formal de democracia e verificamos que a introdução de estruturas que hoje consideramos pseudo-democráticas, no seio das FA, apenas contribuíram para desagregá-las, para impedir que pudessem desempenhar o papel fundamental para que existiam e ser aquilo que, em qualquer sociedade organizada, as FA são: o suporte fundamental das estruturas do Estado. Aquilo a que antes do 25 de Novembro assistíamos era, para além dos males políticos que poderíamos detectar a nível de partidos, a nível de diversas organizações, etc., uma desagregação das próprias estruturas de Estado, o que estava directamente relacionado com a desagregação que se verificava nas FA. Havia, realmente, um cancro que alastrava, que contagiava cada vez mais unidades militares, as quais tornavam as FA perfeitamente inoperantes em relação à missão, iminente nacional, que é o de as FA serem, em qualquer situação, em regime capitalista como em regime socialista, o principal factor de agregação das estruturas estatais.»

NÃO ACEITAMOS QUE O M. F. A. DEIXE DE PARTICIPAR NA VIDA POLÍTICA

«Pensamos então que, nesta fase, devemos proceder a uma revisão profunda das estruturas do MFA e, nesse sentido, só haverá um certo regresso aos quartéis. Quer dizer, nós não aceitaremos que as unidades militares, enquanto tais, façam a política, como a faziam anteriormente. Mas não aceitamos, por outro lado, que o MFA, nomeadamente através dos seus órgãos fundamentais — e refiro-me, em especial, ao Conselho da Revolução — deixe de ter participação na vida política portuguesa. Pensamos que o MFA continua a ter, e até talvez agora mais do que nunca, um papel fundamental no futuro imediato da vida política nacional. Se o MFA desaparecesse, se deixássemos que a política portuguesa se regesse apenas pelas normas correntes do parlamentarismo, se nos deixássemos cair na tentação de, por força dos erros cometidos, permitir que o País se regesse pelas normas da democracia formal, pura e simplesmente, então, teríamos de confessar que estava terminada a revolução. Pensámos e continuamos a pensar que estamos num processo revolucionário, que estamos numa revolução de facto, talvez mesmo bastante original, onde pretendemos que certas conquistas fundamentais e que são históricas, da democracia formal não desapareçam (é por isso que consideramos que o papel dos partidos políticos, a existência do pluralismo, é essencial para a construção de uma nova sociedade socialista) mas entendemos que há uma relação dialéctica muito profunda entre estas conquistas históricas da democracia formal e o componente revolucionário deste processo histórico, que é o aparecimento de um MFA com vocação democrática e socialista, para poder provocar as grandes transformações políticas, sociais e económicas deste país. Pensamos que só será possível avançar com as profundas reformas revolucionárias, que sejam a alavanca da transformação do modo de produção capitalista puro, no modo de produção socialista, se tivermos um MFA que mantenha uma direcção política firme. Não quero com isto dizer que não haja que rever, também,

um certo número de conceitos que, em determinada fase da revolução portuguesa, foram, de certo modo, espalhados quanto ao papel do MFA como motor da revolução. Julgo que esse conceito pode hoje ser revisto e que estamos em condições de revê-lo. Tenho dito por diversas vezes que o MFA é, actualmente, como que o tecido conjuntivo das políticas em presença, em Portugal, que podem garantir a marcha para um futuro democrático e socialista, mas que, sem a existência desse tecido conjuntivo, o que assistiremos, a breve trecho, neste país — num país que acaba de sair de 48 anos de fascismo e de ditadura — será a pulverização das correntes políticas, o desentendimento entre as forças progressistas e democráticas e a incapacidade das forças de esquerda de poderem realizar um projecto global de construção do socialismo. Continuamos, portanto, a considerar e isto está ligado com uma pergunta que não me foi feita, que o pacto entre o MFA e os partidos tem inteira razão de continuar, embora nós pensemos — e o MFA já o declarou — que esse pacto deve ser revisto, tendo em conta as condições actuais da vida política portuguesa. Pensamos que ele pode ser bastante mais flexível, que a noção de motor da revolução pode desaparecer, que podem e devem ser atenuados certos aspectos mais chocantes desse mesmo pacto, mas que o seu essencial, o essencial dessa aliança, que gostaríamos que fosse profunda, entre todas as forças progressistas do país, para a construção do socialismo, essa aliança não deve ser posta em causa, sob pena de não construirmos o país que tínhamos ambicionado.»

O PERIGO DA DIREITA

Continua a existir, em Portugal o do avanço da direita? Na opinião do ministro:

«Persiste o perigo da direita. Considero isso normal, depois do que se passou, mas o que posso afirmar é que os homens do MFA que se apresentaram ao país como portadores do único projecto político viável de esquerda estão absolutamente determinados a lutar, com todas as suas forças, contra qualquer tentativa de recuperação pela direita, ou pelo fascismo, da presente situação. Consideramos ter boas razões para pensarmos que

existem condições de resistência ao fascismo, ou à direita reaccionária, e que temos agora, melhores do que nunca, possibilidades de um futuro verdadeiramente democrático e progressista».

Focada a possibilidade de se assistir a uma depuração de elementos comunistas e da extrema-esquerda em vários sectores da vida portuguesa após o 25 de Novembro, Melo Antunes referiu:

«Penso ser normal que depois de uma sublevação que falhou, uma sublevação que sobretudo foi dirigida por elementos da extrema-esquerda, que houvesse uma certa depuração dos elementos da extrema-esquerda no exército, ou dos elementos civis que se aliaram aos militares para fazer a sublevação. É normal, caso contrário, não teria havido uma sublevação e uma resistência a essa sublevação. Logo os elementos da extrema-esquerda que estão presos, estão-no por estarem directamente comprometidos na sublevação.

«Quanto aos elementos comunistas, penso que já demos provas de que não fazemos depurações cegas. As nossas depurações são feitas segundo critérios absolutamente objectivos e concretos. Todos os que estão implicados em acções contra o sistema e o regime actuais deverão sofrer as consequências; todos os que contribuíram, pelas suas atitudes, pelo seu comportamento político, etc., para a situação existente antes do 25 de Novembro e que, de uma certa forma, contribuíram para o desencadeamento da sublevação militar, deverão igualmente ser afastados deste processo.»

Sobre se o 25 de Novembro representaria uma tentativa de golpe de Estado, Melo Antunes afirmaria:

«Como sabe, decorre ainda o inquérito e ninguém se pode permitir tirar conclusões antes que o mesmo esteja terminado. Estou pessoalmente convencido de que não se tratou de um golpe de Estado; houve um levantamento de militares esquerdistas que estavam ligados a organizações da extrema-esquerda e que talvez tivessem a ideia de que estariam criadas as condições para uma insurreição geral que teria como objectivo, evidentemente, como todas as insurreições e sublevações, a conquista do poder. Mas é ainda um pouco obscuro como é que os elementos implicados no 25 de Novembro pensavam fazer as coisas, porque não tinham qualquer plataforma política, pelo menos que seja conhecida, e não conhecemos também

os chefes principais da sublevação. São para nós ainda zonas obscuras, que o inquérito talvez possa vir a esclarecer, mas estamos convencidos de que havia exactamente uma atmosfera, digamos, entre os homens de certas organizações de extrema-esquerda ligadas a elementos e unidades que estavam sob a influência dessas organizações de extrema-esquerda, uma atmosfera que era propícia ao desencadeamento de uma sublevação deste género mesmo que os objectivos não fossem suficientemente claros, mesmo que não houvesse um plano completamente acabado.

«Para mim, isto é mais uma prova do aventurismo das pessoas que pensavam poder modificar o curso das coisas com golpes deste género.»

AS ORGANIZAÇÕES DE BASE

Em relação às organizações de base — o assunto está em estudo e ainda não foi discutido no Conselho da Revolução. O meu ponto de vista, aquele que na altura própria irei defender, é aliás o mesmo que defendi, votando contra o documento da aliança Povo/M.F.A. na altura em que ele foi votado na generalidade. Penso que terá de por forma a que as comissões resultem de uma democracia directa através de eleições em que efectivamente participem as populações representadas. Não poderão aparecer comissões autoneomadas a dizer que representam os moradores. Sei que existem casos desses — e casos, até, em que uma comissão de determinada zona surge constituída por elementos que nem sequer residem nela.

O PAPEL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

MELO ANTUNES — «Somente os resultados do inquérito poderão determinar quais serão as res-

ponsabilidades das diferentes formações políticas, e, entre elas, do Partido Comunista. Penso que são conhecidas as minhas posições críticas em relação ao Partido Comunista e penso que há pelo menos responsabilidades morais por todo o comportamento político desse partido depois do 25 de Abril e durante a revolução.

«Mas não estou convencido de que a sua direcção política tenha responsabilidades directas nos acontecimentos do 25 de Novembro, muito embora haja organizações dependentes do Partido Comunista que tenham tido intervenções directas, ao que se pensa pelo menos no 25 e 26 de Novembro; mas pode-se perfeitamente admitir que essas organizações do Partido Comunista não obedeciam a instruções vindas da direcção do partido.

«Mas por muito severa que seja a crítica que já fiz do comportamento político do Partido Comunista no processo revolucionário português, mantenho o que já disse em 26 de Novembro: o Partido Comunista é indispensável como força política de esquerda para a construção de um Portugal democrático e socialista.

Evidentemente que, mesmo em função das críticas que fiz contra o Partido Comunista, gostaria de vê-lo um partido capaz de desempenhar uma acção democrática e de desempenhar com as outras formações progressistas e democráticas uma orientação que seja favorável à construção de um Portugal verdadeiramente democrático e progressista. Mas isso não impede que eu não considere o projecto político do Partido Comunista como um projecto político de esquerda e que deve ser um componente fundamental da construção global a fazer por todas as formações democráticas e progressistas que aspiram à realização do socialismo.»



PREÇOS...

nem tudo vai bem

Pois não. Por isso, se bem que «não haverá fome em Portugal, vamos ter algumas restrições. Neste sentido, está já em estudo um programa de dietas alimentares, a fim de se poder fornecer ao público um leque de alternativas».

Assim se eprimiu em entrevista recente ao jornal vespertino «a Luta», o Dr. Beja Santos, dos Serviços de Informação e Relações Públicas do Ministério do Comércio Interno.

Para que possamos compreender as dificuldades com que os portugueses se debatem — sobretudo porque faltam divisas — aqui fica o ponto da situação no que diz respeito a alguns produtos alimentares mais usuais.

AÇÚCAR — Abastecimento assegurado. Há «stocks» de açúcar em rama para os próximos quatro meses. As fábricas estão em plena laboração e há contratos firmados para 1976, na ordem dos 3 milhões e 500 000 contos. 97% do açúcar que consumimos é importado de Cuba, Rodésia e Brasil. Os 3% da produção nacional provêm dos Açores e Madeira. Neste momento, estão a ser intensificados estudos para a implantação de um complexo agro-pecuário para aproveitamento da beterraba, cuja polpa serve para a alimentação de gado. Presentemente, o preço do açúcar está subsidiado em 3\$30 por quilo, por ter sido comprado em época de cotação alta. Este ano, o valor das importações de açúcar cifrou-se em 850 000 contos. O motivo porque foi adquirido em época de cotação alta, deve-se ao facto de em 25 de Abril de 1974 haver em Portugal açúcar para apenas duas semanas, tendo havido necessidade imediata de

umentar os «stocks». Nessa altura, o produto chegou a cotar-se a 40\$00 por quilo, no mercado livre mundial, enquanto agora o seu preço, nos países da C. E. E., é de 10\$00.

AZEITE E ÓLEOS — Abastecimento assegurado. Anuncia-se para breve a publicação da legislação de apoio à campanha da azeitona. Este ano fomos auto-suficientes em azeite, ao contrário do que sucedeu nos anos anteriores. Motivo: como o preço do óleo é de 34\$50, e o azeite é de 59\$00, os consumidores têm-se inclinado mais para o primeiro daqueles produtos. Uma vez que os preços nacionais não são competitivos como os de outros exportadores, urge fazer-se uma política interna de protecção ao azeite. Nesse sentido, pretende-se sensibilizar o público para um maior consumo, até porque, em termos de saúde, o azeite não é comparável (por muito superior) ao óleo e à margarina: constitui a mais nobre das gorduras vegetais, quase comparável ao leite materno. Quanto ao seu elevado preço, deve-se à deficiente implantação dos olivais — com o aproveitamento frequente de declives e encostas — e ao alto porte das árvores, que origina grandes encargos com a mão-de-obra (responsável por mais de metade do preço do produto).

BACALHAU — O consumo mensal actual é superior a 7000 toneladas. Tem-se providenciado um abastecimento o mais satisfatório possível, mas o consumo é enorme nos centros urbanos e no litoral, quando mais se justificaria um aumento de consumo nas zonas do interior, de mais difícil acesso ao peixe fresco. Esta anomalia

deve-se a deficiências de distribuição e não a hábitos de consumo, pois é sabido que no norte, Beira Baixa e Alentejo é grande a procura. Assim, no sentido de es fazer uma distribuição mais equitativa, este mês o organismo competente colocou à disposição do consumidor 12 000 toneladas do «fiel amigo». Este grande consumo justifica-se pelo elevado preço do peixe fresco e da carne. Para além do mais, tem grande rendibilidade, quando cozinhado. Neste momento, a procura incide mais sobre o bacalhau graúdo e especial, originando excedentes do «escamudo» que, afinal, é mais barato e de grande valor proteico. De qualquer forma, o abastecimento está assegurado até fins de Março, havendo negociações em curso para os meses seguintes. Das quantidades totais consumidas, mais de metade provém da importação, uma vez que a nossa frota bacalhadeira é arcaica e mal aproveitada, com um índice de produtividade muito reduzido. Chama-se a atenção dos consumidores para o facto de se registar uma notável recessão de bacalhau nos bancos em que aquele peixe mais tem abundado. Tudo leva a crer, pois, que aquele peixe tenda a escassear dentro de poucos anos, passando a ser considerado um produto de luxo. Seria útil que os consumidores, no seu próprio interesse, optassem o hábito de comprara as espécies afins, tais como lingue, escamudo, zarbo e abrótea, cujo paladar em nada difere do do bacalhau, especialmente quando cozinhados em pastéis ou assados. Para além do mais, este hábito originaria notável economia de divisas, com vantagens para o consumidor, enquanto o bacalhau especial custa 90\$00 o quilo e o graúdo 85\$00, as outras

espécies não excedem os 65\$00 mesmo as de melhor qualidade.

BANANA — A partir de Outubro deste ano, deixámos completamente de importar aquele produto de Angola, até àquela data um dos nossos melhores fornecedores. Da década de 60 para a de 70, o consumo subiu de 30 000 para 75 000 toneladas. Para fazer face a esta situação espera-se uma intensificação da produção na Madeira. De qualquer modo, a solução terá de encontrar-se na orientação do consumidor português para a fruta da época, até porque o valor nutritivo da banana é acentuadamente inferior ao das laranjas e maçãs.

CAFÉ — O abastecimento está assegurado para os próximos meses. No entanto, como houve necessidade de se alterar a área de compra — Angola — passará a ser adquirido a preços mais elevados. Note-se que a «bica» em quase todos os países da Europa Ocidental custa cerca de 10\$00 em moeda portuguesa, não se vendendo ao balcão.

CARNE — Somos deficitários em todas as espécies de carne. A nossa produção estagnou e tem tendência para baixar. Para 1976 prevê-se um consumo de 130 000 toneladas de carne de vaca, com uma produção de apenas 80 000, havendo também de se importar 6600 toneladas de carne de porco. Há também dificuldades no sector industrial — caso do fiambre — sendo previsível uma assustadora redução na oferta, devido à peste suína e à redução dos efectivos reprodutores. A escassez da produção nacional poderá ser recuperada em 1977, visto o ciclo biológico do porco ser muito curto. Quanto aos ovinos, a oferta é pequena e os preços são muito superiores aos da restante carne. Nunca fomos excedentários em carne de ovino, excepto em fins da Primavera, época dos borregos novos. Está prevista a importação de 300 toneladas.

MIUDEZAS — Escasseiam, nomeadamente a dobrada. Foi autorizada a importação de 1800 toneladas de dobrada, fígado de porco e vaca, língua e rins.

CEREAIS — Não há qualquer garantia nas cotações internacionais. Devido à grande carência de silos no País, não temos capacidade de uma «stockagem» de segurança. O Instituto dos Cereais tem actuado permanentemente para que não haja rupturas temporárias. Em cereais para panificação (caso do trigo), dependemos do exterior. O consumo é de 800 000 toneladas por ano, das quais 140 000 são importadas, principalmente respeitantes ao trigo exótico — duro —, utilizado para proporcionar melhor qualidade ao loteamento. Mas também se importa trigo destinado ao fabrico de massas alimentícias e bolachas. Uma vez que as importações são feitas mensalmente, o País está permanentemente sujeito a flutuações das cotações.

ARROZ — Está assegurado o abastecimento até fins do primeiro trimestre de 1970. A campanha de 74/75 traduziu-se por 100 000 toneladas. Como o consumo tem vindo a aumentar substancialmente, haverá necessidade de se importar 80 000 toneladas, a partir de Abril do próximo ano. Sugere-se que o público reduza o consumo de arroz, introduzindo mais batatas, legumes e massas nas suas dietas.

AVEIA CENTEIO E CEVADA — Situação perfeitamente normalizada, sem quais quer motivos para preocupações.

MILHO — A produção nacional é de 500 000 toneladas, mas o Instituto dos Cereais importa anualmente 1 250 000 toneladas, no valor de 4,5 milhões de contos.

SORGO — O País importa anualmente 420 000 toneladas (nomeadamente para rações de gado), no valor de 1 600 000 contos.

LEITE — A produção nacional é insignificante. Prevê-se uma importação de 6000 toneladas de leite líquido, 1200 de leite em pó e 1000 de queijo.

MANTEIGA — A produção é deficitária. Em Julho importámos 2000 toneladas e, dentro de dias, chegarão mais 620 provenientes da República Democrática Alemã. Devido a um re-

tardamento burocrático no levantamento alfandegário e ao atraso do barco que transporta o produto, não tem havido distribuição aos retalhistas. A Junta Nacional dos Produtos Pecuários envida todos os esforços para que a situação se normalize rapidamente, o que deverá suceder dentro de poucos dias. O abastecimento está garantido para muitos meses, mau grado a corrida aos bens alimentares registada com os acontecimentos do 25 de Novembro.

OVOS — O seu preço, por dúzia, aumentou, num ano, de 23\$00 para 35\$00, continuando com tendência para subir. A manter-se este estado de coisas, não é de espantar que, brevemente, se chegue aos 45\$00. Os motivos alegados para esta subida residem no aumento do preço das rações para animais (40% em Agosto de 74) e à matança geral de galinhas poedeiras, em virtude de o seu número ser exagerado, há alguns meses atrás. Actualmente, estão até a ser detectados ovos estragados, chegando o seu número a ser de 3 em cada dúzia. As brigadas de fiscalização económica têm actuado junto da produção e da distribuição, impedindo estrangulamentos. Por exemplo, ainda na semana passada se registou uma falta de ovos no distrito do Porto. Se a produção não se mostrar rapidamente colaboradora com as realidades económicas do País e se mantiver os lucros abusivos nos preços pedidos, proceder-se-á à importação de contingentes de ovos, até à racionalização do seu preço.

PEIXE CONGELADO — O abastecimento está assegurado. A produção nacional é altamente deficitária, havendo tendência para o agravamento desta situação. Houve necessidade de se proceder a um reajustamento das áreas de pesca que, até há algum tempo se situavam principalmente nas águas de Moçâmedes. Em 1976 as importações ascenderão a 600 000 contos. O consumo mostra tendência para aumentar, devido à cada vez mais baixa oferta de peixe fresco.



cinema para os portugueses no estrangeiro

A difusão da cultura portuguesa junto dos núcleos de emigrantes, para além da promoção cultural que só por si representa, tem o grande mérito, no contexto da emigração, de evitar, em maior ou menor grau, a desnacionalização dos portugueses que a falta dessa divulgação originária, particularmente, a partir da segunda geração ou até mesmo da primeira em casos de maior isolamento.

O cinema, pela sua extraordinária força comunicativa que o realismo e a dinâmica da sua imagem imprimem, é um meio dos mais incisivos de difusão da cultura. Por se reconhecer, justamente, a sua validade tem a Secretaria de Estado da Emigração posto à disposição de todas as

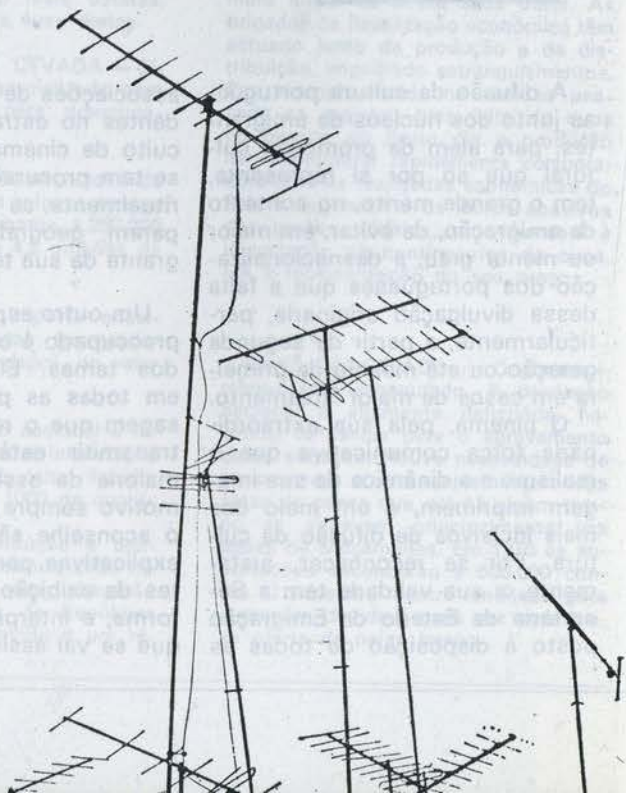
associações de portugueses residentes no estrangeiro o seu circuito de cinema através do qual se tem procurado, encurtar, espiritualmente, as distâncias que separam, geograficamente, o emigrante da sua terra natal.

Um outro aspecto que nos tem preocupado é o da acessibilidade dos temas. Efectivamente nem em todas as produções a mensagem que o realizador pretende transmitir está ao alcance da maioria da assistência. Por esse motivo sempre que a dificuldade o aconselhe são enviadas notas explicativas para serem lidas antes da exibição facilitando, desta forma, a interpretação do filme a que se vai assistir.

Os programas enviados são constituídos por filmes de fundo e por documentários, no formato de 16 mm, cujos títulos se apresenta em anexo, e vão acompanhados pelas respectivas fichas técnicas.

Periodicamente e quando se trate de um primeiro envio, sempre, é enviado um conjunto de normas sobre o manuseamento de filmes e utilização de projectores destinado aos projeccionistas não profissionais.

O funcionamento do circuito tem sido assegurado pelas nossas Delegações ou/e Postos Consulares nos países e locais onde existem e para onde devem ser feitas as requisições de filmes para exibição.



que informação é esta?

E, se às três e tal nos batessem à porta apontando a pistola e nos roubassem o nosso dinheiro, os nossos livros, os nossos móveis, a nossa própria roupa, decretaríamos universalmente que «fomos roubados».

E se todos os dias, entrando pela nossa casa, pelos nossos olhos, pelos nossos ouvidos, pela nossa alma, uma imagem, uma notícia, uma canção, que polícia chamamos nós, que aqui del-rei gritamos, que protesto lavramos?!

Somos nós que abrimos o botão fatal, que largamos o nosso dinheiro e dizemos «faz favor de entrar» ao ladrão que nos invade.

Esse «ladrão» que é os mass-média, não vai apenas aos nossos bolsos ou aos nossos cofres. Vai à nossa inteligência e ocupa indevidamente o seu lugar e a sua acção. Pretende substituir a nossa intervenção. Ocupar o nosso espaço. Ocupar o nosso edifício interior. Selvaticamente. Docemente.

Mais do que serem a consciência de todos nós, os Meios de Comunicação Social tornam-se os pensadores de todos nós. Delegamos gratuitamente o nosso pensar e o nosso querer. E isso é grave.

E mais grave é quando começamos a levantar a cortina e a descobrir a máquina devoradora que se esconde por detrás dos meios de comunicação social. O esquema que se desenha para nos explorar, manipular, conduzir o nosso pensar, o nosso querer. Decretar o que devemos comer e beber, para onde devemos ir passar férias, que marca de carro devemos usar, o futuro que devemos escolher.

Os meios de comunicação social fazem da nossa vida uma festa ou um enterro. Transformam uma guerra num triunfo e uma vitória numa derrota. Fabricam a comida que comemos e desenharam o caminho que percorremos. As rosas obrigam-nos a chamar espinhos e vice versa. Fazem de nós mario-netes a deslizar em auto-estradas e bonecos a dançar no palco da vida. Dizem-nos que estamos doidos quando temos juízo e que estamos certos quando perdemos a cabeça. Pensam por nós. Decidem por nós. Gostam por nós. Amam por nós ou impõem-nos como devemos amar.

Onde fica depois disto tudo a nossa liberdade? Que nos resta quando de nós fizeram um número, um elemento, uma peça?

Mas a culpa não é das máquinas.

O poder político e económico ditam as leis da informação. Compram um jornal ou uma Estação

de Rádio, como quem compra um supermercado. Com os mesmos objectivos. Varia apenas a mercadoria. Em vez de venderem coisas, compram homens. Em vez de explorarem produtos, jogam na dignidade dos homens.

Os 180 graus percorridos pelos Meios de Comunicação Social no nosso País em quase 24 horas na revolução de Abril é o fenómeno que pelo menos nos deixa na perplexidade. Como foi possível fazer uma alteração substancial em menos de 24 horas, na Imprensa, na Rádio e na TV, quase com as mesmas pessoas? Que força, que jeito, que técnica fazem alterar repentinamente um rumo aparentemente cimentado e convicto?

Seria interessante um dia desenhar com precisão as forças que mobilizaram os Meios de Comunicação Social em Portugal, e descrever as diversas curvas e sinuosidades que se afirmaram a partir de Abril de 1974. Toda a movimentação imediatamente posterior ao 25 de Abril teve por objectivo a libertação dum jugo de forças claras (políticas e económicas) que dominavam a informação, ou foi provocado por novas forças obscuras que o tempo ainda não clarificou suficientemente? É excessivamente simplista apontar para um ou outro partido e declarar unicamente que ele tudo dominou desde o primeiro minuto da Revolução.

É esse monstro escondido que procura dominar a fábrica de notícias o novo inimigo do homem. É esse sucedâneo de dirigismo, manobra, telecomando, que corrompe e desacredita as melhores energias dos verdadeiros defensores da liberdade nos Meios de Comunicação Social.

A liberdade e apenas a liberdade de informar garantem suficientemente o direito à liberdade de quem é informado. Tudo o resto é opressão. Da direita, do centro ou da esquerda.

Quando se diz que o que corrompe a liberdade dos produtores e dos consumidores da informação é o poder político e económico há que perguntar logo a seguir: que poder, que força deve estar nos Meios de Comunicação Social para que a pessoa humana seja respeitada na sua integridade?

Na jovem Revolução portuguesa surgiram clara ou tacitamente respostas que ganharam foros de cidadania mas também de vulgaridade e lugares comuns. Respondia-se apenas: quando a informação estiver na mão dos trabalhadores. Mesmo dos

desonestos, soprados por interesses partidários, incul-tos, desconhecedores da ética profissional?

Há uma outra questão que não apenas de informar ao serviço deste ou daquele. Informar é informar, apesar de tudo depender dos olhos de quem vê e do espírito de quem conta. Mas há um fenómeno para além da informação pura: a expressão dos diferentes quadros sociais. Se um jornal é dum Banco, evidentemente que o espírito da hierarquia bancária condiciona as prioridades das notícias, os tamanhos dos títulos, a leitura dos acontecimentos e o destaque das fotografias. Um Banco não subsidia um jornal para este lhe criar problemas ou dar voz à concorrência.

E aqui entramos necessariamente no problema: que voz se vê, se ouve, se escreve? Das elites dominantes ou do povo trabalhador? Que questões são afloradas e porque ângulo? As do Povo ou as de psquenos grupos que dominam **democraticamente** o Povo? Que liberdade se defende: a dos que exploram ou a dos explorados? Infelizmente caímos num lugar comum. Mas quando um profissional de informação se lança a si próprio este problema sente-se profundamente abalado e quantas vezes se sente um vendido e um traidor do Povo donde veio e a quem pertence.

Na realidade a informação para além da objectividade que merecem os factos, faz sempre, mas sempre, uma leitura política dos factos. A mesma notícia tem, significados diferentes, consoante o espírito de quem a trata. Por isso a informação se reveste de extrema ambiguidade e não pode ser impunemente

deixada nas mãos de grupos interesseiros que deturpam a realidade e manipulam a seu bel-prazer o Povo que pouco tempo e critério costuma ter para uma visão crítica dos muitos pratos informativos que diariamente lhe são servidos. Como a informação objectiva nunca será inteiramente conseguida (quando serão vencidos e esmagados os interesses inconfessáveis de políticos e poderosos?) nunca será o Povo dispensado de se munir de critérios que o façam separar o trigo do joio. A informação é um produto que precisa ser permanentemente contestado pelos consumidores.

É o único caminho para que dentro do cerco que lhe é oferecido, possa descobrir a liberdade. Lutar, lutar duramente para que os Meios de Comunicação Social não consigam os seus objectivos de alienação e estupidificação.

É indispensável pois que o Povo se organize, julgue, critique e imponha a defesa dos seus direitos fundamentais. Para tal as associações educativas, recreativas e culturais, os grupos de jovens, os cineclubes, teleclubes e outros agrupamentos com carácter promocional desempenham um papel insubstituível.

Factor primordial e curioso ao mesmo tempo é o da crítica mútua dos Meios de Comunicação Social. O jornal que critica a TV. Esta que critica a Rádio e vice-versa, rebentam com parte das amarras alienantes e sobretudo fornecem ao Povo elementos de confronto e de juízo.

A. R.

Os meios de comunicação social fazem da nossa vida uma festa ou um enterro. Transformam uma guerra num triunfo, e uma vitória numa derrota... Fazem de nós marionetes a deslizar em auto-estradas, e bonecos a dançar no palco da vida.

A MULHER NO MUNDO

Um balanço de 30 anos



ANO INTERNACIONAL DA MULHER: QUAL O SEU SIGNIFICADO?

Proclamado pelas Nações Unidas como o Ano Internacional da Mulher, 1975 chega ao fim sem que algo de verdadeiramente significativo se tivesse realizado no sentido de eliminar muitas discriminações que as mulheres ainda sofrem em quase todas as nações do Mundo. Contudo, muito embora os objectivos pretendidos ficassem à espera de melhores dias para a sua concretização, o optimismo e a perseverança não abandonam as mulheres (e não só), continuando a desenvolver-se porfiados esforços visando uma radical mudança das mentalidades.

O problema da emancipação da Mulher ultrapassa a mera revisão de leis, enquadrando-se, isso sim, numa questão muito mais vasta, complexa e vital para a sobrevivência da sociedade humana: a reformulação total dos valores sociais existentes. Por isso também, não há (não pode haver) datas determinadas para «tratar» do problema da Mulher. Ele é de todos os dias e só o deixará de ser quando como tal deixar de existir, isto é, quando a sociedade em que vivemos se tornar menos egoísta e conseguir viver sem pressões impostas pela distinção de classes e sexos, e recusando a agressividade que caracteriza o nosso quotidiano.

Especialmente dedicado ao Ano Internacional da Mulher, a jurista finlandesa Helvi L. Sipilä fez um balanço da problemática da Mulher nos últimos 30 anos. O texto foi publicado no «Correio da UNESCO», e dele extraímos as partes mais significativas. O mesmo acontece com o artigo «Para Traba

lho igual, salário igual» — baseado num importante estudo de âmbito mundial realizado pela Organização Internacional do Trabalho.

Desde a fundação das Nações Unidas em 1945, muito já se fez para melhorar a situação da Mulher no Mundo, sobretudo no plano jurídico, no sentido de conceder-lhe igualdade de direitos com os homens na vida política, económica, social e familiar. Mas tradições muito antigas, atitudes e práticas arreligadas custam a mudar, e a distância entre a lei e a realidade ainda é grande.

A MULHER E A POLÍTICA

No terreno político, por exemplo, enquanto em 1945 as mulheres de cerca de um terço dos 51 Estados-Membros das Nações Unidas não tinham o direito de votar, hoje estão legalmente capacitadas a votar em todas as eleições e a se candidatarem a cargos eletivos em igualdade com os homens em 124 Estados-Membros. Não obstante, a percentagem de mulheres que ocupam postos de decisão política nos âmbitos local, nacional e internacional ainda é impressionantemente reduzida.

Na Nova Zelândia, por exemplo, que foi a primeira nação do mundo a conceder o direito de voto às mulheres (1893), 92 por cento dos candidatos e 95 por cento dos eleitos nas últimas eleições (1972) eram homens. No Egito, 76 por cento das mulheres deixaram de votar em 1967. As mais altas percentagens de participação política das mulheres em assembleias legislativas nacionais são as da União Soviética (35 por cento) e da Finlândia (21 por cento).

No plano internacional o quadro é igualmente desanimador. Na 28.ª Assembleia Geral das Nações Unidas (1973), entre os participantes só havia 180 mulheres para 2369 homens. Não havia mulheres nas delegações de 55 países, e havia apenas uma mulher nas delegações de 44 países.



A MULHER E O TRABALHO

No campo económico foram alcançados consideráveis progressos nos últimos 25 anos. Em 1945 o direito da mulher ao trabalho e à igualdade de tratamento no trabalho (inclusive a delicada questão de pagamento igual para trabalho igual) nem era discutido, sequer na Organização Internacional do Trabalho. Hoje em dia essas questões são perfeitamente aceites como «direitos» a serem reconhecidos e usufruídos na prática, se bem que progressivamente e em ritmo muito lento.

Alguns instrumentos da OIT, principalmente a convenção de 1951 relativa a remuneração igual para homens e mulheres em trabalho igual e a Convenção de 1958 sobre discriminação profissional, são marcos no processo de aceitação pública desses direitos.

Não obstante, as mulheres, que somam cerca de 562 milhões de trabalhadoras ou 34 por cento do efectivo da força do trabalho mundial (38 por cento nos países desenvolvidos, 32 por cento nos países em desenvolvimento), estão concentradas num número limitado de actividades, frequentemente em níveis inferiores de habilitações e responsabilidades, com salários também inferiores. Na prática, o

trabalho da mulher não é reconhecido como equivalente ao do homem em qualidade, por isso o pagamento para o mesmo trabalho é menor quando se trata da mulher. E essas cifras não levam em consideração os milhões de mulheres que suam de manhã à noite como trabalhadoras não remuneradas na agricultura e em funções domésticas. Não há estatísticas do número de mulheres que vivem em tais circunstâncias nem da importância de sua produção e do seu rendimento.

As estatísticas relativas às diferenças salariais entre homens e mulheres nos vários sectores e ocupações são precárias, mas estudos da OIT indicam que mesmo em muitos países industrializados o salário da mulher representa 50 a 80 por cento do percebido pelo homem para trabalho de duração idêntica.

Até no Secretariado das Nações Unidas existe concentração de mulheres em postos de categoria inferior: cerca de 80 por cento do pessoal de escritório são mulheres, mas apenas 20 por cento dos cargos profissionais são preenchidos por mulheres.

A MULHER E A EDUCAÇÃO: PERCENTAGEM DE MULHERES ANALFABETAS MAIS ALTA DO QUE A DOS HOMENS

Quanto à educação, poucos negariam hoje o direito às mulheres de serem beneficiadas em igualdade com os homens; mas em muitos países elas estão em flagrante desvantagem em todos os níveis — primário, secundário e superior. No mundo desenvolvido houve alguns progressos no sentido de se eliminar, através da educação, os preconceitos e as atitudes discriminatórias nascidos de estereótipos sobre o papel dos sexos.

Onde ainda existe analfabetismo, a percentagem de mulheres analfabetas é sempre mais alta do que a de homens. Em 1960 as taxas de analfabetismo eram 33,5 por cento para homens e 44,9 por cento para mulheres; em 1970 eram 28 e 40,3 por cento respectivamente. Na África e nos Estados árabes, que têm as taxas mais altas, o analfabetismo feminino caiu de 88,5 para 83,7 por cento e de 90,7 para 87,5 por cento respectivamente, na mesma década.

Apesar dos esforços feitos em muitos países pela alfabetização de adultos, o número de mulheres que frequentam esses cursos é menor do que o de homens. Isso é devido principalmente a factores como distância das escolas, dificuldade de viajar à noite, obrigações domésticas, casamento prematuro, atitudes antiquadas e simples falta de recursos para atender a todos os analfabetos.

O acesso de moças e mulheres à educação em muitas partes do mundo depende também do nível de desenvolvimento do país. Mas, mesmo nos países industrializados, onde a educação primária é compulsória, a diversidade de currículos, de métodos de ensino e de assuntos conforme o sexo continua de pé, e uma das consequências é a preponderância de mulheres em certas actividades e a sua pequena ou nenhuma participação em outras.



A IGUALDADE DE DIREITOS ENTRE HOMEM E MULHER

A possibilidade de escolha pode existir teoricamente, mas em grande número de casos a «escolha» é induzida por uma educação iniciada na primeira infância e baseada na diferença entre os sexos. O tratamento diferencial vigora também quando se trata de preparo profissional, e conduz a oportunidades diferentes no emprego e no trabalho, diferença de remuneração e de hierarquia profissional, a despeito da igualdade assegurada em lei.

A tendência para a melhoria da posição jurídica da mulher vem se acelerando visivelmente nos últimos anos, e o princípio da igualdade de direitos entre homens e mulheres já foi reconhecido e incluído na legislação de

muitos países. Em alguns casos a igualdade jurídica formal existe desde começos do século (nos países nórdicos e do leste europeu, por exemplo), mas a maioria as grandes mudanças só ocorreram depois de 1945.

No campo do direito civil, porém, e principalmente no direito de família, o princípio da igualdade ainda não alcançou aceitação universal apesar da consciencialização conseguida nos últimos anos. Reformas recentes revogaram leis discriminatórias contra as mulheres, e muitos países aprovaram legislação com o objectivo de garantir uma divisão mais equitativa dos direitos e das responsabilidades no âmbito da família.

Leis aprovadas em alguns países (Brasil, França, Costa do Marfim, Luxemburgo, Mónaco) nos últimos 20 anos mostram, por exemplo, visível tendência para uma participação mais equilibrada dos cônjuges na tomada de decisões; para o estabelecimento de uma divisão mais equitativa, baseada na capacidade de ganho de cada um, nos bens adquiridos durante a vida em comum, por ocasião da dissolução do casamento (Áustria, várias províncias do Canadá, França, Mónaco); para o reconhecimento do trabalho da dona de casa como sendo contribuição ao património material da família, que deve ser dividido entre o casal (ou seus herdeiros) quando da dissolução do casamento (países da Europa Oriental e, depois de 1970, Reino Unido).

Alguns outros países adoptaram pela primeira vez uma legislação reconhecendo o direito de herança do cônjuge sobrevivente (França, por exemplo) e a igualdade dos direitos e deveres dos pais em função exclusivamente do interesse dos filhos. Este último aspecto compreende a concessão plena do pátrio poder à mãe solteira (Áustria e Suécia, por exemplo).

A MULHER E O DIVÓRCIO

As leis de vários países relativas ao divórcio foram um pouco liberalizadas. O divórcio é agora permitido em países onde antes o não era, como a Itália (1974) e Mónaco (1970). No Afeganistão, desde 1971 a mulher tem direito de se divorciar em certas circunstâncias, quando antes esse direito era privilégio exclusivo do marido. Em outros países o divórcio tornou-se bem mais fácil do que antes para ambas as partes (por exemplo, Suécia, Estado de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América).

Mas em muitos países o marido ainda é reconhecido por lei como «cabeça do casal» e desempenha papel dominante na família, ficando a mulher relegada a uma posição de inferiori-

dade, com pouca ou nenhuma prerrogativa legal para intervir em decisões que afectam a ela mesma e a outros membros da família.

A MULHER «ES CRAVA» DO MARIDO: ATÉ QUANDO?

A legislação de alguns desses países pode estipular que a mulher deve obediência ao marido (Etiópia, Jordânia, Málí, Tunísia). Ela precisa de autorização do marido ou de um juiz para exercer a capacidade legal de contratar, accionar e ser accionada em juízo (Equador, Haiti, México, Filipinas, Uruguai). Os direitos de propriedade da mulher às vezes são limitados por normas que regem as relações de propriedades dos cônjuges; e o direito ao trabalho pode estar sujeito à autorização expressa ou implícita do marido (Burundi, Equador — só para actividades de comércio ou indústria; Málí — para actividades de comércio). Em outros países, porém, a lei exige que a mulher preste obediência ao marido.

A MULHER «ANJO DO LAR»?

Apesar de a legislação moderna se inclinar cada vez mais pelo reconhecimento da importância do trabalho da mulher fora do lar, tanto do ponto de vista do desenvolvimento económico geral como das necessidades pessoais e familiares, o papel de «guardiã do lar» é atribuído principalmente à mulher, não apenas pela tradição e pelo costume mas também em certos casos pela lei; e se espera que a mulher desempenhe esse papel sem compensação financeira durante o casamento.

Isso pode estar formulado explicitamente na lei ou implícito em vários dispositivos legais referentes à manutenção da mulher e à cobertura das despesas da família, quando uma e outra são responsáveis principais do marido.



PARA HOMEM E MULHER OPORTUNIDADES IGUAIS

Este problema é muito importante quando se trata de estudar meios de aumentar as oportunidades de acesso da mulher a empregos convenientemente remunerados e de participação no desenvolvimento. Em alguns países, governos e organismos de planeamento começam a compreender que as funções devem ser divididas equitativamente entre os sexos a fim de que ambos tenham oportunidades práticas de participar da vida profissional e familiar. Também se vai reconhecendo pouco a pouco que uma política que

PELO ESTRANGEIRO

vise dar à mulher uma situação de igualdade com o homem na vida económica não tem condições de vingar enquanto for mantida a responsabilidade tradicional da mulher em tudo o que se refira aos filhos e ao lar.

A MULHER E A MATERNIDADE

Existe um domínio onde não pode haver igualdade, mas no qual as necessidades da mulher precisam de protecção: a maternidade. Como as mulheres não participam da formulação das políticas de saúde, as suas necessidades especiais referentes à maternidade geralmente nem são conhecidas pelos formuladores de políticas, sendo esse aliás um dos sectores mais descuidados dos programas de saúde de muitos países. E claro que a existência de serviços de saúde depende em grande parte de recursos materiais e pessoal disponível; mas muito se poderia conseguir nesse terreno mediante uma formação pouco onerosa em matéria de higiene, nutrição a economia doméstica, e graças aos serviços de medicina preventiva.

Os nossos esforços pela elevação da qualidade da vida de todos os seres humanos não têm levado muito em conta as necessidades de milhões de crianças e de mães, principalmente em regiões em desenvolvimento, sejam urbanas ou rurais. Como se pode melhorar a qualidade de vida de um ser humano nascido de mãe analfabeta, economicamente dependente, subalimentada e sobrecarregada de trabalho, de saúde precária e tendo um filho por ano?

O Ano Internacional da Mulher (1975) oferece excelente oportunidade para trabalharmos em conjunto pela eliminação dessas discriminações ainda generalizadas contra a mulher, para

que ela participe mais da vida económica, social e política do nosso planeta.

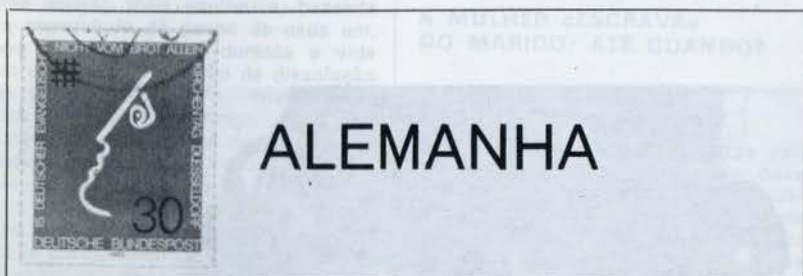
O Ano Internacional da Mulher será o que fizermos dele. Poderá ser um

ano verdadeiramente histórico, um marco não apenas na história do progresso da mulher mas também na da humanidade. Esforcemo-nos para que assim seja.





PELO ESTRANGEIRO



Recrutamento de mão-de-obra estrangeira

Conforme nota da Embaixada da República Federal da Alemanha em Lisboa, de 9 de Setembro de 1975, transmitida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, dado que a situação do mercado de trabalho continua a ser crítica, não se pode pensar no levantamento em futuro próximo das medidas de suspensão do recrutamento de mão-de-obra estrangeira.

Nestas circunstâncias, o Go-

verno da República Federal da Alemanha decidiu encerrar a Entidade Alemã de Ligação em Lisboa (organismo de ligação, no quadro do acordo assinado com Portugal), cujo pessoal já havia sido reduzido anteriormente. Tal decisão é claro sintoma de que as autoridades alemãs não pensam tão cedo cancelar as medidas de suspensão da imigração decretadas.



Promoção cultural para imigrados

O Sr. Dijoud, depois de uma visita na cidade de Lyon ao «Centro Lionês de acolhimento, informa-

ção e orientação dos trabalhadores imigrados» a 23 de Outubro último, confirmou a criação próxima de um Departamento de Promoção Cultural para Imigrados.

Campanha a favor dos imigrados

«Nova e intensa campanha», lançada pela C. G. T. a favor dos imigrados. M. René Lomet, Secretário da C. G. T., pôs 5 questões ao Presidente da República e ao Governo:

- 1) Porque é que os representantes franceses à Conferência Internacional do Trabalho em Junho passado, em Genebra, recusaram votar o texto de uma nova convenção internacional que garanta a igualdade de direitos?
- 2) Os poderes públicos renovarão as cartas de trabalho e de «sejour» aos trabalhadores imigrados na situação de desemprego ou procederão a expulsões? (nomeadamente os titulares de uma carta temporária de 1 ano — que ficarão desempregados depois da prorrogação de 3 meses de validade da carta, prorrogação prevista pela circular de 2 de Maio de 1975).
- 3) Que medidas conta tomar o ministro do Interior para assegurar a segurança dos imigrados e o respeito pela sua dignidade?
- 4) O Governo vai tomar medidas para assegurar a igualdade de direitos em matéria de segurança social e de alojamento para as famílias?

5) É verdade que o dinheiro do Fundo de Acção Social (FAS) permite financiar «o enquadramento» dos imigrados?

A C. G. T. decidiu de acordo com a União Geral dos Trabalhadores Argelinos (U. G. T. A.) e a C. F. D. T. fazer até meados de Dezembro, nas cinco regiões de França «meetings» comuns sobre as questões do racismo, do emprego e da formação profissional.

Transportes França-Portugal

A Secretaria de Estado dos Transportes Franceses acaba de publicar uma notícia acerca da «Société Nouvelle France-Cars», que efectua viagens entre a França e Portugal em condições fora do regulamento em vigor. Em seguimento de um acordo entre a França, Espanha e Portugal somente as empresas ou grupos de empresas abaixo mencionadas estão habilitados a assegurar ligações regulares entre a França e Portugal por autocarro:

FRANÇA:

Groupement Intercar Paris
Groupement Intercar Lyon

ESPAÑA:

Entreprise Atcar
Entreprise Alse

PORTUGAL:

Transportes do Norte
Transportes Intercentro
Transportes Intersul

Formação contínua

As orientações prioritárias dos auxílios públicos à formação profissional contínua, foram fixados para 1976 pelo Sr. Granet por meio da Circular n.º 1677, de 29 de Setembro de 1975. Nesta se prevê que a ajuda do Estado deverá ser atribuída com as seguintes prioridades:

- as acções em favor dos jovens;
- as acções organizadas

para facilitar a solução dos problemas de emprego (tendo em vista principalmente os trabalhadores em situação de conversão ou ameaçados de perder os empregos) que terão prioridade sobre os especializados para os quais existe oferta de emprego);

- as acções tendentes a revalorizar a condição dos trabalhadores manuais (acções de promoção profissional, formações tendentes à melhoria das condições de trabalho e ao enriquecimento do trabalho).

Alojamento para imigrados

O Sr. Dijoud anunciou em Tou-

quet, a 23 de Outubro de 1975, **uma reformulação da utilização de 0,2 % pago pelos empresários para o alojamento dos trabalhadores imigrados.** A partir de agora, as somas acumuladas deverão ser redistribuídas em função das necessidades locais graças a uma redistribuição departamental. As comissões departamentais de alojamento organizarão os pontos dos programas a longo prazo, depois do recenseamento das necessidades. A Comissão Nacional de Alojamento será encarregada de operar uma escolha das prioridades. Os comités interprofissionais de alojamento (225 em França), serão encarregados de executar estes programas definidos todos os anos. Este dispositivo será objecto de uma próxima circular ministerial.



VENEZUELA

Portas abertas a emigrantes portugueses?

«A Venezuela fez uma excepção significativa à sua lei sobre a emigração para o caso português. A emigração está fechada desde 1958, mas vamos admitir um número considerável de emigrantes portugueses, procedentes das ex-colónias ou do continente», declarou o Dr. Alfredo Baldó, actual embaixador daquele país em Lisboa.

Sobre as medidas concretas projectadas pelo seu Governo para ajudar Portugal em relação aos retornados de Angola, o Dr. Baldó, que recentemente apresentou as suas credenciais, disse:

«Acaba de formar-se uma comissão especializada, a que preside o ministro Gumersindo Rodri-

gues e na qual intervém a Fundação Gran Mariscal de Ayacucho e o C. I. M. E. (Comissão Inter-governamental para as Migrações Europeias)».

Quanto aos planos daquela comissão, afirmou:

«Temos três projectos muito diferentes. Um, a curto prazo, em que intervirá a colónia portuguesa na Venezuela, e que servirá para acelerar a saída de emigrantes. O segundo projecto, a médio prazo, conciliará as ofertas de trabalho que o Governo venezuelano apresentará com os pedidos do Governo português. Contamos para isso, com a colaboração de empresas públicas, tais como a Cooperação da Guayana, a Siderurgia do Orinoco, o Dique-Estaleiro de Puerto Cabello, a indústria naval, pesqueira e outras.»

UMA PREOCUPAÇÃO: AS NOSSAS CASAS

Depois de referir que nestas tarefas intervirá a delegação da C. I. M. E. em Lisboa, cuja instalação está a ser negociada, e a presença, pelo menos, durante um mês, de um funcionário dos organismos venezuelanos de emigração, o embaixador terminou, dizendo:

«A longo prazo, temos o projecto de facilitar a instalação de famílias camponesas das ex-colónias ou do continente para as zonas menos exploradas do nosso país. A propósito, pensamos urbanizar vários campos petrolíferos desocupados para instalar provisoriamente esses emigrantes.»

Aliás, para nós a negociação com um país de tamanho médio como o nosso, é muito mais interessante, sem que se metam de permeio os interesses das grandes potências.»

Muito embora a todo o título prometedoras, estas possibilidades para a emigração portuguesa ainda não estão concretizadas, prosseguindo as negociações. No entanto, e tendo-se verificado que muitos portugueses munidos de visto de turismo estejam a dirigir-se para aquele país na perspectiva de colocação, esclarece-se que tal procedimento é desaconselhável. A este propósito, a SEE divulgou o seguinte comunicado:

«Tendo esta Secretaria de Estado de Emigração conhecimento de que continuam a chegar à Venezuela trabalhadores portugueses portadores de visto de turismo, com a intenção de, posteriormente, o transformarem em autorização de permanência, informa os possíveis interessados de que, por determinação daquele país, não serão dadas mais autorizações desse teor.»

Em vista dos riscos que correm, previnem-se assim todos os que, sem o saberem, poderão ver-se sujeitos a prejuízos e incómodos graves.»

O EMIGRANTE E A OCUPAÇÃO DE CASAS DE QUE É PROPRIETÁRIO

— É ilegal a ocupação das casas dos emigrantes

Esta situação encontra-se contemplada no Decreto-Lei n.º 198-A/75 de 14 de Abril, o qual refere no art. 1.º que as ocupações de fogos devolutos levadas a efeito para fins habitacionais, antes da sua entrada em vigor, em prédios pertencentes a entidades públicas ou privadas serão imediatamente legalizadas através da celebração de contrato de arrendamento. No entanto, o art. 2.º, alínea h), abre uma excepção para os emigrantes, desde que não tenham cometido qualquer infracção ao disposto no Decreto-Lei n.º 445/74, de 12 de Setembro.

O EMIGRANTE E O ARRENDAMENTO DE CASAS DE QUE É PROPRIETÁRIO

— O emigrante deverá manter o direito ao arrendamento

Segundo o art. 1096 do Código Civil, o senhorio poderá denunciar o contrato de arrendamento para o termo do prazo ou da renovação quando necessite do prédio para sua habitação ou para nele construir a sua residência ou quando se proponha ampliar o prédio ou construir novos edifícios em termos de aumentar o número de locais arrendáveis.

Contudo o Decreto-Lei n.º 155/75 de 25 de Março, veio suspender o regime fixado no Código, pelo que todas as acções e execuções de despejo com processo comum ou especial ficam suspensas. Concluindo, o emigrante regressado ao País, vê-se legalmente impedido do exercício do direito de denúncia.

É esta uma das situações em que se justifica uma alteração do Decreto-Lei n.º 155/75, com vista a exceptuarem-se os casos em que o interessado no exercício do direito de denúncia seja emigrante e apenas para as acções e execuções ao despejo com base em denúncia para habitação própria.

O problema das ocupações de casas dos emigrantes preocupa as autoridades, que estão já a desenvolver todos os esforços no sentido de se pôr cõbro ao abuso que tais ocupações representam. Por outro lado, a Secretaria de Estado da Emigração está a elaborar um estudo com vista a apresentar uma proposta de revisão de toda a legislação em vigor neste campo. Todavia, e porque muitas das incómodas situações surgidas têm origem, também, no desconhecimento da Lei — quer por parte dos emigrantes, quer pela população em geral — a SEE divulgou um comunicado em que refere os casos mais frequentes e a respectiva situação legal.

O EMIGRANTE NA POSIÇÃO DE ARRENDATÁRIO E A RESOLUÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO POR NÃO TER NO PRÉDIO RESIDÊNCIA PERMANENTE

— O emigrante deverá poder reaver a sua casa, uma vez que regresso

O emigrante sai muitas vezes do País na posição de arrendatário e a sua fixação no estrangeiro excede normalmente o prazo de dois anos, o que acontece também com os familiares que o acompanham.

Segundo a alínea i) do n.º 1.º do art. 103 do Código Civil, o senhorio pode resolver o contrato se o arrendatário conservar o prédio desabitado por mais de um ano consecutivamente ou sendo o prédio destinado a habitação não tiver nele residência permanente, habite ou não outra casa, própria ou alheia.

Contudo, conforme o estabelecido no n.º 2 do citado artigo, não tem aplicação o disposto na alínea i) em caso de força maior ou de doença, se o arrendatário se ausentar por tempo não superior a dois anos em cumprimento do dever militar ou no exercício de outras funções públicas ou de serviço particular por conta de outrem e, bem assim sem dependência de prazo, se a ausência resultar de comissão de serviço público, civil ou militar, por tempo determinado, se permanecerem no prédio os familiares do arrendatário.

Nos termos da lei, e quando o emigrante regressa a Portugal, correu já muitas vezes a competente acção de despejo.

É pois de toda a justiça rever esta situação, no sentido de exceptuar da aplicação do regime geral as situações geradas pelo facto de uma casa se



encontrar temporariamente desabitada para além do prazo actualmente previsto (2 anos), em virtude do arrendatário estar emigrado.

O EMIGRANTE PROPRIETÁRIO DE CASAS ARRENDADAS E A REDUÇÃO UNILATERAL DAS RENDAS

De harmonia com a lei (art. 406 do Código Civil) o contrato, uma vez celebrado, deverá ser pontualmente cumprido e a subsequente modificação ou extinção só poderão fazer-se mediante mútuo consentimento dos contraentes ou nos casos admitidos na lei.

Sendo assim, deverá o arrendatário pagar a renda a que se obrigou, e só haverá lugar a uma redução quando por motivo atinente à sua pessoa ou à dos seus familiares, sofrer privação ou diminuição do gozo da casa locada aquela redução será proporcional ao tempo de privação ou diminuição e à extensão desta (art. 1039 C. Civil).

Na prática, o que se verifica é que as reduções de renda feitas unilateralmente se processam fora das circunstâncias em que a lei o permite, designadamente, mediante interferência das comissões de moradores.

Contudo, e de harmonia com a lei, se o arrendatário não pagar a renda (montante fixado em contrato de arrendamento) no tempo e lugar próprios nem fizer depósito liberatório, o senhorio pode resolver o contrato.

A experiência colhida nos últimos tempos demonstra que é difícil a aplicação da lei, pelo que o emigrante proprietário terá de suportar todas estas contingências, não parecendo justificável qualquer medida neste sector.

os estudos feitos lá fora



O Ministério da Educação e Investigação Científica estabeleceu normas gerais do regime de equivalências relativas a habilitações adquiridas no estrangeiro. Este regime contém disposições diferentes consoante as equivalências solicitadas sejam para efeitos de continuação de estudos em Portugal, para provimento em cargos públicos ou para fins militares.

No que respeita ao ensino liceal, as equivalências a conceder tomarão por base o número de anos de escolaridade que o interessado comprove através do respectivo certificado de habilitações.

No entanto, a equivalência concedida só produzirá os efeitos pretendidos após a aprovação do aluno nas disciplinas de Português, História e Geografia de Portugal, numa maneira geral ao nível do ano em que é concedida a equivalência.

Se, porém, a equivalência for concedida relativamente ao curso complementar dos liceus, além do exame sobre cultura portuguesa ao nível do curso geral, deverão ser prestadas provas de exame «ad hoc» relativas às disciplinas consideradas fundamentais para o curso superior que o interessado pretende seguir (normalmente, as chamadas «nucleares») e que não constem do currículo escolar que professou no estrangeiro.

No que respeita ao ensino técnico profissional, é adoptado o esquema acima descrito para o ensino liceal, atendendo-se, porém, a algumas especialidades decorrentes do facto de os cursos professados neste Ensino estarem anualmente sujeitos a exame.

Na sequência da equivalência concedida, seja no ensino liceal ou no ensino técnico profissional, é facultada ao requerente a frequência em ano inferior àquele em que foi estabelecida a equivalência, desde que o mesmo se julgue a si próprio ou seja considerado como não possuindo a preparação necessária à frequência do ano em que por efeito de equivalência concedida lhe é permitida a matrícula.

Quanto ao ensino básico, isto é, para aqueles estudantes que no estrangeiro frequentavam estabelecimentos

de ensino até 6 anos de escolaridade, o regime estabelecido é o seguinte:

- para os que tenham 3 ou menos anos de escolaridade, é-lhes exigido um certificado dos estudos feitos e a equivalência ser-lhes-á concedida após prova de verificação de conhecimentos e de acordo com a idade e os anos de escolaridade no estrangeiro;
- para os que tenham completado quatro anos de escolaridade e tenham tido aproveitamento, como norma geral transitam para o 1.º ano do Ciclo Preparatório;
- para os que tenham, com aproveitamento, cinco anos de escolaridade, põem-se duas hipóteses:
 - 1 — ou fazem exame de transição de Português, História e Geografia;
 - 2 — ou matriculam-se no 1.º e 2.º ano do ensino particular cumulativamente, fazendo oportunamente o exame do fim do Ciclo Preparatório;
- para os que tenham seis anos completos de escolaridade, é-lhes concedida a equivalência ao Ciclo Preparatório, mediante exames «ad hoc» de Português, História e Geografia. Quanto a estes, dado que aqueles exames «ad hoc» podem ser efectuados em qualquer altura, poderão frequentar condicionalmente o 1.º ano do Ensino Liceal ou Técnico Profissional até à prestação dos exames, sendo considerada válida a frequência do 1.º ano no caso de aprovação nos exames ou devendo regressar ao Ciclo Preparatório no caso de reprovação nos mesmos.

Finalmente, as equivalências de títulos académicos obtidos no estrangeiro (bacharelato, licenciatura ou doutoramento) serão analisadas caso por caso, enquanto que as equivalências para os estudantes de cursos superiores serão estudadas tendo em atenção não os anos de curso professado, mas sim as disciplinas, sendo as respectivas equivalências concedidas disciplina por disciplina.

Para obtenção de esclarecimentos sobre os regimes de equivalências deverão os interessados dirigir-se:

— para o ensino secundário:

Direcção-Geral do Ensino Secundário
Campo dos Mártires da Pátria, 2 — Lisboa-1

— para o Ensino Básico:

Secção de Equivalências
Direcção-Geral do Ensino Básico
Avenida de Berna, 56
Lisboa-1

— para o Ensino Superior:

- equivalências de graus académicos:

Ministro da Educação e Investigação Científica
Avenida 5 de Outubro
Lisboa-1

- estudantes de curso superior:

A secretaria da Faculdade onde pretendem prosseguir os estudos.

o nosso bilhete de identidade

No intuito de facilitar aos portugueses residentes no estrangeiro a obtenção de bilhetes de identidade passados pelos arquivos de identificação a Direcção dos Serviços de Identificação estabelecer um sistema simples, cuja explicação se expõe a seguir.

Assim, os portugueses naturais do continente ou das ilhas adjacentes que pretendam renovar o seu bilhete de identidade, emitido pelos arquivos de identificação de Lisboa, Porto ou Coimbra, deverão preencher correcta e completamente, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, os impressos próprios que poderá adquirir nos consulados de Portugal ou solicitar directamente à Direcção dos Serviços de Identificação (Rua Gomes Freire, n.º 174, Lisboa-1), mediante envio de 20\$00 para pagamento dos mesmos e das despesas de remessa por via aérea.

Uma vez preenchidos, os impressos deverão ser entregues no consulado de Portugal, juntamente com o bilhete de identidade a substituir, duas fotografias e um vale postal internacional ou documento de pagamento equivalente à ordem do Director dos Serviços de Identificação, pagável em Lisboa e no montante de 60\$00. Esta importância sobre as despesas do próprio bilhete de identidade, bem como a dos portes de correio para a remessa do mesmo directamente ao interessado.

No caso de se tratar do pedido dum bilhete de identidade pela primeira vez ou, então, na falta do bilhete de identidade anterior, torna-se necessário também a apresentação duma certidão de nascimento para bilhete de identidade passada há menos de 3 meses.

e o registo criminal

Para os portugueses residentes no estrangeiro que necessitam de obter o certificado de registo criminal, foram oportunamente adoptadas medidas que lhes permitem tal obtenção com um mínimo de formalidades e despesas.

Assim, bastará preencher um impresso próprio (modelo 101-DSI), reconhecer a assinatura a um notário ou no consulado de Portugal e enviar o impresso à Direcção dos Serviços de Identificação, Rua Gomes Freire, n.º 174, Lisboa-1, acompanhado de vale postal internacional ou documento de pagamento equivalente, à ordem do Director



dos Serviços de Identificação, pagável em Lisboa, no montante de 70\$00.

Esta importância inclui todas as despesas relativas à cobrança de taxas, portes aéreos e remessa do certificado ao interessado, pelo que este não lhe deverá acrescer qualquer outra quantia.

O impresso modelo 101-DSI pode ser adquirido nos consulados de Portugal ou directamente pedido à referida Direcção dos Serviços de Identificação mediante o envio de 20\$00 para satisfação do seu custo e das despesas de remessa por via aérea.

O impresso deverá ser correcta e cuidadosamente preenchido, sem emendas, rasuras ou entrelinhas. Embora do mesmo conste a menção do bilhete de identidade, poderá o mesmo ser emitido no caso de o requerente o não possuir.

emigrantes em situação militar irregular

Aos indivíduos que se tenham constituído em situação militar irregular antes de 2 de Maio de 1974, por não cumprimento das obrigações relativas ao recrutamento geral, e que residam no estrangeiro, podem requerer a regularização da sua situação militar ao Chefe do Estado-Maior do Exército, através do Consulado de Portugal da área da sua residência.

Uma vez comprovadas as condições de regularização, o Ministério do Exército comunica ao consulado respectivo as obrigações a satisfazer pelo requerente (pagamento da taxa de licença definitiva e da taxa militar do ano dos 21 anos até ao ano da regularização da situação militar) que passará à Reserva Territorial após o pagamento das referidas taxas.

Na situação de passagem à Reserva Territorial, poderão os interessados deslocar-se a Portugal ou

aqui fixar residência sem dependência de quaisquer outras formalidades além do pagamento da taxa militar a que ficam anualmente obrigados até ao ano dos 45 anos de idade.

Igualmente poderão requerer a regularização da situação militar os indivíduos que se tenham constituído em situação de deserção até ao dia 9 de Outubro de 1974 (ou data posterior, se vier a ser decretada nova amnistia), devendo requerer tal regularização através do Consulado de Portugal da área da sua residência. O processo de passagem à Reserva Territorial segue os trâmites indicados anteriormente para as outras situações irregulares, sendo igualmente devido o pagamento da taxa militar.

Estas disposições vigoram durante o período de 365 dias a contar de 21 de Novembro passado.

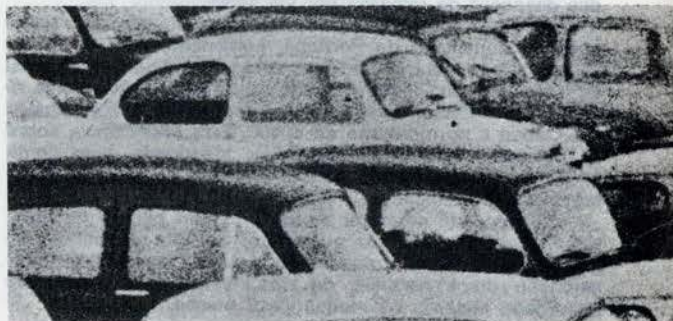
cartas de condução

Para se conduzir um carro em Portugal é, naturalmente, exigido um documento que a tal habilite: a carta de condução. Os residentes em Portugal têm, pois, de possuir esse documento que, como se sabe, é passado pelas Direcções de Viação.

Pergunta-se: e os portugueses residentes no estrangeiro cujas cartas de condução foram emitidas pelas autoridades competentes dos países em que habitualmente residem, podem conduzir em Portugal?

A resposta é afirmativa.

De facto, os titulares de cartas de condução estrangeiras estão automaticamente habilitados a conduzir em Portugal tal como se possuíssem carta de condução portuguesa. É evidente, pois, que a carta tem de estar válida, assim como acontece com os detentores de carta portuguesa. Há apenas uma



condição a provar: a residência habitual no estrangeiro. Por isso, quando conduzam em Portugal, os indivíduos titulares de carta de condução estrangeira deverão fazer-se sempre acompanhar do seu passaporte com vista a comprovar a residência no estrangeiro.

Será altura de pôr então a seguinte questão:

— E o que deve fazer o titular de carta de condução estrangeira que venha residir definitivamente para Portugal?

Pois neste caso, deverá dirigir-se à Direcção de Viação da área da sua residência a fim de obter uma carta de condução portuguesa por troca com a estrangeira, desde que esta se encontre válida. A carta portuguesa ser-lhe-á passada com dispensa de exame de condução, mediante a apresentação dos documentos que lhe forem indicados na Direcção de Viação.



caçar é uma coisa trazer armas é outra

São inúmeros os portugueses residentes no estrangeiro que se dedicam ao desporto da caça, exercendo-o quer no país onde se encontram, quer em Portugal quando vêm em gozo de férias. Também acontece, naturalmente, que estes portugueses regressam definitivamente a Portugal e pretendem trazer consigo as armas de caça de que são proprietários.

No intuito de os habilitar com uma informação de ordem geral quanto às possibilidades de importar temporária ou definitivamente as suas armas, indicamos a seguir as normas reguladoras do assunto.

Assim:

- 1) — Na importação de uma espingarda de um cano, os direitos a pagar — se ela estiver nas condições de beneficiar da pauta mínima — são, respectivamente

de 280\$00 ou 800\$00, conforme se trate de uma arma guarnecida de cães ou desprovida deles mas, tratando-se de uma espingarda de mais de um cano, os direitos a pagar, na pauta mínima, são respectivamente de 520\$00 ou 880\$00 conforme a arma pos-sua, ou não, cães.

As armas estão ainda sujeitas ao pagamento do imposto de transacções cuja taxa de 20 % incide sobre o valor tributável.

- 2) — A espingarda em causa só poderá ser desembaraçada pelos Serviços Aduaneiros, depois de submetida a exame de perito militar e ainda, sob condição de o importador estar munido da respectiva licença de uso e porte de arma.
- 3) — Não poderá a arma ser entregue ao proprietário logo que chegue à fronteira mas, somente após mostrarem-se satisfeitas as condições atrás mencionadas, ficando a espingarda retida na Alfândega.
- 4) — Tratando-se de armas de caça transportadas por passageiros, desde que se faça prova por documento fidedigno apresentado pelo interessado que são da sua propriedade, e tenham sinais de uso e sejam em quantidade e qualidade proporcionadas à situação social do seu possuidor, poderá ser dispensado o pagamento dos direitos, desde que, depois de cumpridas as indispensáveis formalidades, seja requerido à Direcção da respectiva Alfândega, a sua entrega nessas condições.
- 5) — Quanto à possibilidade de importação da arma mediante depósito de 1000\$00, é limitada ao prazo de 60 dias, prorrogáveis, em casos devidamente justificados, pelos Comando-Geral ou Comandos Distritais da Polícia de Segurança Pública por, apenas mais dois períodos sucessivos de 60 dias cada.
Terminado o prazo inicial de 60 dias (ou das prorrogações, se as houver) a arma terá de sair do país ou, caso contrário, implicará no procedimento fiscal inerente à sua indevida permanência.

as pequenas poupanças hão-de ser respeitadas

É grande o número de emigrantes portugueses que aplicaram as suas poupanças em sociedades de promoção ou de construção, como a Torralta e J. Pimenta, ou em carteiras de títulos, como o Fundo Fides, e que vêm manifestando uma justa apreensão não só quanto ao destino dos investimentos feitos, quer em relação aos rendimentos que daí lhes provinhem e cuja falta lhes criam situações de maior ou menor gravidade.

A intervenção do Estado nestas empresas teve, aliás, por objectivo principal a defesa desses interesses que envolvem muitos milhares de investidores que às mesmas confiaram as suas poupanças. Tem, pois, o Governo pleno conhecimento da expectativa e das especulações geradas no sector do assunto, o qual, pelo menos tanto quanto os próprios interessados, muito lhe interessa resolver com a maior brevidade que as circunstâncias permitam, como se infere duma resolução tomada em relação a uma dessas empresas pelo Conselho de Ministros (20.8.75) que admitiu



sentir com bastante acuidade os problemas em causa, em especial os respeitantes a emigrantes e outros trabalhadores.

Porque assim é, estão em curso e desenvolvem-se os melhores esforços no sentido de se encontrarem soluções satisfatórias a favor das pequenas poupanças.

É legítimo, portanto, aguardar-se a regularização destes problemas através duma resolução que atenda os interesses envolvidos nos empreendimentos sob tutela do Estado, em particular dos pequenos e médios investidores, entre os quais se encontra talvez a totalidade dos emigrantes.

pelas nossas terras



NAZARÉ

O Infantário e Jardim-Escola da Confraria de Nossa Senhora da Nazaré, instalado no Sítio e que já está a funcionar, foi visitado pelos pais das crianças que, assim, tiveram oportunidade de apreciar as condições em que os filhos passam uma boa parte do seu tempo.

Edifício antigo, sofreu obras de restauro e adaptação que em conjunto com o recheio para o pôr em funcionamento, custaram mais de meio milhar de contos.

LEIRIA

A Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Leiria acaba de tomar conhecimento do ofício da Direcção-Geral de Transportes Terrestres, solicitando que o município entre em contacto com o grupo de empresas nacionalizadas «Claras», a fim de se acordar na melhor forma de serem adoptadas medidas com vista à prática de ligações rodoviárias entre a cidade e a estação de caminho de ferro, do ponto de vista de exploração, nomeadamente da possibilidade e conveniência de utilização de veículos adequados ao provável número de utentes daquele percurso.

Foi concedida à Câmara Municipal de Leiria autorização para contrair na Caixa Geral de Depósitos um empréstimo de 20 mil contos para a construção do mercado municipal. O presidente da Comissão Administrativa, ou quem legalmente o substitua, outorgará em nome do Município na escritura do respectivo contrato.

POMBAL

Constituindo um dos mais sérios problemas, o abastecimento de água

a todo o concelho de Pombal encontrará solução com a sua captação do Orão, Redinha, a cerca de dez quilómetros a norte desta vila.

O estudo está concluído, tendo sido já celebrada contrato para execução do projecto, no montante de 1840 contos. Este projecto será realizado em três fases: a primeira, que estará concluída em 31-7-76, prevê o abastecimento às diversas povoações das freguesias da Redinha, Almagreira e Pombal; a segunda, cuja conclusão está prevista para 30-6-77, servirá as povoações da freguesia de S. Tiago de Litém, a partir de Pombal; a terceira a concluir a 31-12-77, abrangerá as povoações da freguesia de Vermoil. Esta última fase está, contudo, condicionada à realização de dois furos artesianos que vão ser abertos e que orçam os dois mil contos.

A construção do novo mercado municipal de Pombal ascenderá ao montante de 9988 contos. A empreitada, que foi posta a concurso pela base de licitação de 7 289 343\$00, viria a ser ganha por um empreiteiro local pela importância acima referida.

O contrato de construção será, em breve, celebrado, sendo o encargo financeiro suportado pelo Município, com a comparticipação do Governo, que se responsabiliza pelo pagamento de 85 por cento.

STA. MARTA DE PENAGUIÃO

Em recente reunião, a C. A. da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião tomou deliberações importantes para a vida municipal, das quais destacamos:

Deferimento de vários pedidos de obras e autorização de pagamentos da ordem dos 390 contos; abertura e apreciação de várias propostas para

empreitadas, tais como: construção da rede de esgotos na povoação sede do concelho, em Santa Comba e em Encambalados; pavimentação de ruas e construção de acessos ao cemitério de Paradelo do Monte; reparação da Fonte do Rei, na freguesia de Medrões; arranjo do largo na aldeia de Fontes; promover a instalação, em colaboração com os respectivos serviços distritais, da Subdelegação de Saúde; e mandar proceder ao estudo para renovação de vários transformadores de energia eléctrica, de molde a garantir-se um melhor abastecimento domiciliário e iluminação pública.

No contacto do dia-a-dia com as realidades no Nordeste, facilmente se apreendem os problemas da lavoura, adquirindo aqui aspectos de extrema gravidade que reclamam profunda análise e adequada solução.

A tão proclamada reforma agrária tem de ter em conta os condicionamentos regionais determinantes das decisões que não podem continuar eternamente proteladas e muito menos ao sabor dos ventos políticos, nem sujeitas a estados de maior ou menor anarquia económica e social.

O Nordeste foi já demasiado explorado e menosprezado no tempo da «outra senhora», para continuar serenamente a aguardar a solução dos problemas e anseios a que justamente há muito tempo tem direito.

A horticultura, sendo essencialmente de subsistência, apresenta-se em muitos aspectos como passível de reconversão e de novas formas de comercialização. A fruticultura parece lutar com a falta de mercados e condignos sistemas de armazenamento e conservação (não para aguardar melhores preços, como já ouvimos, mas para chegar ao consumidor em melhores condições). A silvicultura é presentemente a base de indústrias transformadoras a caminho da ruína. A pecuária apresenta-se cansada da exploração que tem sofrido por parte de inter-

mediários com inoperância de organismos estatais. E a vitivinicultura é um quebra-cabeças a pedir grandes soluções.

Em todos estes sectores, um ponto comum — crise na lavoura, afectando uns bons milhares de portugueses que têm por brasão a enxada e, sabendo o que querem, repudiam o que, por não ser de sua escolha, lhes tentam impingir ou impor.

S. MARTINHO DE ANTA

Houve grande alegria entre a Juventude de S. Martinho de Anta (Sabrosa) pelo facto de no dia 7 do corrente, ter sido inaugurado o seu campo de futebol, com um encontro em que se defrontaram as equipas de Murça e de Cumieira, a contar para o Campeonato Distrital de Vila Real, devido à interdição do campo do primeiro daqueles clubes.

Este recinto desportivo, com 100×64 metros, foi construído junto da Adega Borges, em terreno oferecido para o efeito pelo sr. Mário Costa Pereira Borges, de Celeirós, e com o apoio de diversas pessoas e da Direcção-Geral de Desportos, tendo sido baptizado com o nome «Mário Borges».

PAREDES DE COURA

Algumas obras em curso — e outras projectadas — vieram já mostrar a falta de mão-de-obra em terras de Paredes de Coura. É no sector da construção civil que se observa este caso, esperando-se que o recrutamento de pessoal habilitado venha a fazer-se em concelhos limítrofes para a execução de obras que se anunciam e outras em perspectiva, como será o caso do novo quartel dos Bombeiros Voluntários. Trata-se de uma obra calculada em cerca de cinco mil contos e a situar na via de saída para Arcos de Valdevez. O programa de construções será aumentado com um bairro de trinta moradias, já em curso, a situar nos terrenos municipais ao lado do largo da feira de gado.

Por outro lado, foi superiormente homologado o abastecimento de água à sede e a algumas freguesias do concelho, a realizar em duas fases, com captação a partir do sítio da Feteira, rio Coura. Na primeira, a rede abrangerá a vila e o lugar de Lamamã, e a segunda alongar-se-á à área restante.

Ainda dentro deste concelho, observou-se um facto que evidencia o espírito laborioso de alguns povos rurais que suprindo a carência de recursos e de obreiros, meteram mãos à obra e cuidaram de assegurar o seu abastecimento de água, como é o caso do lugar de Venade, na freguesia de Ferreira. Também o lugar de Madorra diligenciou sobre este problema, com um auxílio da Comissão Administrativa da Junta de Freguesia.

PONTE DA BARCA

Com a presença de representantes do S.A.R.D. (Serviços de Apoio da Reforma Agrária) realizou-se nas novas instalações do ex-Grémio da Lavoura, uma reunião de agricultores do concelho.

Embora a convocação tenha tido por fim proceder a estudos preliminares e dar esclarecimentos sobre a formação duma cooperativa agrícola concelhia o certo é que, infelizmente, a mesma teve reduzida assistência.

GUIMARÃES

Na sua última reunião, a Comissão Administrativa da Câmara Municipal desta cidade resolveu tomar, entre outras, as seguintes deliberações:

Assumir o encargo com o fornecimento de energia eléctrica às iluminações festivas do Natal; aceitar para execução o orçamento de 13 756\$50 para instalações de iluminação pública no lugar da Cruz, freguesia de Atães, cujos moradores participam com 6500\$00; conceder à Comissão Administrativa da freguesia de Candoso S. Martinho o subsídio de 30 000\$00, para a construção de dois tanques e lavadouros públicos nos lugares da Vinha e Veiga, cujos moradores participam com 35 mil escudos; assumir o encargo com a aquisição de um pavimento pré-fabricado para instalação de uma Escola Primária na Penha, em terreno cedido pela Irmandade, deliberação fundamentada no facto especial e único no concelho de se ver crianças que, actualmente, são obrigadas a percorrer a pé cerca de 16 quilómetros diários para frequentarem a escola primária; tomar conhecimento e concordar com a deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água, no sentido de ser encomendada a elaboração de um projecto para o «Reforço do abastecimento de água a Vizela»; e aceitar o orçamento de 28 mil e seiscentos escudos para a instalação de iluminação pública desde o cemitério ao lugar de Devesa freguesia de Candoso S. Martinho.

MIRANDELA

Acaba de ser criada a Associação Comercial e Industrial do Concelho de Mirandela, em substituição do ex-Grémio do Comércio do mesmo concelho.

Os órgãos directivos eleitos para o triénio de 1976-78 (que gerirão também a Associação até 31 de Dezembro do ano corrente) têm a seguinte composição:

ASSEMBLEIA GERAL — Presidente, Armazém de Mercaria Central de Mirandela, Lda.; 1.º secretário, Francisco das Chagas Ferreira; 2.º secretário, Jorge Alberto Nunes.

DIRECÇÃO — Presidente, António

Delfim Bahamonde Alves; secretário, Avelino Pereira & Filhos, Lda.; tesoureiro, António Ribeiro de Sousa; vogais, Porfírio do Nascimento Alves e Guilherme Basto, Sucrs., Lda.

CONSELHO FISCAL — Presidente, Francisco Manuel Carlão; secretário, Armando & Aníbal, Lda.; relator, Manuel António Sarmiento; vogais, José Manuel e Alexandre Luís Martins.

A chamada Imprensa regionalista sempre lutou, principalmente no Nordeste, com múltiplos problemas. No entanto, nem os insultos de que foi alvo por parte de um antigo membro de governos provisórios a impedem de continuar acérrima defensora dos interesses e anseios das respectivas regiões.

Segundo o semanário «A Voz de Trás-os-Montes», esta Imprensa, depois de haver sofrido aumentos da ordem dos «dois mil e tal por cento» nas taxas de avenças, vê-se agora com outro problema: os CTT deliberaram deixar de receber, a partir de hoje, os jornais que não se apresentem cintados. Tal exigência tem por base uma convenção internacional, apenas seguida pelo Luxemburgo e sistematicamente ignorada pelos outros países, incluindo Portugal, durante cerca de oito anos, pelo que a decisão ora tomada cria apreensões justificadas a toda a imprensa regional no Nordeste, cujos colaboradores nada auferem e que, por isso mesmo, vive da carilice de umas tantas penas.

Por isso, confia-se em que seja revista a decisão tomada pelos CTT, pois afigura-se possível encontrarem-se novos processos para separar a correspondência dos jornais, sugerindo-se, inclusivamente, que seja feita em maços ou sacos distintos.

CASTANHEIRA DE PÊRA

A carência de habitações no nosso país, onde as rendas de casa já atingem um valor considerável, tem vindo a ser sentida pela população de forma cada vez mais acentuada.

No intuito de resolver este problema, a C. A. da Câmara Municipal aceitou (e foi das poucas do distrito a fazê-lo um projecto oferecido pelo Fundo de Fomento de Habitação para a construção de dois blocos habitacionais nesta vila —, catorze fogos e uma zona comercial —, destinados à venda a trabalhadores, com facilidades de pagamento que vão até dezassete anos. As obras deste empreendimento, orçado em 6200 contos, já foram iniciadas, prevendo-se a sua conclusão para Setembro de 1976.

Entretanto estão em fase de conclusão os trabalhos de saneamento e esgotos da vila, constituindo agora principal problema da C. A. da Câmara o abastecimento de água às populações rurais.

COIMBRA

Uma das tarefas da vida dos trabalhadores do campo, nas quais se tem procurado interessar os alunos de alguns liceus e doutras escolas de Coimbra, é a da apanha da azeitona. Contatados, alguns pequenos agricultores acederam prontamente a facultar os respectivos olivais para aquela experiência. Manda a verdade que se diga terem os estudantes desses estabelecimentos de ensino secundário, bem como os respectivos professores, acorrido à chamada prontamente, enfrontando alguns o frio da manhã e até as primeiras geadas. Outros foram à tarde para o campo, mas nem por isso deixaram de ter de vencer a inclemência deste Outono prestes a findar, com nevoeiro cerrados a chuva.

Não deixaram, certamente, muitos desses estudantes, bem como alguns dos seus professores menos familiarizados com os sacrifícios por que passa a gente dos campos nas suas tarefas diárias de colher uma lição, que terá tido aspectos saudáveis e ficará a marcar na vida uma recordação.

PALHAÇA

Na freguesia da Palhaça, no concelho de Oliveira do Bairro, bem como noutros pontos da região bairradina, andam as populações alarmadas com o problema respeitante ao alojamento

de retornados, pondo em sobressalto os donos das habitações pertencentes aos emigrantes que pelo mundo fora mourejam com vista a um melhor futuro e com o desejo ardente de um dia regressarem às suas terras.

A mistura com o boato, notamos que alguns casos se estão verificando na ocupação ilegal de moradias, bem como tentativas de ocupação em outras, o que dá origem a que os emigrantes ausentes do país estejam constantemente em contacto com os familiares ou seus procuradores, indagando sobre o que se passa, pois vivem numa permanente intranquilidade que sobrecarrega o seu espírito.

OVAR

A Comissão Liquidatária do Grémio da Lavoura de Ovar enviou ao presidente da Junta Nacional dos Produtos Pecuários uma extensa missiva para lhe manifestar o seu descontentamento pelo que se está a passar em relação ao pagamento do gado abatido por intermédio daquela Junta.

Nela se afirma, a dado passo, que «estamos a assistir, mais uma vez, ao descrédito do organismo que V. Ex.ª dirige, em relação aos anunciados benefícios a favor da lavoura. Já basta de exigir sacrifícios sempre aos mesmos. Não pode a lavoura continuar a trabalhar nestes moldes, pois quando vende o seu gado, regra geral, precisa do dinheiro para voltar a fazer novas compras. Com estes atrasos todos e numa época como a actual em que

o gado está a subir dia a dia, se não se comprar no mesmo dia em que se vende, no dia seguinte, o dinheiro já não chega. Isto são factos que terão de ser revistos pelos responsáveis e resolvidos com a máxima urgência».

E mais adiante: «reclamamos uma revisão urgente ao preço da carcaça a fornecer ao marchante, visto ser ele livremente a fazê-lo, sem todavia os preços de venda ao público terem sido aumentados».

AÇORES

Os Açores têm boas condições para a cultura da beterraba, de modo a abastecerem-se de açúcar a si próprios e ainda à Madeira, em especial se integrarem a produção na zona dos criadouros de gado e se a experimentarem em zonas de altitude. Poderão colher tanto na época de Inverno como na Primavera, o que significa uma campanha bastante larga — declarou o eng. Branco Ferreira, administrador da agência que em Portugal trata dos problemas do açúcar. Já a Madeira, porém, não tem condições para uma boa produção da sua tradicional cana-de-açúcar, e a fábrica lá existente é bastante antiquada. De modo que será preferível dedicar-se a produtos para os quais esteja mais indicada, como é o caso das flores, enquanto numa fase transitória a cana existente poderá ser aproveitada para aguardentes, rum e mel — acrescentou aquele perito.

CASTANHEIRA DE PENA

duzentos e setenta e cinco mil réis, para a compra de gado bovino, com o objectivo de melhorar a produção do leite. A comissão liquidatária do Grémio da Lavoura de Ovar enviou ao presidente da Junta Nacional dos Produtos Pecuários uma extensa missiva para lhe manifestar o seu descontentamento pelo que se está a passar em relação ao pagamento do gado abatido por intermédio daquela Junta.

Nela se afirma, a dado passo, que «estamos a assistir, mais uma vez, ao descrédito do organismo que V. Ex.ª dirige, em relação aos anunciados benefícios a favor da lavoura. Já basta de exigir sacrifícios sempre aos mesmos. Não pode a lavoura continuar a trabalhar nestes moldes, pois quando vende o seu gado, regra geral, precisa do dinheiro para voltar a fazer novas compras. Com estes atrasos todos e numa época como a actual em que

o gado está a subir dia a dia, se não se comprar no mesmo dia em que se vende, no dia seguinte, o dinheiro já não chega. Isto são factos que terão de ser revistos pelos responsáveis e resolvidos com a máxima urgência».

a propósito do natal de 1975



DESTRUIR A CIDADE VELHA

Acabou-se há pouco a Missa do Galo. Avanço recordando-me da minha terra e das pessoas que lá vivem, da guerra e da fome, da opulência e da miséria. Os pensamentos baralham-se dentro de mim, e eu continuo a avançar numa cidade coberta por uma névoa que me não permite ver três palmos à frente do nariz.

Enfio as geladas mãos no sobretudo, encosto-me mais às casas daquela escura rua. Absorvido como vou por meus nostálgicos pensamentos passo indiferente a tudo, e a todos. Venho do outro lado da cidade: da parte que tem avenidas largas e edifícios novos. A parte bem iluminada. — Ah! Como é linda!...

Se estava a dormir tive de acordar. O barulho não me deixa continuar a pensar... e possivelmente a sonhar.

É Natal!... É Natal!...

Encontro-me agora numa zona de «boîtes». Cá fora, além do ruído da música chega também um pouco daquela luz que contribui para «criar ambiente» Em frente de mim, encontra-se um grupo de homens. Ao meio uma prostituta embriagada que é o centro das atenções, continua a gritar que é Natal... Os outros riem-se. Dou-me conta que do outro lado da cidade para este em que agora me encontro, existe muita diferença. As casas são velhas, as ruelas são estreitas, e a pouca luz aliada à névoa não permite que distingamos rostos.

Continuo a avançar e estou novamente capaz de pensar, não na minha terra, não na guerra que existe na África ou na Ásia. Penso sim na guerra que existe na «parte escura da cidade» que também é velha. Penso na cidade nova. Sinto quão imperioso se torna fazer com que toda a cidade seja nova. Dentro de mim uma enorme ânsia de destruir... Destruir a cidade velha.

Será possível construir a nova sem destruir a velha?

*Batam-me à porta
os que andam lá fora, à neve;
batam
os que tiverem frio ou sede;
os que sintam saudades de um carinho;
os desprezados;
os que há muito não vêem uma flor
e encontram só poeira no caminho;
os que não amam já nem já os ama
ninguém;
os esquecidos de como se sorri;
os que não têm Mãe...
Batam-me à porta os Desgraçados
os que têm os dedos calejados
dos dedos ásperos de Miséria,
os que travam desordens nas tavernas
e brincam às facadas,
os que não têm nem Amigo,
os que o Destino escarrou,
os que não foram crianças,
os que nasceram num bordel
e por quem passam todos sem olhar.
Batei à minha porta, Irmãos,
entrai,
Que eu tenho amor para vos dar...
E se eu também bater
(que eu também choro
muitas vezes, lá por fora;
também amargo tristezas;
que eu também sou Desgraçado)...
pois se eu bater,
vinde logo depressa abrir-me a porta;
aquecei-me no meu lume;
dai-me do pão que eu parti
e do Amor que vos dei...
Deixai-me estar entre vós
como se fosse de vós,
que eu também sou Desgraçado...*

*Ah! se eu bater
(mas é preciso que eu possa
ter força ainda nas mãos),
por Deus abri a porta, meus irmãos,
como se a casa fora vossa!...*

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

VIA NORMAL

PAÍSES	12 MESES		6 MESES	
Portugal	180\$00		90\$00	
França... ..	210\$00	38 F.	105\$00	19 F.
Bélgica	210\$00	310 F. B.	105\$00	160 F. B.
Alemanha... ..	210\$00	21 D. M.	105\$00	11 D. M.
Inglaterra... ..	210\$00	4 £	105\$00	2 £
Espanha	185\$00		95\$00	
Brasil	185\$00	67 Cr.	95\$00	34 Cr.
Canadá	210\$00	9 d.	105\$00	5 d.
E. U. A.	210\$00	9 d.	105\$00	5 d.
Outros países	210\$00		105\$00	

VIA AÉREA

PAÍSES	12 MESES		6 MESES	
França... ..	250\$00	45 F.	125\$00	23 F.
Bélgica	250\$00	370 F. B.	125\$00	190 F. B.
Alemanha... ..	250\$00	24 D. M.	125\$00	12 D. M.
Inglaterra... ..	250\$00	4,50 £	125\$00	2,50 £
Espanha	200\$00		100\$00	
Brasil	320\$00	115 Cr.	160\$00	60 Cr.
Canadá	340\$00	15 d.	170\$00	8 d.
E. U. A.	340\$00	15 d.	170\$00	8 d.
Outros países da Europa	250\$00		125\$00	
Outros países fora da Europa... ..	340\$00		170\$00	



LOGO À PARTIDA A TAP RECEBE-O COMO NA SUA TERRA!
DE ONDE QUER QUE ESTEJA NÓS TRAZEMO-LO PARA:

PORTUGAL CONTINENTAL

AÇORES

E MADEIRA

TAP
TRANSPORTES
AÉREOS PORTUGUESES